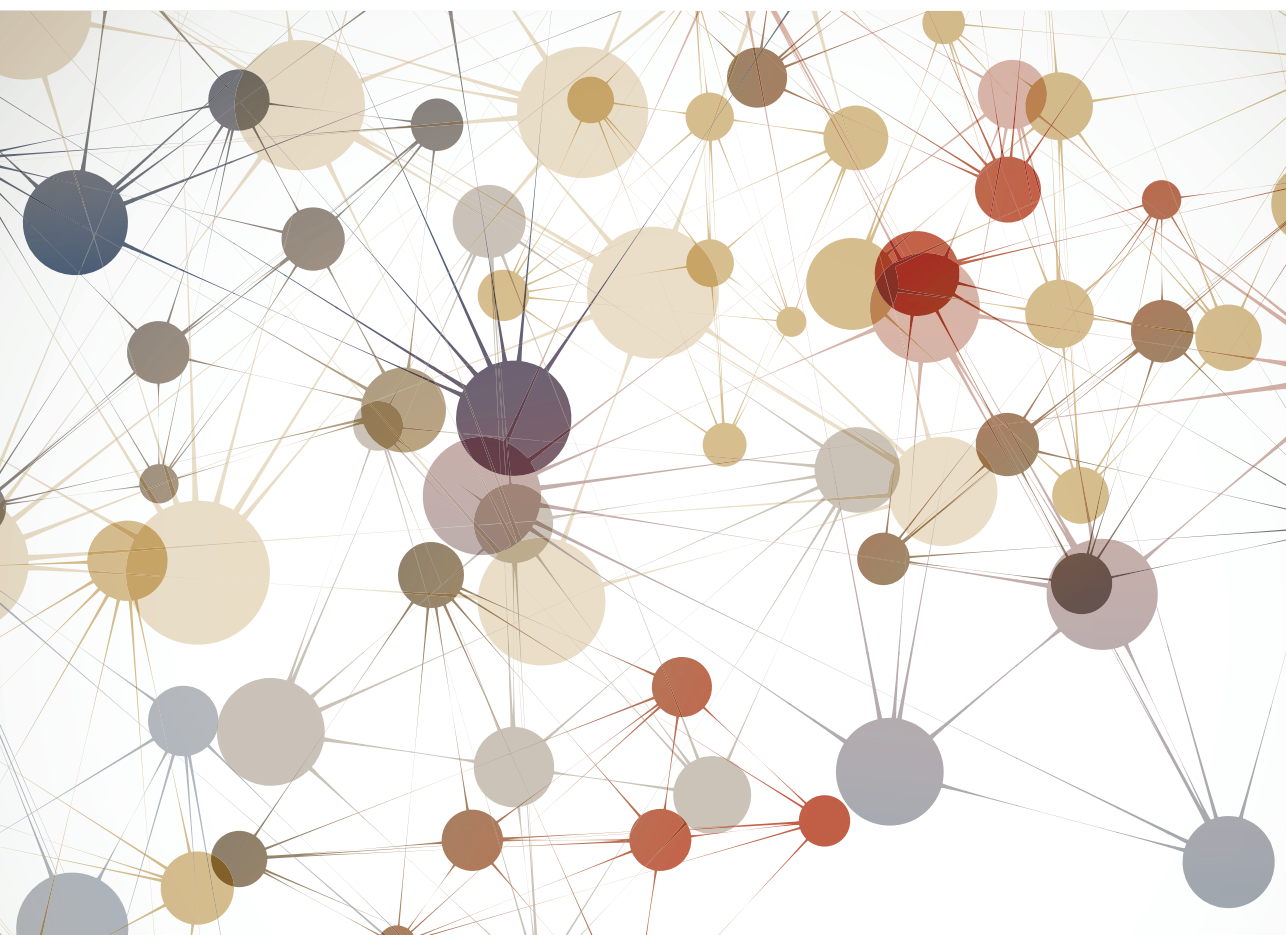


Beatriz Saks Hahne

NO INTERIOR DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Itinerários narrativos e encontro como resistência



No interior da medida
socioeducativa

Beatriz Saks Hahne

No interior da medida socioeducativa

Itinerários narrativos e
encontro como resistência

No interior da medida socioeducativa: Itinerários narrativos e encontro como resistência

© 2026 Beatriz Saks Hahne

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Ana Cristina Garcia

Produção editorial Juliana Midori Horie

Preparação de texto Márcia Leme

Diagramação SBNigri Artes e Textos

Revisão de texto Equipe editorial

Capa Juliana Midori Horie

Imagem da capa iStockPhoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Hahne, Beatriz Saks

*No interior da medida socioeducativa : itinerários narrativos e
encontro como resistência / Beatriz Saks Hahne. – São Paulo :*
Blucher Open Access, 2026.

148 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-555-0280-0 (Impresso)

ISBN 978-65-555-0275-6 (Eletrônico - Epub)

ISBN 978-65-555-0276-3 (Eletrônico - PDF)

1. Serviço social. 2. Psicologia da adolescência. 3. Medida
socioeducativa. I. Título.

CDU 364.4:159.922.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social

CDU 364.4

2. Psicologia da adolescência

CDU 159.922.8

Para Heliana Conde (*in memoriam*), a quem sigo
agradecendo pela inspiração e pelas trocas,
sempre gentis e generosas, que tivemos.

Todas as línguas do mundo vieram morrer aqui, na recusa tranquila e atormentada ao que acontece no entorno, no país: outra constante deriva, mas na satisfação inquieta; o barulho demasiado ostensivo de uma eferescência que não estaria segura de si, a perseguição de uma felicidade que se limita a frágeis prerrogativas, o adormecimento imperceptível em disputas que acreditamos ser um combate decisivo. Ele recusou tudo isso, rejeitando-nos às beiras do seu silêncio. Eu pensava naqueles que, nesse lugar do mundo, lutam contra o silêncio e o apagamento. [...] Eu pensava naqueles que, no resto do mundo (o que fica também é o que se move), não tiveram o prazer de se refugiar na ausência, como esse andarilho – eliminados pela miséria bruta, pela extorsão, pela fome, pelos massacres. É um paradoxo que tantas violências encerrem por toda parte sob a mesma elementaridade da linguagem, quando não sob a extinção da fala. (Glissant, 2021, p. 151-152)

Sumário

Prefácio – Sustentar a falta de ar	11
Algumas palavras introdutórias	15
Apresentação (ou sobre inventar maneiras de resistir ao impossível)	17
1 Um começo plausível: retornar buscando novos encontros	21
2 A medida, os meninos	31
2.1 A chegada aos cinco que me acompanharam	40
2.2 Um jeito de apresentar: cartas para aqueles que emprestaram seu olhar	42
3 Fazer da palavra encontro	53
3.1 Reconhecer a história singular	56
3.2 O trabalho com narrativas: um retorno, uma colagem	58
3.3 Conquistar conversa	60
3.4 Escutar, escrever, refazer	65
4 O corpo do outro invadido	71
4.1 Uma pergunta caída de paraquedas	73
4.2 A gente pode falar do mundo pelas coisas que uma pessoa faz	78
4.3 A medida da medida	79
4.4 Não existe estar fora da rebelião	81

5	Um gesto insuficiente	85
5.1	Era “só isso”, e era muito	86
5.2	A chegada em casa veio com essa raiva. Essa muita raiva	89
5.3	Família é complexo	92
5.4	Trabalho e insistência por outra vida	94
6	Conversar é um jeito de se cuidar	99
6.1	A medida da referência	100
6.2	Você andava faltando na escola	104
6.3	Dinheiro é tudo na vida	107
6.4	É difícil não saber quando a liberdade vai voltar	111
7	Viver em uma corda bamba	117
7.1	Alguns têm cara que assusta	119
7.2	Não se pode ler os relatórios	122
7.3	Trabalhar não é coisa simples	125
7.4	Tem que ser forte pra ficar firmão	128
	Posfácio – Sobre um tempo inconcluso	133
	Referências	139

Prefácio

Sustentar a falta de ar

Desde que ocorreu a defesa do doutorado de Beatriz Saks Hahne, intitulada *No interior da medida socioeducativa: itinerários narrativos e encontro como resistência*, tenho comentado uma marca impressionante desse trabalho: os esforços, o tempo, as perdas, as invenções, enfim, a luta para que fossem possíveis encontros entre a pesquisadora Beatriz e jovens que cumpriam medida socioeducativa na cidade de São Paulo. Neles, o objetivo era pensar e, portanto, criar o que não havia sido pensado. No título da tese de doutorado, agora tornada livro, Beatriz formulou bem aquilo que define essa qualidade de encontro: ele é resistência, esforço contra o silenciamento. Ela é precisa ao focar a produção do silenciamento como material de análise. Tomando-o como elemento fundamental na produção das formas de compreender e falar sobre esses meninos (assim Beatriz os nomeia: os meninos), afirma que o funcionamento da política que organiza o cumprimento da medida socioeducativa nega a história em que a infração é realizada. Ou melhor, a negação dessa história é o objetivo da engrenagem dessa política e, para que ela se dê, há de haver distanciamento. Beatriz questiona um funcionamento que considera tudo saber sobre os meninos e indaga: “Se a medida sabe tudo sobre o menino, como poderá se interessar por sua vida?”

Beatriz havia participado da política referente à medida socioeducativa de diferentes maneiras: conhecia bem a rotina, a produção de relatórios, os indicadores de progressão da medida, os critérios de análise e os processos de avaliação. Nesse percurso, viveu dilemas sobre as formas de aproximação, de distanciamento, de rotulação e de burocratização em relação às vidas-medidas dos meninos.

Neste livro, ela formula seu desafio: imersos(as) nessa lógica de silenciamento, seria possível alguma outra qualidade de encontro e de conversa com esses meninos de maneira que algum pensamento fosse produzido? Esse desafio foi construído tendo como base a seguinte certeza: não pensar não era um problema a ser vencido ou algo a melhorar. Não pensar é matéria presente na institucionalização da medida socioeducativa.

Os esforços que culminaram em momentos de conversas, de leituras e de trocas de escritas com esses meninos fizeram restar algo que Beatriz toma como paradoxal: na experiência de encontros com certa abertura, que rompiam determinações e possibilitavam conversas, havia a sensação de falta de ar, de fechamento e do pouco poder fazer. Sustentar a falta de ar tornou-se antídoto contra a vontade de distanciar-se do que se materializava como insuportável. Como um dos meninos nos ensina, para que algo mudasse e algum futuro pudesse ser pensado, seria preciso outra pele e estar dentro de outra vida. Sustentar o insuportável é tarefa que precisa de gente ao lado.

Um dia, após um longo trajeto para se encontrar com um dos meninos e um tempo de espera para sua chegada, Beatriz recebeu a informação, via celular, de que ele não poderia ir vê-la. Havia acontecido coisas. Coisas... coisas... Seria tão fácil utilizar qualquer adjetivo para esse menino, tomá-lo como irresponsável, como alguém com quem não se pode contar. No caminho de volta de Beatriz, falta de ar. Coisas... coisas... Marcamos depois, ela respondeu. Fique bem. Coisas... coisas... Essas coisas que existem na vida desses meninos são de doer. Sobre algumas, Beatriz ficou sabendo. Naquele momento, cada impossibilidade de encontro gerava nela dúvidas sobre o sentido deste trabalho.

Os esforços de Beatriz em coincidir e em não cobrar pelo combinado como se ele (o combinado) fosse construção comum considerava que a vida-medida tem sido prescrita por palavras de ordem imperativas sobre esses jovens. As relações já têm os roteiros predefinidos e formalizados: orienta-se o que o jovem deve fazer e, mesmo sendo impossível, acredita-se quando ele diz que fará. E, se um deles diz “não farei”, as pessoas que trabalham no sistema judiciário se sentem desrespeitadas.

Os jovens-meninos sabem bem o que devem e o que não devem falar nessas relações. E Beatriz, uma mulher branca conhecida por alguns desses meninos, psicóloga que trabalhou com essa política pública, tentou abrir uma brecha nisso.

Era preciso inventar um percurso que permitisse fabulações de futuro, conexões com outras histórias, aliança e acesso à produção pública daquilo que é singular. Beatriz tomou a construção desse percurso, o método, como objetivo do trabalho. Difícil e intenso alterar o roteiro predefinido, que implicava construir outra relação, variar aquilo que nos tornamos. Impressionantes os momentos em que ela reflete sobre as próprias perguntas e falas com os meninos. Durante o trabalho, Beatriz foi se tornando outra, ela se colocou, como escreve ao discutir o que seria uma conversa,

num outro lugar de si. Os encontros não foram como haviam sido previstos por ela. E foram as mudanças de planos, as dúvidas e as incertezas que tornaram possível os meninos caberem nos encontros e, assim, eles ocorrerem.

Beatriz nos apresenta cada menino (foram cinco) por meio de pequenos textos endereçados a eles sobre o percurso vivido entre ela e cada um deles. Tão intensos. Nesses textos, conta como conheceu cada um, o que ocorreu entre eles e ela e como a despedida se deu. Ao ler, acessamos o tom e a direção ética do trabalho (eles construíram a pesquisa com Beatriz, também compondo os textos que subsidiam as discussões), alguns acontecimentos nos encontros (dividiam livros, histórias), cenas marcantes na vida, o medo, os sumiços, a falta de sentido da prestação de serviços que realizavam ao cumprir a medida socioeducativa, a maneira como cada relação se encerrou.

As narrativas escritas com base nos encontros e nas conversas foram lapidadas com muita reescrita (pude acompanhar esses esforços como orientadora desse doutorado). Beatriz fez dos efeitos das falas escutadas oportunidade de pensamento e diálogo com os meninos, que liam, comentavam e sugeriam mudanças em suas histórias escritas.

A partir do capítulo 4, Beatriz introduz discussões referentes ao trabalho com as medidas socioeducativas tecidas em companhia de diversos(as) autores(as), dentre eles(as), os meninos. Utiliza conceitos, letras de *rap*, poesia e trechos das narrativas escritas e, com esse material, analisa o bairro e o cotidiano em que os meninos vivem; mostra como cada um deles analisa o processo da medida socioeducativa; discute a produção de planejamentos não compartilhados; apresenta cenas em uma escola vivida como moeda de troca; retrata a internação em que se vive só violência; discute a rebelião, em relação à qual nunca se está fora; escancara o racismo que faz a polícia bater no menino negro antes de perguntar, as vivências familiares, as violências, a negligência do Estado, o dinheiro como meta, o mundo do crime e a insistência por outra vida.

A escrita deste trabalho se assemelha a um filme, ela capta imagens e registra situações produzindo aquilo que tinha como objetivo: as histórias dos meninos e a capacidade de eles pensarem estão em primeiro plano, pois assim se faz advir, como diz Beatriz, “o que só aquele menino poderia ser em sua maneira de existir”. “A liberdade”, ela afirma, “jamais pode ser imaginada sem eles”. Na releitura para escrever este prefácio me vi, novamente, espantada com a produção de pensamentos nas relações entre Beatriz e cada um dos meninos.

Este livro ganha o mundo, provocando no leitor a falta de ar que Beatriz viveu e tecendo análises dos desafios que surgem quando se pretende que algo de educativo se dê no trabalho com jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Algumas palavras introdutórias

Um grito. O silêncio de não ter como dizer. A *medida* como metáfora, explodindo em significações, funcionando enquanto espaço de intercompreensibilidade que se alimenta do húmus dos afectos e se configura como núcleo germinal que se expande em círculos de crescente complexidade, num desafio a soluções mais clássicas da construção narrativa: “tudo está em devir”. Esse alargamento opera numa temporalidade de interrupção que, sendo ela própria o resultado de uma interrupção interparadigmática, se interrompe a si própria, permitindo-se a autor-reflexividade e a surpresa, a admiração e a novidade, impedindo o fechamento do texto e garantindo o seu inacabamento. Num fazer em que constantemente nos refazemos, se confere à hermenêutica, mais do que método de compreensão interpretativo, um processo ontológico em operação em que, através da linguagem, a vida intervém na própria vida. Pela coragem, pelo desassombro, pelo coração das palavras a bater, este livro da Beatriz Saks é *um texto de fruição*: aquele que, ao tom de Barthes, coloca em situação de perda, que desconforta, que faz vacilar as bases históricas, culturais e psicológicas do leitor, e faz entrar em crise a sua relação com a linguagem. Não se pode falar sobre ele, mas dentro dele: “do ponto de vista da ordem estabelecida, eles começam roubando o ar que respiram e depois roubam tudo o que encontram: a fome e as balas costumam lhes abreviar a viagem do berço à sepultura” (E. Galeano). Um soco no estômago! Sob a violenta persuasão de *medidas* que, na sua implementação, atuam na inculcação de que tudo neles é irremediavelmente errado, golpeando a sua subjetividade em devir, vivem na corda bamba, em pleno caos de expectativas. Abandono. Agonia da ausência do Outro que os deseja. Nascidos na contramão

atrapalhando o trânsito, Beatriz, num pleno de aproximação heterotópica com os condimentos que Foucault põe ao seu dispor, os acolhe (se acolhe), lhes dá voz e autoria.

Nazaré, Portugal, no primeiro dia da Primavera, 2025

Rosa Soares Nunes

Apresentação (ou sobre inventar maneiras de resistir ao impossível)

A escritura não tem outro objetivo: [...] extrair da vida o que pode ser salvo, o que se salva sozinho de tanta potência e obstinação, extrair do acontecimento o que não se deixa esgotar pela efetuação, extrair no devir o que não se deixa fixar em um termo. [...] São correias agitadas pelo vento. Um pouco de ar passa. (Deleuze; Parnet, 1998, p. 61)

A medida socioeducativa atravessa os sujeitos das mais distintas formas. Essa afirmação, que pareceria obviedade, somente não o é quando são escutadas as trajetórias de vida, pois é no interior da existência que os efeitos do vivido podem ser percebidos e tornados matéria de disputa e reflexão. A urgência da discussão acerca da produção de subjetividade na medida socioeducativa se faz em razão da insistente repetição de histórias de violência que, ao longo do tempo, fazem do Brasil um território inóspito para sua juventude, sobretudo negra e periférica, não produzindo senão privação, encarceramento e morte para grande parcela dela.

Práticas discursivas que operam no seio social disseminam a ideia de que são esses meninos os que devem, ainda, ser tutelados e corrigidos por meio de intervenções que, supostamente, buscariam responsabilizá-los. Quem pratica ato infracional teria de passar por certas ações e realizar determinados objetivos a fim de seguir a vida decidindo por outras obras que não as ilícitas. Essa mudança, de acordo com a legis-

lação brasileira, ocorreria enquanto os meninos são tomados como sujeitos em desenvolvimento e da perspectiva da garantia de direitos. Todavia, uma lógica que tem constituído o campo ao produzir a imagem daqueles que devem ser punidos também produz a forma-responsabilização em um modelo que pouco ou nada tem agido no sentido da dignificação da vida. Essa racionalidade e as práticas que engendra nem sempre aparecem para quem acompanha o cotidiano desses meninos, pois o aspecto punitivo, no atravessamento da vida, não se mostra quando olhamos para o campo procurando sempre uma mesma paisagem.

Este trabalho busca mostrar a produção da indignidade operando em circunstâncias que tendem a passar despercebidas e que podem ser vistas somente no intento de uma micropolítica das relações. Minhas memórias pessoais como trabalhadora e pesquisadora do socioeducativo e as histórias dos cinco meninos escutados definiram o percurso da pesquisa que agora é publicada em formato de livro, sendo trazidas para que a medida socioeducativa ressoasse em distintas vozes e na contramão de uma homogeneização que não permite ver a singularidade quando, em realidade, fora dela, quase nada importa.

As histórias aqui contadas lembram que a vida insiste nas experiências mais extremas e fazem ver que esses meninos, com suas estratégias, vão criando brechas por onde passa a alegria nos dias em que a dureza os espreita a cada esquina. Fazendo ver os esforços que são deles exigidos para a construção cotidiana de mundos que lhes sejam possíveis, o estudo também tratou de percorrer as linhas de alargamento da potência de vida; por isso, mostrou a produção das vidas nuas (Agamben, 2010), mas não se deteve nela, pois muitas pesquisas vieram antes e muitas ainda virão para fazê-lo.

A pretensão foi de uma escrita que tivesse outros fins, uma escritura partilhada que procurava pela vida em costura, experimentada e sempre por fazer. Que olhasse para o devir revolucionário nesses meninos, como a recusa ao mesmo, a serem assimilados a um tipo-adolescente, à impossibilidade de seus não quererem não serem lidos como falta de vontade, mas como a marca de uma diferenciação. Que não apenas defendesse o fim radical das violências que os assaltam, mas também modos de viver que inventem estratégias de luta que garantam mais que a sobrevivência física: a possibilidade (e a intensificação) de novas experiências de uma vida que seja “apta, portanto, a atualizar-se em formas diversas, justamente por não estar presa a *uma* forma-de-vida. [Pois] o que nos importa é esticar tal fio em direções muito distintas” (Pelbart, 2019, p. 19, grifo no original).

Estas páginas desejaram o dito produzido na afecção, e os meninos que compuseram o trajeto mostraram que processos justificados por certa ideia de responsabilização individualizam a questão do ato infracional no adolescente, fazendo parecer que a medida estaria desconectada da vida politicamente (intencionalmente) produzida.

Escutá-los engendrou, para quem está na vizinhança do socioeducativo, uma margem de invenção de formas de chegar à existência; por isso, escrevi fora da guerra, mas tendo-a como horizonte e tomando os dizeres desses meninos como palavras-máquina de uma linguagem em que os desejos cabem, escapando, ainda que brevemente, de uma legislação que não determina todos os usos das palavras, mesmo dentro da medida.

Um começo plausível: retornar buscando novos encontros

Que essas memórias possam seguir afetando-desdobrando e sejam, também, um pouco de possível, um pouco de ar para outras resistências e invenções de si e de mundos. (Coimbra, 2021, p. 171)

É preciso haver possibilidades outras de enlaces para que a vida não seja experimentada como insuportável, para que o intolerável não retire qualquer possibilidade de criação de outros destinos – “aliás, para aprender mais tarde a caminhar com sapatos rotos talvez seja bom ter os pés enxutos e aquecidos quando se é criança” (Ginzburg, 2015, p. 23).

Realizados por meio de veredas abertas em encontros com meninos que cumpriram medidas socioeducativas (Lei Federal n. 8.069/90, Título III – Da Prática de Ato Infracional), esses escritos foram motivados pela vontade de fazer conhecer percursos biográficos em um campo no qual pressupor o outro e as razões de suas condutas tem sido norma, dificultando que meninos se lancem a rumos singulares. Ocorre que ronda aqueles que recebem medida socioeducativa uma espécie de pressuposição sobre quem são que ameaça sua existência; a vida, que poderia se afirmar de tantas formas, quando nomeada e significada sob a lógica imperativa de certos modos de existir, tem enfraquecidas suas possibilidades de variação. Quando afirma o que uma vida é e o que deveria ser, avaliando-a de fora e com certezas que exigem não haver aproximação, a

medida socioeducativa produz algo de intolerável para muitos que a vivem, causando uma espécie de falta de ar que faz com que seja necessária a invenção de rachaduras em sua ordem para que se possa produzir outros ares no interior dela.

Em seu art. 112, a Lei Federal n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA]) diz que, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade judiciária pode aplicar ao adolescente entre 12 e 18 anos de idade as seguintes medidas socioeducativas: i) advertência; ii) obrigação de reparar o dano; iii) prestação de serviços à comunidade (PSC); iv) liberdade assistida (LA); v) inserção em regime de semiliberdade; e/ou vi) internação em estabelecimento educacional. As quatro últimas delas requerem acompanhamento de equipe especializada, sendo que prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida são conduzidas em meio aberto, quando o adolescente está em seu local de moradia, e semiliberdade e internação são executadas em instituição de restrição e privação da liberdade, respectivamente. Na maior parte do Brasil, as medidas socioeducativas em meio aberto são executadas pelas equipes do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), e as medidas de privação e restrição da liberdade são de responsabilidade dos estados – no caso de São Paulo, operacionalizadas pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).¹

A medida socioeducativa se propõe a prover atenção socioassistencial em uma articulação entre o Sistema de Garantia de Direitos (Brasil, 2006) e as políticas públicas. A comunicação com o Poder Judiciário é uma constante, sendo o acompanhamento de cada pessoa atendida informado por meio de relatórios com base nos quais é determinado o seguimento ou o fim da sanção aplicada.

Nos últimos anos, dois eventos instigaram o anseio de indagar, uma vez mais, o campo socioeducativo. O primeiro, publicado como notícia em um jornal, informava que o Supremo Tribunal Federal havia marcado julgamento *contra* o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o texto, o julgamento ocorreria a pedido do extinto Partido Social Liberal (PSL) por ação apresentada em 2005 que pretendia “endurecer punições a jovens infratores e [...] dar carta branca para autoridades apreenderem menores perambulando nas ruas para ‘averiguação’, mesmo sem indício de cometimento de qualquer irregularidade. Para o partido, são ‘vadios e sem rumo na vida’” (Brígido, 2019, s/n). Havia ali algo que remetia à época do também extinto Código de Menores (Brasil, 1927; 1979), quando inexistia a obrigação de averiguação da ação ilícita na apreensão de crianças e adolescentes, imperando a imagem do

1 Extinta Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), antigo órgão executor, em âmbito estadual, das diretrizes nacionais para a infância e a adolescência (Trassi, 2006).

menino pobre e vadio (Batista, 2003) que o destituía da possibilidade de ser visto em sua humanidade.

Três dias depois da veiculação da notícia, ocorreu o lançamento de uma pesquisa sobre a aplicação e a execução das medidas socioeducativas em meio aberto nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.² O estudo apontava a conservação do caráter punitivo em relação aos adolescentes a quem são atribuídas medidas socioeducativas em meio aberto em ambos os municípios, informando, entre outros dados, que a maior parte deles recebia a denominada “dupla medida”, quando prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida devem ser cumpridas concomitantemente, e vivia a “progressão de medida”, quando o Poder Judiciário aplica nova medida socioeducativa após o cumprimento daquela atribuída inicialmente, alongando o tempo de acompanhamento do adolescente.

Ambos os eventos, ocorridos em um mesmo período, colocavam em perspectiva a ideia de que o tempo de cumprimento da medida seria sempre insuficiente, como se residisse no maior prazo a solução para a violência. Era o tempo comparando como um aspecto corretivo e, mais uma vez, a ausência de perguntas sobre as intencionalidades colocadas sobre esse tempo: a que (ou a quem) serviria um prazo maior?

Como uma espiral que retorna de tempos em tempos, a defesa difundida popularmente de que, como lhes foram dados direitos por lei, esses adolescentes deveriam fazer diferente – ou serem diferentes –, é tema recorrente. Essa racionalidade é amplificada pela disseminação do medo por meio da reprodução de certa imagem que recai sobre o menino pobre, público majoritário da medida socioeducativa, alimentando a defesa da penalidade como correção à infração.

A medida tem cor: o menino que chega ao Sistema Socioeducativo, instituído pela Lei Federal n. 12.594/2012, não é apenas pobre (o que já seria muito), mas é pobre e negro (Brasil, 2012) – etnia cuja juventude é a que mais morre no país. Registros acerca de tais sujeitos, tornados matáveis, impróprios e destoantes, fazem ver que a igualdade afirmada na lei não opera na ponta da vida (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Com trajetórias despojadas daquilo que lhes é de direito, não podem ter a certeza de que estarão vivos no fim do dia, e são, na aparência, colocados de lado quando, em realidade, estão no centro da questão. A exclusão acontece nas miudezas do cotidiano, que, por serem contínuas, nada têm de insignificantes.

2 A pesquisa, intitulada “Juventude e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: entre a garantia de direitos e a judicialização”, foi apresentada no evento Execução das medidas socioeducativas para adolescentes: há mais o que saber sobre o “meio aberto”!, organizado pelo Núcleo de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – Núcleo de Estudos em Seguridade e Assistência Social (Nepsas), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 15 de abril de 2019.

Os “meninos da medida” não se produzem sozinhos, e quando não pode haver nada além do pensamento já dado, os riscos de capturá-los, enlaçando-os em uma menor potência de vida, ampliam-se. Compreendendo-os por meio de noções que se naturalizaram e significando seus comportamentos de maneira homogênea, diferentes atores da medida socioeducativa furtam deles a possibilidade de serem compreendidos dentro de um emaranhado que envolve o território geográfico, a cor da pele, a classe social, o tempo histórico, as relações interpessoais e outros circuitos e elementos que compõem sua história.

O encadeamento que os enreda desaparece diante de nomeações que os isolam. Em função disso e apostando em uma escrita que envolve uma extensão afetiva os chamarei de *meninos*, porque essa dimensão de quem são – meninos – lhes é furtada desde muito cedo em uma infância que não pôde ser. Essa infância, muitas vezes, é uma memória e um estado para o qual não podem retornar, surrupiados nas lembranças dos instantes em que puderam ser outra coisa, experimentar algo de diferente. Essas páginas têm como uma de suas intenções devolver para aqueles que foram interlocutores algo desse furto: uma expansão que lhes é própria e que regressa quando podem falar de si em sua própria grandeza.

Na toada de abeirar quem são, os meninos que aqui aparecem foram nomeados por meio de vulgos que alguns deles informaram. “Vulgo” denota generalidade, aquilo que é comum, nomeando aqui tanto o que partilham todos os meninos que chegam ao Sistema Socioeducativo quanto o terreno no qual suas vidas caminham, destituídas, a olhos alheios, de singularidade. Alemão disse que eu poderia usar o seu, pois há muitos “Alemães” no mundo, e Likão acreditava que passaria despercebido, pois poucos o conheciam por esse apelido. Para os demais, foi preciso inventar um codinome, pois queriam aparecer com o nome próprio, sem conhecer a relação entre a escrita disseminada e a política que ela implica. Não trazer o nome próprio, além de ser uma ética que não expõe o coparticipante, é uma tática em defesa de quem partilhou situações e memórias que, nesse contexto, jogam contra a sua vida, ao mesmo tempo que não falar delas é fazer menos de suas existências – paradoxo que todo esse escrito buscou sustentar.

Em um arranjo alheado da realidade da periferia, do tráfico, da fome, da precarização do trabalho e da violência policial, à medida socioeducativa tem restado avaliar o devido cumprimento de metas por seus atendidos, desconsiderando os esforços de cada um para realizá-las. A responsabilidade pela restrição do que se aventaria para eles não se coloca apenas sobre o Judiciário, que atribui a sanção, nem sobre a equipe que a executa. A medida socioeducativa, do início ao fim, tem muitos atores que a colocam em marcha. Em razão disso, será tratada como um sujeito constituído por múltiplos intérpretes. Será chamada de *medida*, termo que também denotará a restri-

ção que coloca para os meninos com os quais se encontra ao ver neles não quem dizem que são, mas um efeito do que o seu olho produz ao vê-los de certa maneira: a diminuição de suas possibilidades de experimentação do mundo. As coisas reproduzidas a cada dia e que, por serem realizadas cotidianamente, fazem parecer que não precisariam ser pensadas, também causam “efeitos de sujeição, que fazem dos procedimentos de dominação a trama efetiva das relações de poder” (Foucault, 2010a, p. 39).

Esses meninos recebem observações insistentes sobre suas supostas falhas; desde o berço, vieram *errados*, pois, “do ponto de vista da ordem estabelecida, eles começam roubando o ar que respiram e depois roubam tudo o que encontram: [em função disso] a fome e as balas costumam lhes abreviar a viagem do berço à sepultura” (Galeano, 2013, p. 18). Suas histórias expõem a distância que há entre o discurso sobre os direitos sociais e a prática. Também, que a ideia de educar, em uma racionalidade que os marca como desviantes em seu lugar de nascimento e na cor de sua pele (Brasil, 2019), repete incessantemente o silenciamento da vida e das relações travadas com essas biografias deslegitimadas. No lugar errado, da cor errada, filhos das mães erradas, estudaram erroneamente em escolas fracassadas e têm os amigos errados – em razão disso mesmo, suas memórias permitem contestar os limites de um território existencial e conjecturar o que se poderia inventar em um “deserto de areias moventes que, a cada ventania provocada pelos dispositivos em ação, revela paisagens distintas” (Rodrigues, 2004, p. 30).

Uma vida mostra atravessamentos cotidianos, racismos, desigualdades e violências que vão criando em uma pessoa a impossibilidade de se ver como alguém que pode mais do que fazer sua carne sobreviver, criando variações em seu percurso. Isso não os atravessa sozinhos: quando a vida desses meninos é pensada – e exigida – como um caminho de mão única que precisa se adaptar à rigidez e às solicitações elaboradas sem eles, todos em seu entorno são levados a ser menos do que aquilo que poderiam ser. Se suas vidas ficam impedidas, também a força criativa de quem os acompanha, potencialmente construtora de caminhos mais libertários, o é. Enquanto há uma separação radical entre quem atribui a medida e aquele que a executa (Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018), são enfraquecidas as alianças que poderiam ser feitas e fica menos possível a construção coletiva de demandas por parte do técnico responsável pelo acompanhamento direto, precisando responder ao Judiciário; a justiça deixa de ser convocada para a parte que lhe cabe na reiteração das desigualdades sociais.

Em um agir que serve para dizer aquilo que cabe ou não para outra pessoa ou aquilo que, em uma suposta ideia de adolescência, negligencia como cada um se faz em um mundo que o atravessa de modos distintos, a medida produz registros sobre alguém que não existe. Esse alguém sobre quem fala pouco sabe o que é escrito sobre si dentro de um processo que deveria ser tomado como produtor de reflexão, mas que

acaba esvaziado de pensamento. Dizer sobre alguém em um campo tão radical quanto o da liberdade – afinal, tais registros conduzem à extinção da sanção – fica em segundo plano.

Como operar alguma cisão no invariável que diz “sempre foi assim, assim será”? Munida com tal questão, lancei-me à produção de narrativas com meninos contadores de histórias, por meio das quais fizeram testemunhar sua singularidade, o pensamento próprio operando e seus processos de singularização em meio ao agir majoritário da medida. Não que falem histórias nesse campo, elas estão por toda parte; no entanto, nele, parece importar sempre certo lado, violento e homogeneizante, diante do qual não é possível perceber o menino com quem se fala. A singularidade, por sua vez, contém esse sujeito que diz e muitos outros que, a partir dele, pronunciam-se.

Desfazer os enroscos que a medida insiste em manter na relação com os meninos implica que a própria medida se desenlace de algo que reside em seu corpo e que a autoriza a seguir dentro de certa organização em que não precisaria olhar duas vezes. *Perceber* o outro é verbo que pede cercania: alguém o percebe participando, relacionando-se com seu ponto de vista. À distância, vê-o e não compreende, não sabendo o que o move, pois olhar não basta.

No contexto socioeducativo, o menino, destituído da escuta e de um pronunciar seu, fica alheado da constituição da própria trajetória, não podendo nem mesmo se comprometer com o que é dito sobre si ou com as próprias ações. Esse padrão da medida foi construído no “discurso de poder [que é] todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe” (Barthes, 2013, p. 11). No empenho de perceber – e de me perceber com cada menino, fazendo outra de mim mesma –, houve um esforço por me afastar da certeza que distancia ao dar essa lente através da qual eu veria, primeiro, a infração. Sem ela é que poderia colocar as coisas em questão, assim como as estratégias para me relacionar com cada menino em sua história. Nesse processo, a todo tempo era necessária uma “operação de limpeza. [Pois] é preciso purificar o campo da experiência de tudo aquilo que impede de ver” (Lapoujade, 2017, p. 48).

Tendo tal relação como questão, na produção de narrativas, as palavras foram eleitas dentro de um *o que dizer?* que movia as conversas. Eu buscava a composição de uma tessitura muito mais que a descrição do que haviam vivido para apreender modos de dar sentido para suas experiências e, dentro disso, na conversa sobre as palavras das quais lançavam mão para dizerem de si, captar alguma variação nas definições, já que não há sentido invariável, e era essa a proposta de cada encontro: avançar no dizer para, de dentro dele, localizar outras possibilidades para o pensamento, para o modo como percebiam suas experiências e as escolhas que faziam a cada tempo.

Relatar um fato é algo bastante diferente de narrar uma biografia, já que o fato deixa “de fora a pessoa com quem as coisas aconteceram. [...] não dizem como era a pessoa com quem aquilo aconteceu” (Wolf, 2020, p. 16). Assim, buscava escutar as brechas que pareciam escapar no cotidiano das medidas – como não o que os fazia querer trabalhar, mas o que trabalhar implicava e com o que ir ao trabalho os implicava. Era-lhes pedido para falarem sobre o que os fazia viver, o que os fazia dizer *sim* e dizer *não* às coisas com as quais lidavam, pois, “os acontecimentos significam muito pouco, a menos que antes se conheça com quem eles aconteceram” (Wolf, 2020, p. 16).

A vontade de pesquisar foi ativada pelo estranhamento de o menino ser um coadjuvante em um processo que é seu e que, em seu nome, leis e dispositivos são elaborados. Em seu nome, ainda, falam seus pais, seus técnicos, seus educadores, a polícia, o Poder Judiciário. Mas esses meninos têm voz e não havia a necessidade de a pesquisadora lhes emprestar um rumor. Não há nada nestas páginas para além da afirmação de que, se não são vistos ou escutados, é na medida que reside o *não*. No cotidiano dela, a causa da palavra tende a passar ao largo, embora ela esteja tão lá. Adentrando as palavras – pedindo mais delas –, revelam a vida que as enuncia, os esforços dos quais aqueles meninos lançavam mão e os recuos que iam fazendo para que algo neles ficasse intacto, para “*variar* ou *persistir*, *expandir-se* ou *contrair-se* – [suas] distintas estratégias vitais” (Pelbart, 2019, p. 16, grifo no original).

Fazer diferente requer esforços que não se fazem a sós. Para uma vida seguir, ela precisa de aliança com a literatura, a poesia, o *rap*, a dança, o cinema, as velas, a cerveja, as partidas, os retornos. Há, então, que se inventar intercessores³ para criar meios de escutar os meninos, escutando-os não apenas com os ouvidos, mas com o saber do corpo. Inventar intercessores é necessário para que conversas continuem e, em sua continuidade, outros elementos que fazem a vida seguir sejam mostrados.

Abraçar outras possibilidades de escuta exige uma radicalidade que desorienta, pois simpatizar com os movimentos que vêm de outra existência requer “assumir traços do outro e, com isso, às vezes até diferir de si mesmo, descolar-se de si, desprender-se da identidade própria e construir sua deriva inusitada” (Pelbart, 2019, p. 173). Escutando e, de certa forma, participando das histórias e das ideias dos meninos, testemunhar por suas vidas. Escrevendo com eles, advogávamos juntos por suas existências,⁴ em um esforço de ampliar o ponto de vista que os observa colocando-se a uma distância segura o suficiente para não se envolver e próxima o necessário para achar que pode dizer como devem viver.

3 “O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. [...] Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê” (Deleuze, 2013, p. 160).

4 Advogar por certas existências advém de conceito trabalhado em Lapoujade, 2017.

Os meninos com quem conversei deram a ver mais do que os modos como as representações sociais os atravessam ao mostrarem uma dimensão que tende a ficar de fora do que a medida olha (um fora do que busca ver) e que constitui suas trajetórias. Esse fora é um menino em sua posição singular produzindo escapes minoritários. Acompanhar aquilo que diziam na perspectiva de abertura, deixando-os falar carregados pelas próprias palavras e perguntas, era “explorar a dimensão narrativa da construção do eu na objetivação da experiência, isto é, a maneira pela qual [...] se constituem discursivamente como sujeitos” (Rago, 2013, p. 30). Apareceram as experiências familiares, os namoros, as transas, as drogas usadas para os mais distintos fins, as baladas, a paternidade, as amizades, a pista de *skate*-biqueira, a morte dos amigos, os descaminhos escolares, a rua.

As narrativas compostas permitiram ver a necessidade de um movimentar contínuo exigido pela vida que insiste em seguir; uma vida que ousa fazer-se outra daquilo que querem fazer dela e daquilo que ela mesma tem feito de si. De repente, aparecia um menino percebendo-se diferente, numa diferença que não cessava de se refazer na memória que compunha com os movimentos que a vida lhe solicitava.

Era possível encontrar muitas coisas sem o uso de perguntas previamente formuladas, habitando a afirmação de que, se não fosse pensada com cada um daqueles meninos, nenhuma pergunta teria razão de existir. Isso requer uma posição de escuta-relação tão difícil e, entretanto, tão importante, em que diferenças aparecem e, sendo ressaltadas, investidas, reafirmadas, abrem espaço para ver por onde a vida passa e faz vibrar diferentemente, pois, “a vida que insiste em todo e qualquer lugar pode ser captada por uma múltipla e complexa composição de forças que nos constituem e nos atravessam incessantemente em sucessivos outramentos” (Coimbra, 2021, p. 137).

Em uma prática inconformada com o desperdício das experiências singulares, os dizeres (orais, textuais, corporais) precisam ser afirmados como problema comum e estranhados por meio do pensamento experimentado a dois, a três, por uma grupalidade. Toda vez que constatei e verbalizei para os meninos que encontrei, nesses anos todos, esses desperdícios que vinham da palavra desinvestida por agentes da medida, advinha neles a vontade de falar; fosse uma frase ou uma história, algo surgia, necessitando atenção àquilo que aparecia e que não poderia, também, ser desperdiçado.

No campo da medida, esse terreno de ameaça à subjetividade, o inusitado tem sido estar lá onde não se espera – onde não se deveria estar –, falar onde se quer o silêncio obediente. Nas frestas de tempos duros, marcados pela reativação de práticas fascistas, outros tempos saltam e são capazes de engendrar novos modos de existir em um infindável processo de criação.

No intento de realizar o percurso investigativo, os capítulos que seguirão foram organizados de forma a contar um trajeto que ajude o(a) leitor(a) a se avizinhar de

meus interlocutores. No capítulo a seguir – “A medida, os meninos” – é apresentado um pouco mais sobre as medidas socioeducativas, em uma tentativa de síntese, pois muito já foi escrito sobre essa política. No esforço de ser breve, passo para a descrição de minha chegada ao campo de pesquisa e pelas primeiras derivações no olhar de pesquisadora, promovidas pelo encontro com o serviço de medidas socioeducativas que me auxiliou, seguindo para a apresentação dos cinco meninos que participaram deste estudo, feita por meio de cartas para eles endereçadas. O capítulo “Fazer da palavra encontro” inicia com uma discussão sobre a vida dos “meninos da medida” para ressaltar a singularidade em detrimento da homogeneização do olhar, seguindo para a explanação da metodologia utilizada na construção dos encontros e na produção das narrativas com os participantes do estudo, registrando uma discussão inicial sobre a palavra e seus usos nesta pesquisa.

Os capítulos 4 a 7 foram construídos com base em narrativas elaboradas em parceria com cada um dos meninos; delas, foram apreendidos temas sobre os quais falavam com maior ênfase, trazendo o terreno da medida socioeducativa para ser pensado no encontro com suas trajetórias de vida. “O corpo do outro invadido” foi tecido sobre o texto escrito a partir dos encontros com MC Poeta, em que os temas predominantes foram a produção de conversa, a constituição do comum, a medida socioeducativa como moldura (ou como restrição) e ser testemunha de violências na unidade de internação. O quinto capítulo, “Um gesto insuficiente”, foi todo feito com uma dupla de meninos, que pediu para conversar em conjunto em seu local de trabalho como jovens aprendizes; Sorriso e Likão articularam conversas que fizeram pensar o racismo, ser sempre suspeito, a família e o trabalho. O capítulo 6 foi o que teve maior tempo de construção de histórias, pois os encontros com Curió se alongaram por cinco meses. Dos textos que elaboramos juntos, foram apreendidas reflexões sobre a figura de referência na medida, a escola, o dinheiro e o tempo de duração da medida. O capítulo seguinte, “Viver em uma corda bamba”, estruturado com Alemão, traz como questão ser um sujeito que produz medo, tomado como ameaça ao outro, além dos relatórios produzidos na medida, a geração de renda e a (difícil) vida em liberdade. Para concluir, o posfácio “Sobre um tempo inconcluso” reúne considerações finais apreendidas da pesquisa, afirmando o necessário inacabamento como o gesto mais sincero de uma escrita sobre a vida

A medida, os meninos

[...] na história de vida dos meninos não pontificam as perversões lombrosianas, ou as características hereditárias do biologismo criminal, mas sim as histórias de miséria, de exclusão, de falta de escola, de pequenos incidentes que introduzem o jovem a um processo de criminalização que apenas magnífica e reedita a marginalização que seu destino de preto e pobre já marcava. (Batista, 2003, p. 71)

Estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas foram concebidas para responsabilizar adolescentes entre 12 e 18 anos de idade que cometeram ações consideradas ilícitas. Em sua idealização, devem ser acompanhados para a (e na) construção de outras decisões em suas trajetórias. A virada, em que outras experiências podem ganhar relevo em suas biografias, está associada à vivência de seus direitos sociais em uma largueza de possibilidades, reconhecendo a prerrogativa à cidadania de meninos para os quais historicamente têm sido furtados os horizontes que os faz querer caminhar. Entretanto, a experiência viva de quem chega à medida mostra o desencontro entre a lei e a vida, e que “seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros” (Foucault, 2010c, p. 261).

Meninos da medida vivem imersos em uma coleção de palavras que pouco têm variado ao longo do tempo: *menor, criminoso, indisciplinado, imoral, desleixado, de-*

sinteressado. Quando a produção dessas palavras não comparece como um aspecto fundamental da constituição das práticas da medida, há uma construção representacional de uma imagem que a torna algo difícil de ser desfeita, dentro da qual a resposta certa nunca depende dos meninos. Como se estivessem sempre no lugar e na hora errados, vivem tendo de eleger o caminho a seguir numa rota sem derivas possíveis em que todos os trajetos ficam reduzidos a *sim* ou *não*, fazendo com que seu campo de probabilidades seja ininterruptamente circunscrito e restritivo.

Declarações classificatórias os silenciam mesmo quando estão a falar, numa produção de silenciamento que passa despercebida pela medida porque há uma voz circulando; entretanto, falar nem sempre significa produzir alguma coisa de diferente. O tempo fica curto quando os meninos são cobrados a encontrar a resposta certa e muito longo quando suas respostas não combinam com quem as enuncia, já que, dizendo, também geram desconfiança a respeito de suas motivações. Como se produziu um campo que não toma para si as condições de existência daquele a quem se destina atender?

No Brasil, entre 1870 e 1880, enquanto o número de escolas públicas crescia e se especializava na educação distintiva de meninos e meninas, às crianças pobres e negras, fossem escravizadas, fossem libertas, o trabalho era atribuído como destino. Uma racionalidade tutelar justificava decisões tomadas apesar de suas histórias de vida, enunciadas como se estivessem em favor delas. Cem anos depois, esses mesmos meninos institucionalizados – e tornados institucionalizáveis –, agora na Fundação para o Bem-estar do Menor (Febem), foram descritos como aqueles que vivem uma “dupla orfandade”, posto que longe da família e condenados a garantir a própria subsistência com aquilo que a sociedade lhes deixava de resto.

O primeiro Código Penal da República brasileira, de 1890, possibilitava que crianças entre 9 e 14 anos de idade com comportamentos considerados ilegais fossem internadas em instituições disciplinares; o tempo de permanência, sempre desconhecido, ficava a critério do juiz. O prazo não delimitado de contenção os pune até hoje,⁵ enodado à imprecisão do que faz ser e permanecer preso, percorrendo a lógica de uma penalidade que nada tem a ver com justiça, mas com “uma prática dos controles sociais ou [de] um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício do poder” (Foucault, 2013, p. 98).

Tais meninos receberam de herança um termo que marca quem delinque e é pobre desde a primeira legislação brasileira especificamente voltada para crianças e adolescentes identificados como desviantes, o Código de Menores, de 1927. O *menor*, exposto

5 A indeterminação do tempo da medida socioeducativa como uma das formas de punir os meninos será discutida ao longo do trabalho.

como aquele que coloca a vida em risco, e que, em razão disso, precisa ser reprimido, não é construído como tal e tampouco tem sua existência tomada como coisa desimportante sem a narrativa que faz dela um resto. Menores eram os pobres e os negros, mostrando que a vida indigna é um constructo intencional.

Há essa “rede carcerária” falando incessantemente do delinquente, em que exatamente aquilo que se diz funcionar para evitar a sanção, de alguma forma, conduz a ela.⁶ Essa rede é feita pela instituição que executa as medidas socioeducativas, pelo posto de saúde, pelos serviços da política de assistência social, pela escola e pela unidade de internação quando reproduzem essa biografia solitariamente desviante, afirmando que a infração se daria fora de uma história social e política.

Quarenta anos depois, pela Lei Federal n. 5.258, de 1967, que tratava das medidas aplicáveis aos menores de 18 anos que praticavam ilegalidades, um menino pobre e, sobretudo, negro, vagando sem destino considerado certo ou que não possuísse meios de subsistência, poderia ser detido. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, em 1972, foram assim nomeados os motivos para a internação de crianças e adolescentes: orfandade, aspectos considerados de desorganização familiar, ausência de recursos financeiros, pertencimento a família monoparental (caso de praticamente todos, cujos lares eram cuidados por suas mães), alcoolismo ou doença dos responsáveis, maus-tratos, fuga e abandono do lar, uso de drogas, vadiagem, mendicância e, por fim, cometimento de infração à lei.⁷ Condições relacionadas à vulnerabilização marcavam a seletividade que estabelecia o perfil dos ditos marginais. Nesse cercamento cotidiano, como se foge de ser o desviante se, para desviar, basta andar pela cidade sendo quem se parece ser (essa figura que deve ser controlada)?

A ideia de que são irregulares as pessoas, e não suas condições de subsistência, foi mantida no Código de Menores quando reformulado alguns anos depois, em 1979. Negligenciando as violências que atravessavam as trajetórias de vida, as decisões judiciais pautavam-se na concepção de que haveria um perfil de quem nasceu para seguir caminhos censuráveis, devendo ser parado e corrigido, numa lógica de proteção a certa infância brasileira que “sempre esteve subordinada às exigências de defesa social, ou seja, à proteção contra futuros delinquentes. [...] essa prerrogativa acabou por autorizar o controle de crianças e adolescentes em nome da [hipotética] proteção social” (Silva; Gueresi, 2003, p. 7).

Os anos de 1980 carregaram a força dos movimentos sociais em luta por liberdade e pelo fim da repressão militar. No Brasil, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, dois anos mais tarde, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que

6 A expressão “rede carcerária” foi apresentada em Foucault, 2010c.

7 Informações sobre a pesquisa foram retiradas de Trassi, 2006.

inaugurou o direito especial da juventude, vinculando o respeito ao processo legal. Internação, semiliberdade e liberdade assistida, medidas anteriormente existentes, permaneceram na nova lei que, em seu art. 112, apresentou três outras: advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviços à comunidade. Abolindo a Doutrina da Situação Irregular, o Brasil afirmava a Doutrina da Proteção Integral como perspectiva de atenção e atendimento à sua infância e juventude, que passa a ser alvo de políticas protetivas e de amparos formados por uma coletividade que ultrapassa o espaço familiar e escolar.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil formulou legislação internacionalmente reconhecida por suas propostas inovadoras, deixando o adolescente de ser responsabilizado pelo que é, passando a sê-lo por aquilo que fez (Méndez, 2008). Considerando-o sujeito em desenvolvimento, a lei afirma a participação social no ato infracional, confirmando a pluralidade de elementos que culminam na ação ilícita. Tendo enunciado que ninguém nasce infrator e que a ilegalidade também decorre de condições materiais, sociais e políticas de vida, em sua redação não lhes relegou a desqualificação da lei anterior. Entretanto, ao passo que foi sendo arquitetada certa especialização na compreensão da adolescência como um tempo de desenvolvimento e do ato infracional como um evento que não define toda a vida de quem o praticou, a nomeação desses meninos como infratores e a noção da infração como um adoecimento ou um desvio individual permanecem justificando práticas de controle dentro das quais jamais terminarão qualquer empreendimento deles esperado, pelo impossível que esse término implica diante de uma sociedade de controle.⁸ Na experiência mais cotidiana, a extinção da medida **não** significa o fim da sanção para meninos que deverão continuar sendo observados e advertidos; por isso, ainda que não estejam (mais) confinados, seguirão endividados, permanecendo a lógica discursiva que afirma a necessidade de dispositivos e instituições que separem ricos e pobres, além do controle sobre os últimos. Sem enfrentar a raiz dos problemas que a estruturam, a sociedade brasileira não garante a realização dos direitos sociais desses meninos, e isso os implica cotidianamente, dentro e fora da medida, numa existência impedida (ou que, apenas enfrentando inúmeros desafios, consegue experimentar outras coisas).

Hoje, as perguntas feitas dentro da medida reproduzem outras que eram colocadas num passado anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando percorrer as rotinas desses meninos para, no esboço de sua suposta existência, planejar intervenções que deveriam reconduzir suas decisões. O termo *menor*, ainda em uso e que no campo social os quer reduzir a nada, solicita-lhes insistir muito para fazerem suas

8 Conceito trabalhado em Deleuze, 2013.

potências minoritárias advirem, inventando bifurcações e variações dentro desse mesmo termo que lhes é dado.

Os mesmos cursos ou trabalhos lhes são oferecidos e a medida, negligenciando que poderia fazer outras ofertas, supõe o que não poderão ter (e ser), querendo adaptá-los ao desejo homogêneo que configura “uma individualização emoldurada” (Munhoz, 2017, p. 165), pois precisam aceitar qualquer condição de existência conformada para alguém que se pareça com eles, nunca para eles próprios. Cada um desses meninos, quando recebe uma medida socioeducativa, “recebe não só um *status* jurídico, mas uma carreira a ser cumprida” (Violante, 1984, p. 147). A medida localiza a motivação para a infração no íntimo de uma mente supostamente não adaptada e vislumbra que os caminhos para os meninos sejam os já delimitados para o cumprimento dessa carreira, capturando, também na lógica da desadaptação, os instantes em que tentam escapar.

As condições problemáticas de cumprimento da medida de internação Brasil afora têm sido denunciadas em diversos momentos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir dos anos 2000, o modelo de atendimento Febem teve alterações, sobretudo, em decorrência das inúmeras denúncias de maus-tratos em suas unidades; em 2006, por exemplo, inspeções em unidades de internação constataram, entre outros, que, das trinta unidades visitadas, em dezessete havia reclamações de espancamentos sofridos por adolescentes, dentre outras violações (Conselho Federal de Psicologia; Ordem dos Advogados do Brasil, 2006). Mudanças estruturais se faziam necessárias, o que incluía a construção de projetos pedagógicos e a abertura das unidades para a presença de representantes da sociedade civil.

No que diz respeito à organização da política, a partir de 2005 se deu, em território nacional, o processo de municipalização das medidas em meio aberto. Em dezembro de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou a resolução n. 119, que aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) afirmando-o como um conjunto de princípios, regras e critérios atravessado pelas instâncias jurídica, política, pedagógica, financeira e administrativa ativado desde a apuração do ato infracional até a execução das medidas. Todavia, como conquistas nesse campo têm sido sempre frágeis, solicitando o combate constante, no final de 2007 foi inaugurada na cidade de São Paulo a Unidade Experimental de Saúde.⁹ Fruto de convênio entre as Secretarias da Saúde, de Justiça e de Administração Penitenciária, essa modalidade de atendimento foi criada para admitir adolescentes autores de ato infracional que receberam algum diagnóstico de transtorno de perso-

9 A Unidade Experimental de Saúde teve nova regulamentação (por meio do Decreto n. 53.427, do Governo do Estado de São Paulo) em 16 de setembro de 2008 (Vicentin; Gramkow; Rosa, 2010).

nalidade ou que sejam considerados especialmente perigosos. Meninos ali colocados vivem sem saber quando (ou se) sairão algum dia em função da “indeterminação do tempo de privação de liberdade. [Por isso,] a unidade experimental de saúde em tudo se assemelha a um hospital de custódia e tratamento destinado ao cumprimento de medida de segurança por adultos” (Vicentin; Gramkow; Rosa, 2010, p. 64-65). O tempo, feito um marcador da mudança no outro, viola a vida quando enlaça o menino que precisa entregar algo pouco explanado para que possa estar fora da sanção.

Avaliação realizada no aniversário de 20 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2010, mostrava a persistência de uma lógica assistencialista no socioeducativo. À época, o relatório lembrava que certa concepção sobre a vida do sujeito socialmente vulnerabilizado reproduzia visão cristalizada sobre ele e, em âmbito nacional, nem mesmo provas do ato infracional eram solicitadas ou examinadas, permitindo haver “decisões díspares, facilitando excessivamente a discricionariedade na apuração da infração praticada e consequente aplicação da medida” (Brasil, 2010, p. 52). A sanção seguia sendo imposta em função de quem cometeu o ato infracional, e não do próprio ato, de forma que “as condições pessoais dos adolescentes permanecem sendo evocadas como justificativa da intervenção socioeducativa, configurando a persistência de um direito penal do autor no sistema de justiça da infância e juventude” (Brasil, 2010, p. 54).

Em 2012, a Lei Federal n. 12.594 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e afirmou os objetivos das medidas socioeducativas: i) responsabilizar o adolescente quanto ao ato infracional; ii) integrá-lo socialmente, garantindo seus direitos individuais e sociais; e iii) desaprovar a conduta infracional. Uma diversidade de ordenamentos, registros, diretrizes, normativas, documentos, regimentos, além da necessidade de projetos político-pedagógicos, constitui o fazer socioeducativo e as responsabilidades dos diferentes entes em nível federal, estadual e municipal. A execução das medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação ficou atrelada à elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de registro, planejamento de metas e objetivos e de acompanhamento das atividades desenvolvidas com cada um. Além do plano individual, há os relatórios elaborados pelas equipes profissionais, que também indicam o desenvolvimento da sanção.

Levantamento sobre o cenário das unidades de internação brasileiras divulgado em 2012 mostrou que, dentre outras violações, estava a centralidade do atendimento socioeducativo em psicólogos e assistentes sociais, pouco participando outros igualmente relevantes, como advogados e pedagogos. Esse dado exibiu a dominância das intervenções sobre o sujeito, e não em prol da garantia dos seus direitos. Outra violação era a distância entre a unidade de internação e o território de moradia do atendido,

dificultando as visitas familiares e a presença de outras figuras de afeto que contribuiriam para planejar o retorno de quem estava privado da liberdade ao seu território (Conselho Nacional de Justiça, 2012).

Em 2016, nova pesquisa reafirmou a marca de uma medida socioeducativa executada em função do ato infracional cometido, e não das necessidades de quem o praticou. Na ocasião, foi ressaltada como persistente, na história brasileira, “uma visão linear que descreve e caracteriza, que atende e avalia, que progride ou regride o adolescente dentro do sistema, tão somente pelo ato infracional” (Brasil, 2016, p. 113). Somava-se a isso a persistência de violações, desde a apreensão policial até o término da sanção. Atrás dos muros institucionais, permanecia necessário o combate a uma mentalidade carcerária que produz diferentes violências e, do lado de fora, a uma lógica de patologização de quem comete alguma infração, já que “grande parte [da sociedade] ainda enxerga o adolescente em conflito com a lei como ‘portador’ de uma patologia social e, por isso, deve[ndo] necessariamente ser colocado em reclusão, fora de circulação, quando não exterminado” (Brasil, 2016, p. 115).

Em pesquisa publicada em 2019 e conduzida nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo foi registrado que entre o Sistema de Justiça e o Sistema Único de Assistência Social, que se relacionam, respectivamente, pela atribuição e pela execução das medidas socioeducativas, há um afastamento que dilata o desconhecimento de quem impõe a sanção em relação ao cotidiano dos meninos e dos desafios que as equipes executoras precisam percorrer com eles (Rizzini; Sposati; Oliveira, 2019). Isso revela que mesmo as medidas em meio aberto tendem a ser atribuídas sem que seja considerada a realidade vivida por quem deve cumpri-las, contribuindo para que os envolvidos sejam responsabilizados pela não realização de metas que, de partida, mostravam-se desafios quase intransponíveis por uma pessoa só – por alguém que deve, sozinho, realizar o que tem se mostrado, em muitos casos, irrealizável diante da força social que não deseja a transformação de suas condições de agenciamento.

A medida produz a necessidade de informação e que saiba do menino o que faz, por onde caminha, como vive, com quem se relaciona. Sempre o mesmo, uma certa parte de sua vida. Através da escrita, produz normas, estreitando existências; tece subjetividades e reproduz verdades dentro das quais o menino pode e sabe pouco. Escrever sobre alguém para um terceiro sem a participação desse mesmo alguém ocorre entremeado a dois processos, ao menos: um, que produz o menino como desviante, e outro, que o pune. Ninguém chega diante de um juiz apenas em função da ilegalidade cometida, pois leva consigo também os registros feitos por um perito em seu dizer de especialista que aponta a (ir)regularidade nessa pessoa, punida no que se descreve dela (Foucault, 2010a; 2010c). Perante o juiz, ela é, primeiro, uma construção discursiva. O que ele julga, o ponto sobre o qual assenta o castigo, é pre-

cisamente a suposta anormalidade ou o desvio de quem pratica o ato, e assim, em certo modo de fazer a medida em que há um menino sem rosto e sem história, os relatórios e pareceres determinam a necessidade de curar ou de desentortar um destino que se teria feito torto, pois existe em relação a certa ideia de vida reta. Tais meninos, em uma inclusão degradante, nunca passam a ser vistos com outras lentes.

Assim, diversos documentos, cujas linhas são compostas de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, advogados, sociólogos e psiquiatras, registram o que as equipes percebem deles ao longo do processo socioeducativo. São, frequentemente, uma fabricação documental feita *pelos outros* e não *com* as pessoas sobre as quais falam, restringindo-se a contar o que os profissionais alcançam sobre as vidas e operando, como efeito, a contenção muito mais do que a evitação do delito. Há uma produção de saberes que se propõe a dizer o que acontece dentro de um processo que finda no momento que o juiz define, com base nesses mesmos documentos, que o menino está pronto para seguir seja por ter alcançado o tempo máximo da medida, seja porque atingiu algum lugar supostamente novo. A medida deve examinar a transformação que pretende atingir enquanto se lança a uma elaboração documental em que a principal pessoa não comparece na autoria. Mas, afinal, qual seria esse ponto em que o autor da infração se torna pronto?

Nos últimos anos, apesar de avanços legislativos, com destaque para a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em 2012, a aplicação das medidas de semiliberdade e de internação segue dominante, enquanto as medidas em meio aberto deveriam ser fortalecidas, garantindo o convívio comunitário e o direito à liberdade. Em 2019, relatório apontou a precarização das condições de cumprimento da medida de internação, com “unidades superlotadas e sem condições de higiene e salubridade, [além da] falta de projetos pedagógicos” (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019, p. 32). Esse tem sido o contexto ao longo do tempo, permanecendo em questão aspectos que estruturam o terreno de quem trabalha e de quem cumpre as sanções, desafiados em um lugar tão fundamental, que é o de sua dignidade, já que a precarização os atravessa constituindo um circuito perverso do qual, sendo vítima, perpetrador ou testemunha, ninguém está fora nem deixa de ser, em alguma instância, violentado.

Recente pesquisa nacional sobre o processo de municipalização das medidas em meio aberto (Bueno; Carvalho; Facundo et al., 2021) mostrou diversos desafios para a execução delas, como a falta de estrutura para a realização dos estudos sociais por representantes do Sistema de Justiça que subsidiam tanto a atribuição quanto o encerramento da sanção, de forma que o Judiciário realiza ambos sem critérios específicos que ajudem a propor ações que melhor apoiariam cada menino, além da estrutura precária para profissionais do meio aberto, contribuindo para a rotatividade das

equipes técnicas e a baixa representatividade dos adolescentes nos Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes. Esses desafios configuram um contexto que, se não determina, dificulta muito o trabalho das equipes e, como efeito, o acompanhamento prestado. Afora isso, violências praticadas contra meninos em cumprimento de medidas foram vinculadas a grupos ligados ao universo criminal e a policiais militares, com maior frequência, durante abordagens policiais, sendo relatadas inúmeras agressões físicas e verbais e práticas de tortura tanto nas ruas e como durante o cumprimento de medidas restritivas de liberdade e de internação.

Nas entrelinhas do cotidiano, o desviante não se constitui pelo ato infracional grave, que é o menos praticado,¹⁰ mas, discursivamente, pelo ato irrelevante que o coloca muito mais em risco, exposto nas biqueiras para a venda de drogas, parado e disponível à chegada dos policiais, ou nas cenas de furto e roubo, em uma fuga que nem sempre tem sucesso. A vida desses meninos é sempre muito mais ameaçada.¹¹ O fato de a infração ser tomada no discurso social mais difundido como uma questão majoritariamente dos negros e pobres – que seguem predominantes no sistema socioeducativo – contribui para que sejam parados, revistados e apreendidos, sofrendo diversas intervenções em seu dia a dia. Tornando o *menor* uma categoria majoritária (todos representariam uma mesma coisa), produz-se a ideia de que são uma intimidação contínua. Assim, entre a internação e as medidas em meio aberto, parece haver um deslocamento de dispositivos de controle, dominando, no meio fechado, os disciplinares, sobretudo aqueles que agem sobre o corpo, enquanto, no meio aberto, “os dispositivos chamados seriam predominantemente os de segurança e o biopoder, sem, por isso, prescindir das técnicas disciplinares” (Frasseto; Jimenez, 2015, p. 412). Nessa medida, a ação deve ser sobre a pessoa, devendo ela ser mudada, pois, querendo menos (ou querendo pouco), não voltaria a infracionar, adaptando-se à vida que outros lhe disseram que deve levar.

A história recontada mostra o passado no presente. Demonstra que não basta afirmar a não reincidência, que os meninos tenham de dizer *não* ao ato infracional, quando pouco podem se encontrar com a possibilidade de vislumbrar e debater sobre um trabalho que desejam realizar ou as cidades que gostariam de visitar ou a poesia que cada um poderia criar para si. Quando a medida diz *não* à infração, precisa afirmar algo em seu lugar, dizendo sim à vida no alargamento da possibilidade de realização de outras obras. O *sim* à vida consiste em muito mais que a sobrevivência e, para que seja sentido na pele em carne viva, precisa se realizar e encarnar no dia a dia.

10 Conforme informado por Brasil, 2019.

11 De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Os encontros com os meninos nos quais falaram sobre a medida testemunharam a largueza de suas existências e que aquilo que vivem, na sua complexidade e nas sendas que criam para si, fica de fora diante da lei e de sua execução, furtando deles a experiência de se verem como pessoas cuja palavra e vida importam para aquele que os escuta no interior da medida. Há uma dimensão pública da sanção para a qual ela fecha seus olhos, desresponsabilizando-se quando ofusca o fato de que aquilo que vive o menino não se originou apenas de seu corpo individual, sendo efeito de séculos de reprodução de desigualdades sociais. Afirmá-lo é perigoso, pois implicaria a própria medida a se repensar, já que não se trataria mais da modificação de um corpo só (sozinho), exigindo disponibilidade para participar da ampliação das possibilidades de presença do menino no mundo.

2.1 A CHEGADA AOS CINCO QUE ME ACOMPANHARAM

Em dezembro de 2018, a retomada do contato com um serviço que executa as medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Paulo, parceiro de trabalhos anteriores, e a intermediação da equipe que ali trabalhava, permitiu o acesso a três dos cinco meninos que participaram da escrita aqui reunida.

Os profissionais daquele serviço falavam dos meninos com os quais era preciso conversar, cujas trajetórias de vida faziam uma espécie de cisão nas biografias que geralmente se apresentavam ali: uns, porque gostavam de ler; outros, porque haviam passado por muitas apreensões e internações (mais do que o previsível para “meninos da medida”). Falavam enlaçando uma vida à outra, todas atravessadas por cenas cujos coadjuvantes eram a polícia, a família, a escola, o crime, a violência. Perguntavam-me: como pode a vida vingar quando a polícia ameaça, a escola segrega, o juiz prende e o crime pune?

Discorriam sobre meninos cujas experiências ora vingavam em meio ao deserto de oportunidades, ora eram tomadas como totalizadoras de suas vidas, parecendo não restar brechas por onde outras formas de existir pudessem passar.

Contavam que muitos dos meninos ali atendidos se esforçavam para conseguir emprego e matrícula escolar, e que suas ações eram tomadas como insuficientes do ponto de vista de determinados juízes que, não vendo emprego conquistado, não notavam o “desejo de mudar”. Aqueles que estudavam, obtinham notas quase sempre abaixo do aceitável. Os que não iam à escola, ao se verem “atrasados”, não cabiam nem na sala de aula, com os mais novos, nem entre os mais velhos, na Educação para Jovens e

Adultos. Estavam sem lugar e, sem lugar, a medida não era cumprida; demorava mais – dois ou três anos para muitos deles.

Escutei histórias daqueles que haviam passado a adolescência em unidades de internação e que não estavam “mais no crime”. Perguntavam: o que os teria feito “mudar”? No caso de MC Poeta, a leitura de um livro sobre Gandhi foi transformadora; disseram que o encontro do menino com a literatura também o havia aproximado da música e da poesia.

Ao ouvir o registro daqueles adultos que o acompanhavam, veio a vontade de usar nova ferramenta na pesquisa: além da palavra narrada, a palavra escrita. No encerramento daquele primeiro encontro, a festa de Natal que ocorreria na semana seguinte apareceu como possibilidade de aproximação, pois seria quando alguns adolescentes estariam presentes e outras conversas poderiam ser iniciadas.

*Na festa, a chegada a uma roda de meninos em companhia de uma das técnicas daquele serviço foi de grande ajuda. Durante as apresentações, falei dos anos trabalhados em unidades de internação da Fundação CASA, o que despertou a atenção deles. Escutar a palavra **internação** os fez falar das próprias experiências: unidades pelas quais haviam passado, outros meninos que ali conheceram, cursos realizados, violências sofridas e testemunhadas.*

Com 17 anos, quase não mais podendo ser levado à “cadeia dos menores”, Curió disse que contar suas experiências ajudaria a que outros não passassem por aquilo que havia vivido quando privado de sua liberdade. Para ele, o sofrimento até pode ensinar, mas nem todos precisam aprender sofrendo, já que as histórias de vida de outros também informam sobre as dores pelas quais não se carece passar.

No tempo daquela conversa, Curió cumpria medida recebida por ato infracional cometido dois anos antes; soube dela ao sair da internação de oito meses conseqüente a outra infração. Dele, veio a pergunta: “que sentido tem receber uma medida tanto tempo depois do crime?”

As conversas com os meninos encadeavam novos temas: não conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Plano Individual de Atendimento (PIA) porque o conhecimento da lei lhes daria argumentos para brigarem por direitos. Eles assim disseram; era como entendiam o pouco acesso que lhes era dado aos documentos relacionados ao cumprimento da sanção, vividos como segredos. Segredos.

Almoço servido, fim de conversa. Encontros marcados para a semana seguinte com alguns que toparam seguir. Antes da partida, MC Poeta apresentou

alguns de seus poemas aos convidados da festa; suas palavras fizeram pensar, uma vez mais, que uma história silenciada arrisca esconder a poesia que poderia ser afirmada. E que a palavra importa. Sempre.

2.2 UM JEITO DE APRESENTAR: CARTAS PARA AQUELES QUE EMPRESTARAM SEU OLHAR

Como começar novamente? Como alcançar a intimidade e imediatez que quero? De que forma? Uma carta, claro. (Anzaldúa, 2000, p. 229)

Acessar a vida experimentada em um contexto que parece sempre definido de partida, como o da medida socioeducativa, foi incentivo primeiro para as páginas que seguem, e não há como saber o que importa para uma pessoa fora da escuta de sua experiência, cuja realidade extrapola qualquer descrição que dela seja feita. A experiência muda, potencialmente, os modos de existir de um ser: há nela algo de incorpóreo e de incapturável, e um instante faz tudo ser percebido de outra forma. A escuta da experiência acolhe a possibilidade de escapar ao instituído quando alguém acessa o que lhe é próprio, suas marcas. Por isso, conhecer histórias de vida ajuda a olhar para lugares por descobrir.

Retomar uma circunstância vivida permite chegar a intensidades que a povoaram, dando para elas novos lugares, significados em um tempo que passou e que continua a passar. Escrevendo, esses meninos deixavam mais que um registro de si; ao produzirem uma narrativa recontando fatos, divergiam de uma demanda social de esvaziamento do próprio passado em que nada do que viveram importaria ou poderia ser reconhecido, e se apartavam, ainda que temporariamente, da insistente fronteira de um futuro ao qual deveriam para sempre estar submetidos. Apareciam de outros pontos de vista.

Faziam-se escreventes, em uma escrita apreendida como sempre inacabada, assim como a vida o é. O escrevente¹² coloca em cena a palavra para mostrar o que tende a ficar ignorado, desconsiderado, tomado como irrelevante, dando a ver o que, de outra forma, passaria despercebido: o inconstante e o surpreendente que fogem a qualquer plano que seja feito. Tal forma de escritura é atuada, corporificada, seja ela feita sobre o papel, seja falada para um outro que a receba. Nessa escrita de si, uma pessoa sobrevive encontrando-se com o que lhe é mais próprio, formulando uma linguagem através da qual se exprimir passa a ser possível contra muitas adversidades.

Quando os meninos da medida são tomados como todos iguais, apresentá-los individualmente se alia à afirmação de que nenhum relato que qualquer um deles

12 Conceito trabalhado em Foucault, 2016.

fizesse seria tudo o que poderia ser dito e que ninguém jamais poderia ter dito o que cada um deles disse em seu próprio tom. Como suas apresentações foram elaboradas depois que nossos encontros acabaram, eu não poderia escrever como se fosse eles ou como se estivesse com eles. Escrevo, em vez disso, cartas para eles, apostando na palavra que resiste ao que foi naturalizado, mantendo vivo quem se quer, pois, “por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica [...] por guardar-se o que se quer guardar” (Cícero, 2006, p. 11). Essa escrita quer alongar as intencionalidades dos nossos encontros, em certa atenção em relação ao outro e com a certeza do infundável da própria escritura.

A carta permite o acesso à memória, sendo, por isso, “parte importante de uma política de pesquisa que intenta articular escrita, cuidado e experiência” (Battistelli; Oliveira, 2021, p. 693). Tal composição corporifica a intenção de que uma pesquisa acadêmica divirja de uma escrita protocolar, habitando “as relações de saber e poder em que nossos pensamentos são produzidos, tendo por horizonte efetuar deslocamentos em encontros contingentes e romper com o domínio de ideias gerais” (Machado; Fonseca, 2019, p. 11). As próximas cartas foram escritas falando para (e de) cada um dos meninos, em uma defesa de uma micropolítica das relações, trazendo coisas que, efetivamente, cada um disse ou ajudou a escrever no interior de um recorte que não pode ser negligenciado: o da medida socioeducativa, que foi o lugar desde o qual iniciamos a conversar.

A missiva pode contar a história de um tempo e rememorar-lo, resgatando algo que passou e que, ao menos em suas linhas, não se perde mais. As cartas que seguem foram escritas com um “compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar essa linguagem que foi criada para operar contra [esses meninos]” (Lorde, 2019, p. 54), sabendo que talvez nunca cheguem até eles. A carta traz uma memória e, também, uma presença que se quer perto, guardando, por isso, uma esperança ao fazer esta escritora se aproximar de um horizonte que se fez distante.

Para MC Poeta:

A gente se conheceu na festa de Natal do serviço de medidas onde você cumpria LA. Eu me aproximei sem saber muito de você pra além de que você lia bastante e que isso tinha chamado a atenção da equipe que te atendia. Eles que sugeriram que eu tentasse uma conversa contigo. Na primeira aproximação, você topou o meu convite pra que a gente se encontrasse pra falar da medida. Eu te falei desse jeito mesmo – a medida – porque eu queria saber pra onde tuas ideias iam te levar a partir dessas palavras. Eu também te disse, acho que mais de uma vez, que não saber o que é a medida pra cada menino tem a ver com entender que não existe

um sentido único, e que a medida é uma coisa diferente pra cada um. Você concordava.

A gente se encontrou algumas vezes na pista de skate que fica na praça ali perto. Você ia encadeando os assuntos uns nos outros e eu tentava não te atrapalhar. Na minha timidez, às vezes é difícil começar uma conversa, mas você sempre falava bastante e rápido, então, quando a gente se via, a timidez não era um problema. Eu fui me dando conta de que você era falador, que você gostava de contar as suas histórias. E era muito bom te escutar.

Você contou que o seu pai bebia muito e que a sua mãe usava crack, e que isso fez com que você tivesse que cuidar de você mesmo e das coisas da casa desde cedo. Eu via muita seriedade no seu jeito de falar sobre os seus sonhos de ter um emprego e uma casa própria pra não depender de ninguém. Também, da sua vontade de escrever um diário e contar suas histórias. A gente falou de uns lugares pra ir junto, onde a gente nunca chegou, e cada um mostrou o livro que tava lendo. Eu lembro que o seu era o Sobrevivendo no inferno.

Você me disse que achava que o que tinha pra falar não ia interessar a ninguém. Eu te disse que acreditava que não existe só um jeito de dizer as coisas, daí você deu a ideia de escrever a partir dos períodos da sua vida, como a “infância na Fundação CASA”, que foi o primeiro título que você sugeriu. Pra pensar essas coisas do diário, eu li um trecho de um livro que te interessou, era O livro dos abraços. Passando os olhos pelos capítulos do livro, a gente foi se dando conta de que o nome do diário ou dos capítulos dele podiam ser vários, que você podia inventar nomes.

As nossas conversas iam sempre num vaivém de lembranças suas sobre a medida. Foram oito passagens pela Fundação, três na internação. A última durou mais, quando você ficou internado no mesmo quarto que o seu irmão. Lembrou das rebeliões e de ter visto situações muito violentas. De lá, só sabia que não queria voltar. Acreditava que a internação não tem nada a ver com a vida fora dela porque, fora, as dores e os dilemas são outros. Passar pela internação não alterava os problemas vividos fora dela. Dizia que meninos como você nem são vistos como cidadão porque não têm direito nenhum, apesar de serem muito cobrados pela sociedade. Do seu ponto de vista, mudar o destino depende de cada um, já que nenhuma ajuda nunca chega perto.

Certo dia, no fim de um encontro, a gente combinou que se veria depois de quinze dias, mas isso não aconteceu. Por mensagem, você me contou que

a sua avó tinha morrido e que, por isso, você ia ficar mais tempo em casa, cuidando das coisas. Acho que foi um jeito seu que deixou aquilo que a gente tinha falado ser suficiente. Meses depois, tive notícias suas cantando as letras de rap que você mesmo escrevia e, sem saber, você me permitiu voltar às nossas conversas.

Para Sorriso:

Te conheci quando fui fazer um grupo com trabalhadores das medidas num serviço da assistência social onde você tava numa espécie de programa de jovem aprendiz. Enquanto eu subia a escada pro segundo andar, onde ficava a sala de reuniões, escutei você falando sobre o seu tempo no LA, que tinha acabado uns meses atrás. Curiosa, dei um jeito de puxar assunto contigo. Falei de uma pesquisa que eu tava fazendo e perguntei se você topava marcar um dia pra conversar comigo, que eu voltava ali. Você topou na hora e ainda falou com o menino que tava do seu lado, que também tinha passado pela medida, porque você achava que seria bom eu falar com ele também. Ele é o Likão, você já sabe disso. A gente trocou os contatos e, depois de algumas mensagens, tivemos o primeiro encontro. Nele, convidei vocês pra construir uma escrita coletiva a partir das experiências com a medida.

Você sempre falava rápido e bastante, grudando uma história na outra. Queria compartilhar as coisas do seu dia a dia e contar como elas te tocavam e te faziam pensar. Likão e você contavam coisas que podiam endurecer o coração, mas que, nas suas palavras, movimentavam o sangue, fazendo aparecer sempre ideias novas e muitos dilemas também. Por isso, eu achei boa a sua ideia de chamar ele pra conversar junto. Eu acho até que vocês iam se ajudando a falar coisas que eram muito difíceis. Você tinha uma gentileza no seu jeito de escutar e ir sacando que às vezes nem precisa dizer nada, que só ouvir e estar perto já é uma grande coisa.

Eu entendi que, pra você, falar da medida é falar das violências e do racismo. Toda vez que a gente se encontrou, era por aí que você ia, mesmo que eu não fizesse nenhuma pergunta nesse sentido. Daí, eu ia escutando e sacando que era isso mesmo, que a medida tinha a ver com as várias humilhações que você passava por parte dos policiais e, mesmo quando você não cumpria mais ela, todos os dias ela aparecia, porque você sabia que era sempre um suspeito e que, por isso, tava sempre em risco de ser revistado e levado pra delegacia.

Você falava do medo de voltar a infracionar quando a bolsa que você recebia acabasse, e isso ia acontecer uns meses depois. Eu via que você queria uma vida tranquila quando, em cada história que contava, o seu sorriso aparecia, numa leveza inesperada. Mas, nos dias de tristeza e intranquilidade, duvidava que pudesse ter uma vida boa e calma. Dizia que a sociedade fala que um menino como você tem que mudar, mas não deixa, que parece que ela própria não acredita no que pede. Lembro que me disse que, no tráfico, não tinha esculacho, mas que, foi só começar a trabalhar, que isso de apanhar dos policiais começou. Às vezes, parecia que tanta violência não te abalava. Quer dizer, abalava, mas não te dominava. Você fazia um esforço enorme pra ficar vivo e bem.

Pouco a pouco, a gente foi deixando de se encontrar. Isso começou quando transferiram você pra um outro serviço e você ficou totalmente sem entender a razão daquilo. Por que ir pra outro lugar e ficar longe do seu parceiro? Você ficou se perguntando se era alguma punição, mesmo sem encontrar algo de errado que tivesse feito. A nossa última conversa aconteceu quando eu tava no ônibus indo encontrar vocês; eu mandei uma mensagem pra avisar que estava a caminho e você disse que não tava mais lá onde a gente sempre se encontrava, que tinha sido transferido. O seu tom de voz era muito diferente, você parecia preocupado, triste, decepcionado. Disse que tava confuso e que não queria prometer que a gente ia se encontrar de novo. Eu tentei mais algumas vezes, mas parecia que aquelas conversas não cabiam mais. Eu soube de você, por um tempo, pelo Likão. Depois, nem eu e nem ele sabíamos mais o seu telefone. Parece que, quando as coisas vieram assim, tão sem explicação, você ficou num lugar muito ruim tendo que dar sozinho um sentido pra tudo aquilo. Acho que, dentro disso, eu também fiquei um tanto sem saber.

Para Likão:

Na primeira conversa, você contou que cumpriu o LA por dois anos, junto com a PSC. Antes disso, foram sete dias de internação provisória, esperando a resposta do juiz. De volta ao bairro, foi difícil pra você cumprir as medidas, e teve umas épocas que você nem ia no serviço. Por conta disso, você ficou um ano de busca e apreensão. O LA durou uns dois anos quando você tava sem vontade de cumprir (ou quando não fazia sentido pra você). Naquele tempo, você tava traficando ainda, e me disse que o pessoal da medida não te ajudava, que foram cinco trocas de técnicos, sempre tinha gente entrando e saindo. Daí, por conta disso, você recebia orientações

diferentes de cada um deles, e aquela bagunça não te ajudava a ver sentido em ir até lá cumprir a medida.

Uns anos depois, você passou a ir, pra que a medida acabasse logo. Não dava mais “pra tapar o sol com a peneira”, foi assim que você me falou. Era melhor quando o técnico dava conselho e não julgava, deixando você decidir sobre a sua vida. As conversas que eram boas te faziam pensar quando você voltava pra biqueira, e fortaleciam, enquanto você estava ali, a vontade de mudar de vida. Eu fui pensando que isso de querer ter conversas melhores com os técnicos, que eles não te dissessem o que fazer, sem nem ao menos escutar as tuas ideias, tinha a ver com a importância de encontrar adultos que te escutassem, uma experiência que, até então, você não tinha tido muitas vezes.

Você sempre se mostrou observador, ficando mais em silêncio, escutando o Sorriso falar. Pouco a pouco, ia falando de você também, trazendo várias cenas de quando a polícia te parava na rua. Em muitos dias, isso aconteceu mais de uma vez. Dizia que rótulo é a pior coisa que existe no mundo, porque faz uma pessoa ser julgada sem perguntarem pra ela sobre o que ou por que fez o que fez: “primeiro bate e, depois, pergunta”, você falou assim sobre a polícia. Então, quando era mais preciso, a acolhida vinha da rua e dos amigos que, por conta disso, ficavam num pedestal. Você disse que mesmo quem não presta ocupa esse lugar, porque acolhe e valoriza quem você é.

Me contou também das violências que sofreu dentro de casa, porque o seu padrasto te batia bastante quando você era criança. Sabia que não tinha a ver com você, que não era culpa sua o que acontecia, mas isso não fazia as tuas lembranças doerem menos. Te escutando, eu pensava que você tinha a experiência de ter um corpo invadido, de ter as mãos de outras pessoas furtando o prazer do segundo pedaço de bolo (foi quando seu padrasto te bateu porque você comeu mais um pedaço, que era o do seu irmão, que tinha dado o bolo pra você). Nesse dia, que você contava das vezes que tinha apanhado, levantou da cadeira e ergueu a camiseta pra mostrar pra gente a sua barriga e as suas costas. Na sua pele tinha várias cicatrizes deixadas pelas surras. Era bem duro aquilo de que aquele adulto não precisava se explicar enquanto batia sem que ninguém aparecesse pra parar aquilo. Quando você contava aquelas coisas, mostrava uma coisa dura que tinha a ver com o fato de que viver algo diferente te pedia o impossível de ter outra pele, de estar dentro de outra história. Você parecia solitário nas suas cenas familiares, tendo perdido sua mãe e sua avó anos atrás, tateando seus

passos enquanto ainda era jovem, investigando como criar seus trajetos para o adulto que viria.

Para Curió:

Você foi o primeiro com quem eu troquei ideia na festa de Natal. Mesmo assim, demorou um tempo pra gente se encontrar, e quando janeiro chegou, eu nem acreditava mais que ia conseguir conversar contigo. Daí, num dia em que fui no serviço de medidas pra me encontrar com outro menino, você tava lá. Assim que me viu, cobrou o contato que achava que eu não tinha feito. Eu respondi que tinha sido impossível falar contigo no número que tinha me dado, então, você abaixou a cabeça, meio sorrindo, como quem sabia que era difícil de ser acessado. Riu, nós rimos. Eu sugeri uma data pra que a gente se falasse e foi assim que, apesar de eu duvidar que fosse mesmo acontecer, a gente passou a se encontrar.

A gente se encontrava no serviço de medidas, na praça lá perto, no seu trabalho, no terminal de ônibus. Eu achava bom que você me dizia onde era melhor pra você, e os horários a gente ia acertando. No caminho que a gente fazia quando se encontrava e decidia ir pra outro lugar, novas conversas sempre iam aparecendo. Elas se davam nos trajetos, na vontade de um conhecer o outro, nos olhares atentos, no momento de atravessar a rua por entre os carros. Falando do dia a dia, a gente passava a falar das coisas da medida.

Você gostava de contar histórias de vida que não são fáceis. Tinha vontade de conversar em grupo com outros meninos na praça, tomando um suco e comendo bolacha pra cada um poder falar do seu ponto de vista. Quem sabe, até chegar num acordo. Quem sabe, conversar e não precisar chegar em acordo nenhum. Certo dia, no livro que eu levei (Verzola, 2016), li pra você a notícia de um jornal de 1980 sobre a Febem, complexo do Tatuapé, que falava das péssimas condições ali dentro. A notícia me ajudava a te dizer que uma história nasce de muitos lugares e que, muitas vezes, a gente quase nem pode falar de um começo pras coisas, como se elas ficassem sempre se repetindo. Você se interessou pelo livro, deixei contigo.

Pensar sobre a medida te fazia voltar várias vezes numa palavra: ódio. Sentir ódio no corpo, sentir sozinho um sentimento que não é só seu, mas de muitos outros meninos. Ainda assim, às vezes, é sozinho que ele é sentido, quando você não tem com quem falar sobre um sentimento que tem a ver com o mundo e com as coisas que se passam entre as pessoas. Eu acho mesmo que os adultos da medida não aguentam escutar o ódio que um

menino sente, só que você me mostrava que conversar te acalmava e que, se eu tivesse medo, você não ia nem poder falar e nem dar um jeito pra ficar mais tranquilo.

Você era um menino que, olhando pra trás, procurando o adolescente que tinha sido, se deparava com outros meninos que vivem hoje algo parecido. Contava que lembrava do olhar assustado dos meninos nas unidades de internação, principalmente quando eles chegavam ali pela primeira vez, desconhecedores de tudo o que naquele espaço se encenava. Você desejava que eles não tivessem que enfrentar o que você teve de suportar. Sabia que muitos entram no crime sem ideia de consequência e “pagam” meio desavisados. Você encontra neles o medo, o susto e o não saber também vivido por você, que queria cuidar deles da sua maneira, falando pra eles, com eles, das suas experiências. Você tinha essa confiança de que compartilhar as suas histórias era um jeito de ajudar a cuidar dos mais novos. Tempos depois, conseguiu te reencontrar; trocamos algumas mensagens e, antes de a gente marcar um encontro pra eu ler essas palavras pra você, você sumiu de novo.

Para Alemão:

Conheci você por conta de um trabalho que eu fiz com meninos e meninas que cumpriam medida. Você era o mais velho do grupo, com 17 anos, e contou histórias da internação, que só você ali tinha vivido, além de falar da violência policial e da vida no bairro. Quando perguntei sobre as coisas que aconteciam ali, disse logo que não podiam fazer nada pra mudar as coisas, porque “o problema é o sistema, e tem sistema em qualquer lugar”. Você dizia que o dinheiro e as leis sempre provocam disputa e brutalidade, e que vocês eram uma parte muito pequena nisso tudo. E muito prejudicada, também.

Depois desse dia, nos encontramos novamente no serviço de medidas. Lembro que eu cheguei atrasada num dia de muita chuva e que combinamos um próximo encontro. Passamos a marcar no lugar onde você cumpria a PSC, um equipamento de cultura num bairro próximo do serviço e perto da tua casa. Você ia me dizendo como funcionava melhor pra você e, quando não podia ir, me escrevia. Uma vez, você me mandou uma foto do teu irmão no hospital, você tava lá com ele e me mostrava isso.

Em um encontro, disse que entrou pro crime em meio à pobreza. Queria ajudar em casa, mesmo que escondido, porque sua mãe não aceitava aquele dinheiro; também queria comprar um tênis e roupas. O crime oferecia uma

moral, uma certa ética que acolhia e te fazia se sentir uma pessoa que importava, que sabia fazer coisas. Mas, daí, isso também foi te levando a pensar que a vida de adulto é ter que lidar com a morte, ter que mudar de bairro pra ficar vivo porque a polícia vem atrás depois que reconhece o rosto na cena do crime. Ao longo do tempo, um amigo teu foi preso, outro sumiu no mundo e, um terceiro, foi morto. Parecia que vida adulta é correr pra sobreviver, ficando sempre no perrengue.

Estar na medida é saber que algo é esperado de você, sem saber o que. Não ler o relatório feito pela técnica e nem poder imaginar como esse documento te ajudaria a alcançar o que mais importa na vida: conquistar a tranquilidade de ter dinheiro e independência. Na internação, você disse, o menino come cinco refeições por dia, mas não é fácil. Quase todo mundo é punido por coisas que outra pessoa fez, daí, o tempo da internação vai aumentando. A PSC você achava muito injusta, o mesmo que trabalhar de graça. Sem sentido e sem tarefa que interessasse, era ainda pior. Contava as horas do tempo que não passava e se sentia pouco acompanhado pelo pessoal da medida, que não fazia ideia do teu cotidiano ali.

Você me fazia pensar na sua vida como um constante caminhar sobre uma corda bamba, porque entendia que só tinha duas possibilidades de escolha: o crime e o fora do crime. Ensinou que ter direitos também tem a ver com um menino como você poder imaginar futuros e, na sua caminhada, poder ter dúvida, poder errar, poder testar e não querer, poder mudar de ideia, poder não ter medo de morrer assassinado, poder ser cuidado, entre tantas outras coisas.

Ensinou a importância de escutar mesmo as coisas mais difíceis, e corrigiu o texto que fiz depois de uma conversa nossa, dizendo que sim, você preferia ter uma arma na mão numa cena de roubo do que arriscar ser preso – é que a prisão, você disse, “é um inferno”. Mostrava que não tem contradição nenhuma querer uma vida mais calma enquanto tinha dúvidas sobre voltar pro crime. É que uma outra vida é uma coisa muito desafiadora pra quem é tão desafiado no dia a dia.

Nossos encontros acabaram quando o tempo da PSC acabou; você disse no próprio encontro que era isso mesmo, que não queria mais falar daquelas coisas. A gente se despediu desejando cuidado um pro outro.

Cada um desses meninos ajudou a compor os textos que subsidiaram as discussões aqui traçadas. Por meio do que contavam e de como corrigiam o que eu escrevia após nossos encontros, emprestavam linhas que permitiam imaginar o que os conduzia à necessidade de escapar em qualquer lugar onde estivessem. Ao falarem de um processo em meio ao socioeducativo que captura ou anula a possibilidade de fabulação do futuro, mostravam que imaginar futuro tem sido um problema. Essa dimensão da medida não se acessa fora da escuta de suas biografias, e inventar um método que auxiliasse tal abertura foi uma imersão necessária.

Fazer da palavra encontro

O caminho, porém, nem sempre conduz ao lugar desejado. O que importa, pois, não é o destino, mas sim o que se atravessa ao longo do caminho, a série de experiências das quais se é ator e testemunha, e, sobretudo, a parte imprevista, aquilo que acontece quando menos se poderia esperar. Trata-se, portanto, de prestar mais atenção ao caminho em si e aos itinerários do que à destinação. Daí a importância da estrada. (Mbembe, 2018, p. 252)

Na medida socioeducativa, o menino é chamado a falar em uma cena composta por alguém que lhe dirige perguntas cujas respostas são antecipadas, e a expectativa sobre o que deve ser dito cria um repertório para quem fala e para seu escutador. Aquele que interroga o menino compõe a cena, também construindo o relato que se elabora, e assim, quem fala o faz em meio a um tempo e contexto que autorizam a exposição de certas ideias, falando para alguém que o escuta a partir de certa intencionalidade. Esse sistema decide as qualidades que deve ter o menino que fala e o lugar que ocupa ao definir “os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa[ndo], enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras” (Foucault, 2014, p. 37).

Toda relação que envolve questões humanas abriga esse território em que o poder se realiza: a linguagem. O que está no mundo ganha significações e, por isso, desde o primeiro instante e em razão de sua própria estrutura, a linguagem dá passagem a modos de relação. A fala produz efeitos no falante e no ouvinte; pode ser violência ou

significação única que invade o corpo alheio, criando certa coisa, escondendo o que estaria lá. A linguagem tanto produz um semelhante como destrói o outro.

Nesse lugar onde muitos falam há o paradoxo da escuta escassa em que a medida fica presa ao que não foi dito (sempre em busca das causas) e fixada numa falta que a procura pela resposta correta produz. Muito se cria em cima do que não veio, e o que aparece, tomado como desimportante ou deslocado, fica posto de lado. Quando há expectativa acerca dos dizeres, falando não necessariamente se constitui um diálogo, pois o que se espera escutar produz ausência se o outro não disse exatamente o que era necessário que houvesse dito. Desatenta às condições de fala, a medida escorrega no desejo de agarrar o outro (Barthes, 2013), afirmando uma prática ou um saber descolado dele. Feita de muitos que falam e abrigando variados (des)encontros, tudo o que ali se diz fabrica saberes e indica uma posição narrativa, uma posição política.

Perguntas e avisos pré-programados colocam em marcha aquilo que se aprendeu que é necessário dizer e fazer o menino saber: estudar, trabalhar, ter outros amigos, chegar cedo em casa. Ele tem entre 12 e 18 anos de idade e deve apresentar um destino, havendo pouco espaço para o imprevisível. Quando a medida crê que é preciso saber certas coisas – as coisas certas –, constrói uma via cujas avenidas não abrem veredas por onde possa escapar uma prática outra. Nessa ideia de comunicação em que mesmo o que se pergunta informa o saber que interessa (em que, fora dele, nada se tem), o que se direciona ao menino são palavras de ordem (Deleuze, 2012), produzindo um corpo em situação de captura por práticas que fazem da língua um território sofrível, “pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 2013, p. 14). Obrigar a um dizer certo, submeter a uma palavra de ordem fantasiada de diálogo.

Da memória do tempo de acompanhar meninos nas unidades de internação, a lembrança de que ali se comunicava, paradoxalmente, o imperativo de não falar:

Com frequência, na unidade de recepção de meninos recém-apreendidos, chegados da rua e ainda com a roupa do corpo, eles escutavam as explicações do funcionamento local: cabeça baixa, falar pouco, obedecer. Falar apenas quando solicitados – responderem, portanto, em um dizer que não poderia ser iniciado por eles mesmos e que era sempre um retorno a uma ordem. Nos corredores, escutavam prescrições sobre respeito e boa-vontade, qualidades necessárias para saírem dali. Ouviam, calados, os adultos lhes dizerem que na vida basta querer para viver outra coisa, numa suposição de que aqueles meninos não queriam acontecimentos melhores para eles próprios.

O menino devia calar e falar numa mesma regra: conforme lhe ordenavam. Para Curió, durante a medida de internação, a impossibilidade de dizer dava ainda mais vontade de se pronunciar, mas, “se um menino falar pro juiz que apanhou, ele apanha ainda mais, à noite. Queria dizer que apanhar não muda ninguém”. Escutar o outro

requer uma aproximação em relação à sua experiência, permitindo que outros pontos de vista possam caber. Na distância hierárquica entre o juiz e o menino, as palavras ficavam aprisionadas. Curió desconfiava que sua experiência não caberia naquele que o escutava na sala de audiências.

Mas, a surdez não se restringe à figura judiciária. Likão percebia quando alguém falava *com* ele, e não *para* ele. Percebia isso porque, muitas vezes antes, havia sido diferente:

“Faz diferença o técnico que mostra o relatório antes de mandar pro juiz e pergunta a opinião do menino”. No meio aberto, quando lia os seus relatórios, nunca pediu pra que mudassem o que estava escrito: “eles contavam o que acontecia naquela época da minha vida. É bom quando o técnico não julga e deixa a gente decidir o que quer contar”. As boas conversas com quem o acompanhava faziam, quando de volta à rua, “pensar e fortalecer a vontade de mudar de vida. Eu olhava aquilo lá e lembrava da conversa no LA; eu via que era verdade que, com o dinheiro do tráfico, ficava difícil ter uma reserva [de dinheiro]”.

Pensar junto acontecia quando a medida aguentava o fato de que existe mais do que a linha dura da certeza que produz um *sim* contra um *não*; que há movimentos no que constitui o dizer que a própria fala não sabe e que só poderá saber depois, como efeito de uma aposta nessa espera que compreende que a vida se constitui em movimentos e que o pensamento se transforma em contato com o mundo, vivendo suas coisas, experimentando-se em relação. O pensamento, nesse sentido, tem a qualidade da indeterminação, cabendo na medida o silêncio e a possibilidade de não responder imediatamente. Sabendo que há um perímetro, que não é possível um dizer que abarque todas as possibilidades em qualquer circunstância da vida, aquela medida, com aquele menino, abria brechas para ele pensar escolhendo as palavras. No limite do dito, os sentidos se alargavam porque passava a ser possível refletir não completamente conduzido pela necessidade de responder a um ideal.

Desde a linguagem também se operam, portanto, resistências a um modo de pensar que busca uma identidade e que procura soluções fáceis. As palavras eram armas com as quais aquela medida lutava, fazendo-as dançar junto com a vida que Likão levava. Depois, aparecia algo de inesperado (um pensamento feito na biqueira), passavam outras ideias. Inventando perguntas, Likão refletia sobre a própria decisão.

Existir com o outro requer que não se saiba tudo para que tenha lugar o que poderia vir a ser descoberto, ou seja, “o que está próximo demais de nosso olhar para que possamos ver, o que está aí bem perto de nós, mas que nosso olhar atravessa para ver outra coisa” (Foucault, 2016, p. 69). Não há novas passagens possíveis quando o menino precisa se antecipar ao seu dizer; além disso, fica de fora o fato de que a vida

varia, engendrando, potencialmente, muitas formas para alguém dizer de si. Relatar a totalidade de si próprio é sempre do campo do impossível, pois a vida avança, dando ao relato e à existência temporalidades distintas. Acessar a variedade na vida implica afirmar a relevância do dizer em sua singularidade e inventar estratégias por meio das quais falar da própria experiência passe a ser possível.

3.1 RECONHECER A HISTÓRIA SINGULAR

Há uma medida que diz que a privação da liberdade ensina, que é bom para o menino se encontrar com um limite inquestionável para que aprenda a fazer escolhas, que é importante restringir seu livre-arbítrio para que sinta na pele o que perdeu: o direito de ir e vir, o contato com os amigos, a rua, o poder de deliberação. Que saiba e possa dizer sobre o que fez; que aquilo que faz não contradiga as expectativas, quaisquer que sejam elas. Tal proposição dessa medida não a compromete a enfrentar o necessário desconforto de repensar as próprias concepções.

Em outra lembrança produzida pela escrita, há a memória de, em 2010, acompanhar, como psicóloga, audiência solicitada pelo serviço de medidas socioeducativas em meio aberto para um menino de 17 anos que não vinha cumprindo “sua” liberdade assistida. Assim se deu a cena: primeiro, a juíza conversou comigo, a psicóloga, e com a educadora de referência do menino, sem a presença dele; afirmamos que voltaria ao acompanhamento regular, de forma que poderia seguir com aquela medida, não sendo necessária a internação provisória (frequentemente sugerida pelo Poder Judiciário para “dar um susto no adolescente”). Em seguida, a juíza conversou com a mãe dele, que se prontificou a continuar acompanhando e orientando o filho “em relação a seus deveres”. Por fim, ele foi chamado. O menino, à pergunta da juíza, não se comprometeu a retomar os atendimentos. Falava pouco e respondia às questões mostrando não querer se pronunciar para além daquilo. Quando deu de ombros a alguma pergunta que lhe foi feita, recebeu uma medida de internação sanção para, no susto, “pensar melhor”. A juíza, gritando, se disse desrespeitada por ele, que, em sua compreensão, não demonstrava consideração em relação a ela ou à mãe e não se mostrava sério diante da própria vida. O menino saiu da sala de audiências, foi abraçado pela mãe e pelo irmão, que choravam, e seguiu, conduzido por policiais, para a unidade de recepção da Fundação CASA.

Doze anos depois, essa cena volta à memória mediada pela escrita sobre a medida. Aquele menino mostrava que pouco valia agir como se soubéssemos o que o movia e que pouco servia que projetássemos um futuro para alguém que não participava do exercício imaginativo que não tinha a ver com mais ninguém senão com ele próprio. No nosso desejo, ele permanecia errado e excluído porque não havia bancado o que queríamos que tivesse feito. Perdeu, propositadamente, o jogo em que o colocamos.

Lembro que ficamos sem entender, e não me recordo de algum dia ter conversado com ele a respeito daquele episódio.

Para saber o que leva uma pessoa a se colocar em situação que a conduza a algo tão horrível quanto o encarceramento quando poderia ter se esquivado dele prometendo à juíza alguma coisa que a medida queria escutar, é preciso imaginar (Didi-Huberman, 2020), convocando imagens fora da medida em proveito da experiência singular. No exercício imaginativo, deparo com uma pista que, talvez, diga mais de quem escreve estas páginas do que daquele menino, mas que, ainda assim, funciona como pista: “É necessário preservar o avesso da pele [...]. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo” (Tenório, 2020, p. 61). Não se sabe o que mantém alguém vivo, nem contra o que, no empenho de manter viva alguma parte de si, a pessoa luta. Com quais armas combate. Nem se sabe o que estar vivo significa na sutileza do termo ou que espécie de existência se mantém a cada nova situação.

O que um menino reconhece como horrível varia, variando, com isso, as formas que inventa para habitar o mundo. Aquele nos colocou no desconforto de não sabermos nomear o que havia se passado, necessitando buscar algo não procedimental para agir e dar sentido àquele evento. A decisão de sua liberdade, quando construída sem ele, parecia não defender nada, ou quase nada. Colocava-nos a ter de pensar como alcançar o que faz com que uma pessoa sobreviva nos contextos mais contraditórios à sua dignidade – e que os queira, de alguma forma –, aos eventos mais desafiadores à morada na própria pele (Das, 2020).

O menino que fala não diz apenas de si, entretanto; há certa impessoalidade em seu dizer quando o que lhe passa poderia, potencialmente, ocorrer a outros. Sorriso e Likão enlaçavam suas memórias e, quando um relatava uma situação em que havia sido parado por policiais e revistado, o outro se lembrava de alguma cena que havia vivido, descrevendo um território comum enquanto costuravam a conversa. Por meio das histórias solicitadas por uma escuta que queria o ponto de vista deles, apareciam respostas que iam encontrando para se haverem com seu cotidiano.

A narrativa de uma vida ocorre no encontro entre o momento histórico, as sociedades, suas instituições e os sentidos que vai construindo àquilo que a atravessa, já que “o ‘eu’ não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (Butler, 2017, p. 18). Cada menino falava com base no que queria contar ou relevar de si. Escutando aquilo que podia vir e o que decidiam colocar na conversa, questionavam a noção de haver uma história imutável para os meninos da medida.

No trabalho de escutá-los, era necessário não os pressionar para que dessem algum relato cujo dizer tornara-se, para eles, insuportável – os espancamentos, a humilhação

policial, o tempo dormindo na rua –, perseguindo “a possibilidade da vida removendo-a da circulação de palavras que se tornaram selvagens – dando um lar às palavras, por assim dizer” (Das, 2020, p. 292). Acatando o relato que podiam dar, construíamos um contexto em que os meninos falavam apontando a própria largueza, dando eles o tamanho do dizer que lhes era possível. Essa experimentação importava porque a medida que busca a resposta certa tende a impedir que o narrar próprio se faça respeitando seus tempos. Nesse falar de dimensões singulares se produziu muita coisa, inclusive, o desejo de dizer.

3.2 O TRABALHO COM NARRATIVAS: UM RETORNO, UMA COLAGEM

O relato traz um instante. Como em uma fotografia, não é a existência que fica capturada ali no que se narra, mas um momento de uma história cuja complexidade pode ser apenas imaginada. Chega-se ao outro pela narrativa articulada no tempo que a fez possível, e por meio dessa composição as pessoas não são invariáveis, já que os sentidos atribuídos às experiências podem ser revisitados e repensados, ganhando, em um trabalho de montagem, novas acepções.

A montagem coloca em relação coisas e elementos que tendem a ficar desconectados em certo modo procedimental de olhar, e é preciso atentar muitas vezes para começar a compreender. A montagem “talha as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas. Cria, com isso, um abalo e um movimento quando [...] o olhar vacila e, com ele, aquilo que ele fixava” (Didi-Huberman, 2016, p. 6). Permitindo uma observação ampliada em relação às coisas, a montagem as reposiciona, fazendo-as ganhar elementos novos. Fica explicitado que não há sentido único àquilo que ocorre; dando espaço para as singularidades que se dão no tempo, não se enclausura uma história ou se apressa a dizer o que ela é. A vida se alarga.

A montagem dá novos começos para trabalhos infindos, como o de pensar as experiências humanas: *uma vez por todas* é diferente de *uma vez só não é nada* (Benjamin, 1987). Na primeira ideia, as situações têm conclusão: os exames, as avaliações. Na segunda, há o trabalho no qual *uma vez* não cabe para saber tudo, importando insistir. Há uma delicadeza na reconstrução da experiência do corpo vivo, percebida e afirmada na atenção que cria aliança com o outro, já que “não somos obrigados a escolher de forma tão binária. [Assim, entre] o ‘sabemos tudo’ e o ‘não há’ abre-se um largo espectro de possibilidades” (Didi-Huberman, 2020, p. 175).

A narrativa foi estratégia cartográfica de acesso a como esses meninos viviam suas experiências; portanto, não se tratou de uma reconstrução factual delas (de fato, isso pouco importou). A montagem permitia um alargamento de sentidos exatamente porque não buscava explicar: em vez de uma estrutura geral, queria gerar estilhaços. Pensávamos a medida acontecendo no enfrentamento dos limites dos territórios

controlados e instituídos em que são estabelecidas ideias de verdade. No trabalho com a narratividade, o procedimento fez aparecer “o caso individual, no lugar de segregar uma forma única, gestáltica, [sendo] ocasião para o formigamento de mil casos ou intralutas que revela[vam] a espessura política da realidade do caso” (Barros; Passos, 2014, p. 161). Comunicando suas histórias, esses meninos as possuíam novamente, reconectando-se com o que haviam vivido.

Fora da atribuição de significados ou de interpretações rápidas era possível investigar a experiência. Isso se dava quando não se buscava o impossível da forma una ou do estado inalterável que as explicações pretendem (um conforto para quem não pode não saber), mas afirmar junto processos que se encontram um pouco mais com um mundo “em que todas as formas se desfazem, todas as significações também, significantes e significados, em proveito de uma matéria não formada, de fluxos desterritorializados, de signos assignificantes” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 27). Intenção de agir em uma constante abertura às contingências e à experimentação da permeabilidade não apenas ao dizer, mas aos caminhos que o permitem, em uma disposição para escutar o que não pode (não deve) ser antecipado. Essa intenção de abertura é sempre um instante que passa e que requer novos momentos de breves rupturas com a ordem estabelecida. Considerando a memória uma composição ou um agenciamento de enunciação, “o lembrar se faz, portanto, acontecimento formado de elementos heterogêneos, ao invés de função, mecanismo, estrutura etc.” (Rodrigues, 2004, p. 38).

Essa esquivia da ideia de uma verdade a ser encontrada no relato se exercitava na ausência intencional de perguntas que conduzissem a esclarecimentos causais, sendo o exercício da narratividade a própria ocasião para o pensamento. A (re)criação de sentidos depende de interlocução, já que “um significado apenas revela a sua profundidade quando encontra um outro significado ‘estrangeiro’” (Nunes, 2005, p. 228). Certa vez, Alemão fez aparecer a necessidade de matar ou a admissão da possibilidade de morrer para não se ver preso: “a morte vem da mão da polícia e de quem sequestra e rouba. Testemunhar o gatilho puxado pelo parceiro contra as vítimas faz pensar que é melhor puxar de novo, se precisar, pra não pegar cadeia longa”. Essa ideia mostrava que, para um adolescente, morrer passou a ser vislumbrado como um caminho aceitável para si.

Quando fora desse processo de fazer encontro entre elementos que não estariam em conexão habitualmente, a medida se depara somente com as próprias referências. Como efeito da construção de uma história suposta, aprisiona o menino numa imagem estanque enquanto, na maior parte das vezes, acessa somente instantes de verdade.

Todavia, fazendo dobras na operação protocolar da linguagem comum, um revólver não é apenas uma arma que pode matar, mas uma dúvida e uma potência de pensamento; é a memória de outras situações, um lugar de nascença e a perspectiva

de um futuro por se fazer. Existe, portanto, esse desafio de arquitetar relações no interior do socioeducativo a partir das quais seja possível inventar novas afinidades com a coisa comunicada, e isso depende da disposição para alguém se (re)encontrar com o próprio pensamento e com os conceitos que o animam, aliançados à certeza de que “uma pessoa não deve (nem pode) tornar-se *a* outra. Mas pode tornar-se *outra*. [Esse é] o plano da nossa condição divergente; o instituinte enquanto processo” (Nunes, 2005, p. 229, grifos no original). Quando dizer é fazer, na vontade de escutar o outro em sua própria história, aparece uma linguagem outra e deslocamentos existenciais advêm. A arma que pode matar também produz perguntas sobre a vida que se queira viver.

Exercício mesmo de inventar uma linguagem que, dentro do universo da medida, desvirtue os usos esperados das palavras. Minorar a língua imaginando outros lugares para termos comuns, torcendo-os para que deles sobrevenha algo diferente, considerando que “tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas” (Barros; Passos, 2014, p. 156). Por que não usar a palavra *revólver* para pensá-la enlaçada a uma biografia, criando espaço para refletir, inclusive, sobre uma sociedade que produz um adolescente precisar ter um revólver, e para dar tempo para novos movimentos, em oposição a fazer de seu possível manipulador uma identidade indiscutível?

O uso da narratividade se aliava à afirmação de que a palavra não pode ser qualquer coisa de insignificante, motivo pelo qual precisa ser disputada: porque nem sempre pode aparecer, porque raramente têm legitimidade as que saem das bocas dos meninos da medida, porque é exercício de poder, porque “falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33). Formas de resistir ao instituído também se fundam no encontro, pela criação de montagens por meio da palavra dita que permita ver a vida onde ela se inventa. Produzimos conhecimento quando o pensamento se fazia reconhecer no exercício mesmo do falar. Dizendo e rememorando, passávamos a saber.

3.3 CONQUISTAR CONVERSA

Na vontade de descer ao cotidiano em um contexto em que a violência nubla os rastros de uma existência em sua singularidade (Das, 2020) e considerando a conversação mais do que a troca de dizeres, o desafio essencial foi produzir a vontade de *falar com*.

Minha fala não existe sozinha; antes dela, chega minha pele branca, meu gênero, minha voz, minha idade, minha profissão, minhas experiências e questões que elas produziram. Essa mistura do que se é, daquilo que se imagina mostrar ao outro e do que o outro pensa constitui um problema interessante ao conflitar com a ingenuidade de que é possível controlar a relação eu-outro e, também, com a fabulação de que se

pode fingir qualquer coisa para mostrar o que não se é, mas aquilo que se imagina que o outro queira ou precise ver, escutar, saber. Ocorre que pela diferença também se produz comunidade (Lorde, 2019), e era preciso criar estratégias para fazer viver essa afirmação.

Mesmo com a vontade de escutar, havia nos encontros uma confusão de línguas que se mostrava quando aquilo que eu queria dizer não chegava até eles, ou quando eu não conseguia acessar o que era para eles muitas das experiências que me contavam. O que diziam produzia movimentos os mais diversos; por vezes, eu silenciava, sem saber o que dizer diante de um relato de violência sofrida, noutras, evidenciava minha curiosidade sobre alguma cena, pedindo para que se alongassem nela. Havia um tamanho para esse afetamento, pois as experiências não haviam se passado comigo, e eu tinha de respeitá-las na grandeza que vinham e no que cada menino dava para elas. Estar atenta aos afetos que seus relatos produziam em mim fortalecia a possibilidade de continuarmos conversando; portanto, havia um respeito que se mostrava por meio da fala e, também, pelo gesto corporal.

Certa vez, Sorriso, falando de sua incursão nos roubos, contou de um evento cultural na cidade de São Paulo ao qual fui diversas vezes como espectadora, e ele, como assaltante:

“Numa noite, eu ia pra lá já pensando no corre que eu ia fazer. Já lá, do nada, um policial me pega pela gola da camiseta – ‘vem cá!’”. O policial militar mostrou “uma faca grande e tão bonita” que o menino contou que via nela o seu próprio rosto, enquanto escutava: “se você roubar, eu corto o seu bucho”. Aquela ameaça o marcou, tão violenta que dava medo. Não impediu o furto que ele praticou naquela noite.

Nós havíamos vivido uma mesma circunstância em posições diferentes, e escutá-lo era ter de me haver com minhas próprias lembranças e com minha atitude de quem ia ao evento esperando não ser assaltada. O meu corpo nunca apanhou nem foi ameaçado daquela forma. Nunca tive aquele tipo de medo, e não fingindo, algo advinha na conversa. Muitas vezes, quando me faltaram palavras, um movimento de corpo mostrava a minha escuta atenta – não sabendo o que dizer, buscava me fazer presente sem usar a voz.

Na troca que se seguiu com Sorriso e Likão, falamos do corpo sozinho do menino ameaçado perante a força policial. Disseram que é de ter raiva poder pouco, e que essa muita raiva ficava calada diante do medo das armas alheias. Em alguns momentos, parecia que mesmo eles silenciavam escutando a dor do outro, emendando em seguida uma história própria. Quando o silêncio despontava como reação, ele não era um problema, mas a afirmação de que algo não deveria ter ocorrido – o silêncio aparecia como um lamento. Coletivizar a raiva e a angústia apareceu como estratégia para

quando se sabe da humilhação e não se pode reagir contra quem a pratica. Disseram que há músicas que consolam ao fazerem refletir a vida que outros levam, mostrando como lidam com a impossibilidade de contra-atacar com o próprio corpo. Apareceram Rincon Sapiência, Facção Central, GOG, Dexter e, fora da música, os Panteras Negras. Likão lembrou uma música cantada por Negra Li:

*Olha o menino / Ainda não tem idade / Mas realidade aí afora filho chora / Pode ser bem triste / Miséria existe / Nos quatro cantos da grande cidade / Cheio de coragem de lutar que tem / Vendendo drops no trem / Hoje em dia é outra história / Menino não joga bola não joga / Olha menino na escola, viu / Ensinararam que um Pedro descobriu o Brasil / Isqueiro pro pavio; Dinheiro ninguém viu / Negreiro, pro navio negreiro / É... e pode ser um pesadelo / Olha o menino está perdido / Por inteiro / Está perdido por inteiro / E o menino tá perdido / Tá perdido na ilusão / E o político vendido / Tá vendendo solidão / E a solidão não é solução pra nós. (David Corcos, Helião, Koool G. Murder 'Rusty'. **Olha o menino.** Interpretada por Negra Li e Helião. Universal Music, 2005)*

As obras mencionadas ofereciam aos dois meninos acesso a experiências de pessoas que, como eles, sem nenhum poder, são tomadas pelo discurso social dominante como se não tivessem história. Talvez, por isso, era dessas referências que se lembravam. Enquanto contavam suas narrativas, íamos fazendo associações pelas quais inventávamos alguma breve liberdade. Foi pela conversa que isso se deu, e ocorreu ali o mesmo que se passa em outras circunstâncias da vida: há palavras que precisam de contexto para serem postas no mundo e de contorno depois que isso acontece. Não faltam espaços de fala na medida, mas que o próprio ato de falar seja colocado em questão, pois, nela, a palavra sempre arrisca perder valor de compartilhamento, tornando-se algo empobrecida, servindo para informar algo prognosticado.

A medida teme as palavras, não interrogando-as sem antes ter uma certeza no bolso. Assalto, revólver, furto, tráfico, indisciplina, ódio, maconha e cocaína são termos que teriam história em si, que independeriam dos sujeitos, paradoxalmente, marcando-os em certo território existencial. Tomando-os como verdades em si, a medida responderia a própria expectativa em relação àquilo que deveria vir da boca dos meninos. Por isso, o inacabamento como potência de criação de sentidos e a ideia de que não há definição una para as coisas humanas interessava dentro do processo de produção de conversa como estratégia que visava fraturar lugares comuns.

Curió dizia temer “perder a cabeça” em certas situações de conflito e que, desde que saíra da unidade de internação, onde apanhara repetidas vezes dos funcionários, passara a fumar muito mais, pois aprendera que isso o acalmava. Apanhar, enquanto experiência não compartilhada, nem ao menos ganhava o estatuto de desigualdade; em muitos outros meninos, também vi a violência ser sabida, mas justificada por algum

comportamento seu. Curió se deparava com a solidão do afeto no próprio corpo quando roubada dele a dimensão coletiva da brutalidade que vivera.

Algumas vezes, quando escutava e me faltaram dizeres, a literatura apareceu como intercessor, sendo ela uma espécie de língua que ultrapassa a descrição das coisas e refaz sentidos dados às experiências humanas. Há na literatura outros corpos que sofrem e suas estratégias de sobrevivência.

O ódio do qual Curió falava fez lembrar um texto em que um poeta dá passagem a sua indignação assentando seu afeto na arte e em seus antepassados. Lemos o escrito do jovem que vivia naquele mesmo distrito onde nos encontrávamos para conversar:

Eu não queria mais cultivar o ódio, mas eles nos obrigam a vencer desde que inventaram o pódio / Uhuru, a liberdade: ainda é sonho / Um triste soneto, o medo de cair, destroços nessa terra em que já tombaram tantos dos nossos / [...] mas enquanto constroem pelourinhos, eu sigo erguendo mocambos, enfrentando moinhos e todos os traumas de ser assim: Dom Quixote Pixaim. (Chico, 2019, p. 17)

Os livros, colocando-nos menos sozinhos no mundo, expandem as possibilidades de estarmos nele e afirmam a humanidade em sua amplitude (Mãe, 2019). Promovem o acesso a poetas e escritores, à experiência imaginativa, à dimensão social do vivido e às formas de resistência inventadas por outros nas quais alguém poderá se inspirar. A literatura liberta, mesmo que por instantes, produzindo um lugar de saúde para vidas aprisionadas em sua potência de inventar: há algo que está lá e não pode ser alcançado no modo corrente de ver as pessoas em que se dá a elas identificações.

Um aspecto comum nos encontros com cada um dos meninos foi todos se apresentarem a partir de violências que haviam vivido. Por vezes, era um jeito de começarem as conversas, noutras, o fio condutor delas. A violência durava como tema. Lendo para (ou com) eles, a agressão relatada acionava afetos que também haviam passado por outros corpos, permitindo certo deslocamento em relação à imagem que carregavam como se fosse própria de tanto que haviam escutado de outros sobre quem eles eram. Pela leitura, avistando outros personagens, experimentavam instantes em que podiam “ser um pouco tranquilos, poéticos, criativos, e não apenas [...] o objeto de avaliações em um universo produtivista. [...] [era um tempo em que podiam] tomar o seu lugar no devir compartilhado” (Petit, 2010, p. 289). Aquilo que lemos juntos abriu espaço para advirem ideias que, talvez, não viessem fora da atração gerada pelas palavras. Para Curió, li certa vez o seguinte poema:

Eu queria fazer parte das árvores como os pássaros fazem / Eu queria fazer parte do orvalho como as pedras fazem. / Eu só não queria significar. / Porque significar limita a imaginação. / E com pouca imaginação eu não poderia fazer parte de uma árvore. /

Como os pássaros fazem. / Então a razão me falou: o homem não pode fazer parte do orvalho como as pedras fazem. / Porque o homem não se transfigura senão pelas palavras. / E era isso mesmo. (Barros, 2015, p. 97)

Em seguida à leitura, ele disse: “é isso, né, se o passarinho significar uma coisa, ele não pode ser mais nada”. O poema que eu tinha escolhido com base no que havíamos conversado antes sobre ser um “menino da medida” gerou novo tema para aquele encontro: como seria poder mostrar outras coisas de si? Pensar o que se passava um pouco afastado de uma relação em que o que ele parecia ser já dava o sentido das coisas aos olhos dos outros?

Livros ressaltam a dignidade destituída das pessoas quando deslocam territórios existenciais. Imaginando o que e como os meninos viveram, as pessoas deixam de lhes fazer perguntas inimagináveis. Ao passo que, ao conhecerem e discutirem outras narrativas e histórias, os meninos podiam tanto produzir saberes sobre si quanto questionar racionalidades que brigavam contra suas vidas e que estavam ali, silenciosamente participando do que relatavam como algo particular.

Curió dizia temer o ódio que sentia e, por isso, não andava em passeatas; fugia de situações que poderiam desandar em brigas, pois tinha medo de como ele próprio reagiria se voltasse à pele o ódio que aprendera a sentir. Tornados memória emudecida, afetos que não são afirmados como questão política ameaçam a vida, são crueldades que não podem sequer ser esquecidas (Cruz, 2012).

Mas, nem sempre foi fácil ressaltar a relevância da vida ameaçada, e mesmo os livros faltaram. Nas conversas, a escuta da violência passava pelo corpo de quem as escutava, produzindo efeitos inesperados, e houve momentos de não saber o que fazer com relatos como esse, de Likão:

Pequeno, com quatro anos de idade, buscava o padrasto no bar onde ele gastava o dinheiro do aluguel com bebida. Certa vez, da mão do padrasto veio um tapa. O menino caiu ajoelhado; depois, levou um soco e apanhou com fio de cobre. “Eu era pequeno, ainda usava a camiseta do ursinho Puff, que ficou toda coberta de vômito.” Seu corpo doía e segue marcado tantos anos depois [Likão levantou a camiseta para mostrar suas cicatrizes]. Era o mesmo menino que gostava de ficar perto da avó que costurava e que sabe a diferença entre crochê e tricô por causa dela. Cresceu “homem forte e de palavra”. Olhar intenso que conta toda uma vida. Hoje, enfrenta o padrasto “na voz” e não abandona o irmão. O mesmo padrasto fez o irmão, que é “menino bom”.

A pessoa, encontrando uma linguagem sem reservas, mostra sua própria impossibilidade (Agamben, 2007). A exposição do real pede certa delicadeza na escuta que respeite o narrador naquilo que pode feri-lo uma vez mais. Qualquer coisa que adve-

nha como curiosidade não pode ser exercida, já que não se sabe, antes, o que alguém pode aguentar. Há um limite no dizer que precisa ser sustentado. Em ocasiões como aquela, era necessário afirmar o acalanto que faltara e que, faltando, brigava contra a vida de Likão. Quando calar parecia insuportável, escutando sem tentar significar o relato eu também fazia aliança. Verbalizei que aquela violência não deveria ter acontecido.

A escuta também alcança a dimensão pública em que é possível agir no mundo questionando a fratura que a condenação de uma existência produz; escutar valorizando as reivindicações daquele menino já era tomar partido delas, e isso é “o que significa entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la existir de outra maneira” (Lapoujade, 2017, p. 90).

Conquistar conversa tinha a ver com esse inesperado que guiava cada encontro. Em um convite intencionalmente dilatado em possibilidades para falar sobre a medida, era falado sobre o cigarro que fumavam (e que íamos comprar juntos), da praia, dos pais e mães e filhos, de como éramos como filhos, de bebida, de amigos, das casas moradas e de namorados. Falava-se da infância, de andar de moto, de medos, de dinheiro (da falta, do excesso, das desigualdades que ele produz). Do calor, da chuva forte, dos atrasos, do cinema, de filmes e de músicas. Não se falava sobre tudo isso com todos – a condução quem dava eram eles; eu os escutava para pensar antes de falar.

O que parecia preâmbulo já era a conversa acontecendo enquanto caminhávamos para alguma praça, na sala do local de trabalho de um deles, na garagem do serviço de medidas ou em outro lugar. Na calçada, era interessante fazer conversa porque a vida, tão diversa, passava diante de nós e rendia comentários, curiosidades, risadas. Eu aprendi a observar o tempo e as pessoas vendo Curió falar com elas quando nos interpelavam pedindo cigarro, dinheiro ou alguns minutos de escuta. Na maioria das vezes acontecia de passarmos a falar sobre outros temas da vida, aos quais chegávamos a partir de alguma palavra, lembrança ou evento recente – era um trajeto sem endereçamento. Para os meninos que tinham filhos, a esperança de não virem a ser o pai que tiveram importava bastante, e eles comunicavam o esforço e as fabulações que faziam tentando encontrar meios para serem algo de diferente do que haviam experimentado enquanto cresciam. Viam-se sozinhos nessa busca, sempre pensando como dariam conta, de maneira própria, de questões tão caras para eles.

3.4 ESCUTAR, ESCREVER, REFAZER

A produção das narrativas exigiu, primeiro, conquistar com os meninos a vontade de dizer – afinal, por que contar as próprias histórias para uma estranha? Depois, fazer

convites para as conversas, encontrando tempo em comum e local que permitisse falar, como espaços onde o pensamento pudesse fluir menos preocupado com a chegada de alguém. Quando o primeiro encontro acontecia, eu pedia para que falassem sobre lembranças e impressões acerca das medidas socioeducativas a partir do que essas duas palavras fizessem pensar. Esse era um passo inicial que os levava para lugares diferentes. Alguns meninos nunca falaram do ato infracional cometido, mas sobre a vontade de viverem outras coisas, terem um emprego fixo ou uma casa para morar onde haveria um quarto só seu. Todos pediam espaço, tempo e a possibilidade de serem algo diferente daquilo que escutavam que deveriam ser.

Narravam eventos carregados de enfrentamentos e mostravam que precisavam lutar para manter viva uma parte de si ameaçada, encontrando formas para lidar com a raiva e a tristeza decorrentes da pobreza e das situações de violência, racismo e humilhações. Com o tempo, fizeram pensar que era importante aportar algo além da escuta para não habitar um lugar de invasiva curiosidade: isoladas ou irrefletidas, as lembranças que contavam arriscavam virar algo da ordem da curiosidade vã ou do retorno incansável ao abuso como marca única de suas existências.

Em um primeiro momento, a ideia da escrita em conjunto não havia ganhado presença e os encontros eram guiados por uma escuta que se perguntava constantemente a razão de ser. Com o tempo, a violência contada produzia a necessidade de inventar outro lugar para os relatos e fazer, a partir da palavra falada, novo trabalho, que passou a tomar a palavra escrita como meio. Foi um dos meninos que fortaleceu a ideia de usar textos escritos nos encontros – primeiro, os de outros e, depois, os nossos.

Quando conheci MC Poeta, tínhamos o hábito de comentar o que estávamos lendo. Certo dia, mostrou o livro *Sobrevivendo no inferno* (Racionais MC's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018) e disse que gostaria de escrever um diário, pois, tendo passado seis anos em internações entrecortadas, tinha muito o que falar. Ele queria contar suas histórias e essa ideia era animada por outras biografias que lia.

Em nosso último encontro, que eu ainda não sabia que seria o derradeiro, eu lhe dei um caderno e mostrei *O livro dos abraços* (Galeano, 2010); olhando o índice, pensamos em títulos para os capítulos do seu diário. MC Poeta disse que era difícil nomear o que queria escrever e o livro que eu mostrei serviu para dizer que todo nome pode ser inventado e que inventar também é um caminho. A escrita veio no esforço de descobrirmos em nossos encontros qualquer palavra que, por estarmos desatentos, não podia ser encontrada. Quando buscava um nome que já existia, ele deixava de lembrar que poderia inventar outros que o ajudassem a dizer o que queria. Foi também um jeito de me aproximar dele, um menino para quem escrever ganhara importância

quando percebia que, escrevendo a experiência, tirava dela mais do que um lugar de partilha: tomava em mãos algum controle sobre sua vida.

Com todos os meninos, durante nossos encontros, poucas anotações eram feitas; quando existiram, colocava o caderno sobre a mesa e mostrava as frases registradas. As narrativas eram transcritas depois, no acionamento da memória que já não era apenas a deles e que não tinha a ver somente com aquilo que era lembrado *a posteriori*, mas com a sensação da escutadora, suposta também no que entendia ver no rosto de cada um deles: raiva, ódio, tristeza, desapontamento, dúvida, alegria. Passara a haver um terceiro sujeito (Manso; Fernandes, 2015), produzido pelas histórias deles, a minha escuta e a narrativa originada dessa aliança. No encontro seguinte, era lido junto o escrito que continha a releitura de suas histórias compostas nesse outro narrar.

As linhas passavam por novo corpo feito a dois no empenho da coautoria em um método que se fazia valer dentro de um processo em que as alterações no primeiro texto eram esperadas. Lidas em voz alta, frase a frase, os meninos viam-se nos registros, mostrando certa expectativa pela passagem que viria. Questionavam as palavras, repensavam aquelas que lhes pareciam deslocadas, enfatizavam as que importavam, reconstruíam. As frases eram discutidas e alteradas para que mantivessem o sentido que cada um queria atribuir àquilo que contara. Eu pensava cada palavra preocupada para que não se sobressaíssem minhas posições (ou avaliações) e não se criassem dizeres que, de tão inventados, nada dissessem sobre os meninos; ainda assim, eles sempre pediam alterações, e isso mostrava que a escuta e a conversa são processos sempre em construção, que conhecê-los implicava aguentar um constante não saber e que nenhum esforço alcançaria, verdadeiramente, quem eram.

Encontrar-me com eles era sempre me deparar com minha surdez. Certa vez, o ouvido da escutadora não quis entender o que Alemão disse, escrevendo: “Na cena do roubo, se a polícia chegar, melhor não ter arma na mão pra não correr o risco de usar”. No encontro seguinte, mostrando o texto ao menino, ele fez a correção: “Não foi isso que eu disse. Eu disse que, se a polícia chegar, é melhor ter uma arma na mão, porque antes atirar ou morrer do que ir praquele inferno que é a cadeia”. Pedindo para que mudássemos o que estava escrito, revelava mais do que a arma na mão: a morte como possibilidade diante da probabilidade de ser preso e a minha dificuldade em escutar aquilo.

A correção dilatou a questão sobre ter ou não arma, requerendo pensar como aquela afirmação se lançava: como se produz uma vida que sabe que precisa ser defendida com arma de fogo e pelas próprias mãos? Uma vida de 17 anos que topa o jogo real de polícia e ladrão e as possibilidades de ganhar e perder na complexa relação de quem acerta o tiro, pois, morrendo ou sobrevivendo, há perdas? Aquele desencontro de sentidos mostrava a dificuldade de escutar que aquele menino topava as armas e ainda

se havia com a alternativa do roubo para sobreviver. Ele, apesar de mim, fazia-se escutar e mostrava a complexidade do jogo em que estava metido.

Havia nos relatos sempre algo de desconhecido, nem sempre estando nítido o que mobilizava certa cena que contavam e nem mesmo porque expunham certas coisas. Esse não saber precisava ser sustentado; então, quando nos víamos, eu pedia para que continuassem contando sem se preocuparem em justificar o que diziam não saber. Falando, criavam-se direções que podiam, por certo tempo, acomodar as experiências atravessadas e dar para elas algum lugar, formando “uma paisagem onde a gente podia passear e descobrir, no desvio das palavras, ao redor das frases, bruscamente, pontos de vista que não apareciam anteriormente” (Foucault, 2016, p. 39). O evento sobre o qual falavam passava a aparecer conectado a outras coisas.

Produzíamos um descolamento significativo para o que acontecia na vida daqueles meninos e que também acontece com outras pessoas. Por exemplo, Curió e eu pensamos que abandonar o trabalho – fato grave dentro da medida, porque lido como a falta de vontade em mudar – era a sinalização de algo difícil que ele não parava de sentir:

Duas semanas depois do término do namoro, Curió saiu do trabalho. Foi ficando insuportável permanecer naquele ambiente que despertava ódio pelo fato de estar ali enquanto a vontade era a de não sentir aquela tristeza. Naquele encontro, ele repetia a falta de desejo de viver e a sensação de não haver saída para o que sentia. Como suportar o que não se sabe de onde vem e que toma o pensamento com tamanha intensidade que não se pode encontrar alguma ancoragem possível?

A insuficiência e a incompletude estão na base de todo ser, por isso, o pensamento precisa de companhia (Blanchot, 2013). A presença dessa incompletude era acessada quando os fatos narrados eram colocados sob exame, fazendo aparecer novas palavras, inventando passagens para que elas fossem ditas. Em uma qualidade de estar junto, a insuficiência movia. As falas dos meninos eram transformadas a partir do que se experimentava no encontro e era a leitura do texto por eles que autorizava o processo dentro de um espaço em que recusávamos a significação única, mantendo o escrito em um estado de enunciação, e não de enunciado (Nunes, 2009). Construir uma escritura que possibilitasse que percebessem como suas histórias eram escutadas foi a inflexão de um processo em que o menino da medida, sempre convocado a falar se justificando, podia escutar alguém contando sua história e avaliar como queria registrá-la.

Na posição de criadores, esses meninos não se submetiam ao texto. Houve ocasiões em que pediram para que alterássemos palavras de modo a enfatizar alguma ideia. Quando escrevi, depois de nosso primeiro encontro, que “experiências bastante dis-

tintas vividas pelo menino e experimentadas pela pesquisadora fazem acontecer uma conversa”, Curió corrigiu: “tira a palavra **distintas**: é a mesma realidade em lados opostos”. Ele explicou que, se ambos vivemos a internação, então estivemos em uma mesma realidade, só que não do mesmo jeito. Em seguida, outro trecho: “A retomada da ideia de fazermos um grupo de adolescentes que contariam suas experiências com as medidas fez pensar na internação como a potência máxima da punição: privação da liberdade por tempo indeterminado”. Pedido de nova alteração: deixar em destaque a palavra *indeterminado*, pois Curió queria destacar a violência de não saber quanto tempo ficaria internado, tendo um dia para entrar na unidade sem saber quando sairia.

Trazendo ao centro as narrativas e retrabalhando a escrita, eram construídos traçados que podiam ser indagados fora daquilo que vinha, frequentemente, como única direção possível. Considerando que “em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca [se pode] falar senão recolhendo aquilo que se *arrasta* na língua” (Barthes, 2013, p. 15, grifo no original), escrevendo, dávamos passagem para novas posições, como ser outro que não bandido; ser bandido, mas não como o outro.

A escrita das narrativas foi uma escrita-ficção porque o dito recordado sempre é (já foi) modificado. Se o dito é a cena transformada, o que foi vivido continua em permanente potência de transformação (de sentido, de valoração, de razão, de intenção). Discutindo as palavras, ventilavam-se as vivências, pensavam-se o passado, os desejos e as vontades. Olhávamos para quem entendiam que eram imaginando um futuro: Curió dizia querer conhecer a praia, MC Poeta e Sorriso estavam em busca de trabalho, Likão desejava não ser mais revistado pela polícia e Alemão se havia com a dúvida entre roubar ou não. Cada uma dessas questões produzia muitas outras em meio às complexidades enfrentadas por cada um.

Na medida, as perguntas que buscam uma razão tendem a produzir um abismo relacional ao desconsiderarem que os agentes que conduzem às experiências são sempre plurais. Os meninos, narrando seus acontecimentos, faziam confluências entre aquilo que mudara e o que continuava inquietando. Há um tempo *entre* que aliança o vivido antes e o que se vive agora – o passado não serve para explicar o presente, senão para dar um percurso biográfico dentro de um tempo que nunca cessa de acontecer. Conhecer carrega sempre um limite necessário, uma vez que se fala sempre de “um presente fixado com a ajuda do passado, não o inverso” (Genet, 2015, p. 57), e os fatos descritos são a interpretação extraída de quem se é no presente.

Construir pensamento com o outro implica embrenhar-se em um campo movente. Não cabe à pesquisa apontar valorações ou explicações para o que não se explica em páginas finitas, já que “não há imagem ‘uma’, tal como não há palavras, frases ou páginas ‘únicas’ para dizer um real, qualquer que seja, no seu ‘todo’” (Didi-Huberman,

2020, p. 177). Por variados caminhos, esses meninos apontaram o imenso desafio de viver outra coisa dentro de uma percepção hegemônica que impede a construção de outros nomes para seus feitos e ditos. Por isso, sustentar um tempo que fizesse advir outros temas era necessário, fazendo viver a afirmação de que há grandeza nos deslocamentos reflexivos em meio aos instantes que nunca param de acontecer. Criando colagens a partir de diferentes elementos registrados, eram feitos breves descolamentos em relação à identidade que a medida dava para eles.

O corpo do outro invadido

É como uma bola de neve / Morre um, dois, três, quatro / Morre mais um em breve / Sinto na pele, me vejo entrando em cena / Tomando tiro igual filme de cinema. (Racionais MC's, 2018, p. 77)

Caminhando para a praça, lancei a pergunta sobre o Natal [lembro que perguntei isso meio sem saber o que dizer – eu, andando com você pela primeira vez, no achismo de que aquele fosse nosso primeiro e último encontro, achei que precisava falar. Sei que, logo depois que falei, me arrependi, me sentindo meio boba e muito mais velha que você (e isso sendo um problema em mim). Sei, também, que foi um jeito de começar uma conversa com alguém que eu pouco conhecia]. “E aí, como foi o Natal?” pode ser um modo de lidar com um contexto estranho; um caminho pra uma conversa quando a questão era exatamente essa: “como começar?”. Uma pergunta caída de paraquedas.

Daí você me perguntou sobre o meu Natal [eu me enrolei toda pra responder]. Depois, perguntou sobre eu estar ali e sobre ter convidado você praquele encontro. Entre outras coisas, te disse que me parecia que a gente não sabe o que fazer com aquilo que encontramos quando falamos com os adolescentes, quando pensamos sobre as coisas que se passam com eles (geralmente, sem eles). Que me parecia que construímos um outro mundo, que a gente

pouco enxergava quando olhava: era como se os nossos olhos procurassem sempre a mesma coisa e, com isso, ultrapassassem cada menino pra não ver. Que talvez esse fosse um jeito da gente não precisar se deparar com a adultez que não conhecemos em nós, porque, se a gente olhasse pra ela, talvez tivesse que mudar quem achamos que somos.

Fiz a pergunta sobre a medida: o que ela seria? “A medida é uma coisa que você faz... assim... tem sempre uma medida. Tipo um espaço, uma quadra, tem sempre uma medida”. Foram algumas internações e muitos relatórios. E não saber se eles são outra forma de medida. Os relatórios são escritos que dão a medida da medida. O tempo da medida. Você disse que pouco sabia sobre o PIA, mas que tinha certeza de que ele tem a ver com as avaliações sobre os meninos, que nunca participam delas.

Você ia encadeando os assuntos uns nos outros, e eu tentava não atrapalhar. Dos 12 aos 18, foram três medidas de internação e duas de semiliberdade, além da liberdade assistida, que veio por não cumprir a semi. Fora isso, um tempo vivendo na rua. Recebeu a primeira medida aos 12 anos, numa “idade em que a gente quase não sabe a medida das coisas que faz e tá menos certo da caminhada que vai fazer.

Oito passagens pela Fundação CASA. A última durou mais – um ano e cinco meses –, e foi puxada no mesmo quarto que o seu irmão. Falar da internação é lembrar das rebeliões e de ter visto várias violências de todos os lados. A vingança dos meninos pelas vezes que apanharam dos funcionários. Os funcionários que tinham muito ódio dos meninos. Não existe “estar fora da rebelião”; mesmo quando a própria mão não bate em ninguém, é impossível não escutar os sons e desver ou esquecer o que se viu: o corpo do outro invadido pelo ódio. É impraticável encontrar ali qualquer coisa que faça pensar uma vida fora do crime. Lá dentro só se aprende a vontade de não voltar.

Sua vida é ver muitos morrerem na quebrada. É perder um irmão assassinado. Poder dizer os nomes dos que se foram pelas mãos da polícia mesmo depois de saírem da internação, de terem feito tudo certo.

Mas, nessa vida também cabe gostar de ler e a vontade de escrever um diário. [Tê dei um caderno, e você decidiu que ele serviria para escrever ideias que você não queria arriscar perder. Você disse que o que tivesse de falar talvez não interessasse pra nenhum leitor. [O livro dos abraços me fez pensar em você. Tirei da mochila. Li um texto e, depois, lemos juntos outros dois. Mostrei o livro pra pensar em voz alta com você que não existe só um jeito de escrever e que descobrir o próprio estilo é a parte mais inte-

ressante]. Você deu a ideia de relatar os períodos da sua vida ou das unidades de internação: “uma cena vivida por alguém pode ser muito mais: é como beber água ou comer ou escrever. A gente pode falar do mundo pelas coisas que uma pessoa faz”. O mundo não cabe e, ao mesmo tempo, cabe em uma vida.

[Nossas conversas se desenrolaram em um vaivém de lembranças. A gente encerrou elas na terceira. Foi a última vez que te vi; depois, por mensagem, você me contou que ia ter que cuidar de outras coisas. Acho que foi, também, um jeito de dizer que aquilo que falamos já havia chegado em algum lugar.]

4.1 UMA PERGUNTA CAÍDA DE PARAQUEDAS

Uma conversa é uma possibilidade, uma potência de produção de um acontecimento (esse tempo indizível e não planejado em que coisas importantes se dão). Certa importância que se realiza no encontro, e que tem a ver com o acontecimento, não se antecipa, não está dada de partida, sendo possibilitada por uma qualidade de presença, de escuta, de engajamento consigo e com o outro, pois acessar o acontecimento pede que “nos interess[e]mos pelas circunstâncias de uma coisa: em que casos, onde e quando, como etc.?” (Deleuze, 2013, p. 37).

A criação de experimentações (do pensamento, do dizer, de uma relação) se dá na imanência dos encontros e não responde ao tempo cronológico, ocorrendo em um tempo outro, sempre por descobrir. Há um acaso necessário na reunião entre dois, e afirmar a contingência – o tempo de cada encontro –, assumindo que há limites no que se pode alcançar, implica que um se coloque em posição de permeabilidade em relação ao outro, em uma disponibilidade para ser afetado perante o que não se controla e o que não teria sido pensado sozinho. Começar uma conversa atenta ao outro e a si e àquilo que grita de nosso corpo sem que tenhamos de falar (cor, idade, gênero, classe social) é trabalhoso, já que a palavra sempre tem uma densidade que evoca algo naquele a quem é endereçada (Mbembe, 2018). Constituindo um terceiro personagem, já não é mais um e outro, mas um com o outro.

A conversa guarda algo que se esconde e se mostra nesse estranho universo de dois que se encontram para não fazer um e que, por isso, podem inventar aliança de duração incerta. Produzir encontro passo a passo, se a isso se dobram. Ela pede encantamento pelo dizer do outro, interesse para acessá-lo para além do som que adentra o ouvido; através dela, o passado é uma linha entre outras e é impossível saber o futuro que alguém tem diante de si, já que “só temos diante dos olhos o seu passado, eminentemente contingente, passado que não poderia valer por um centro ou uma referência absoluta” (Zourabichvili, 2016, p. 48). Pela conversação, o passado não contém o todo do futuro que virá.

Na medida, a conversa, por vezes, parece uma obviedade, tarefa simples para quem não está dentro dela, como se bastasse falar. Entretanto, as questões sobre as quais se fala precisam ser fabricadas, como todas as coisas da vida, e se elas não são formuladas, mas fixadas, parece não sobrar muito que dizer. Nas conversas com os meninos, não me lançar a uma máquina binária de pergunta-resposta (Deleuze; Parnet, 1998) era trabalhoso. A máquina binária é a mais conhecida, aquela que diz que uma coisa é ou não é; pode ou não pode; está certa ou errada. Não fazer uso de tal máquina permite notar a complexidade em que as coisas se dão; por exemplo, reconhecer que um dito só existe como se mostra em função de quem o diz, onde, para quem e em que tempo histórico. Diferenciar-me da máquina binária implicava ir ao encontro de cada menino em uma abertura atenta àquele que dizia, sem a pretensão de saber o que diria, vivendo a afirmativa de que é preciso não saber para poder passar a outro conhecimento. É, por isso, possível dizer que uma conversa é um devir de algo impossível de ser conhecido antes, e parece ser isso o angustiante do encontro: quem é esse com quem falo? O que posso ou devo falar? Como ser arrancada de mim mesma para estar com ele?

Uma conversa é a voz do outro vindo em minha direção me impelindo a sair de certo silêncio. Não há como saber incontestavelmente, antes, o que dizer se esse a quem se diz se faz a todo tempo, sempre em um devir – o mais imperceptível nos atos de uma vida (Deleuze; Parnet, 1998). Há, no entanto, possibilidades de composição com meu interlocutor, que não fala desde lugar nenhum, mas a partir das marcas que o constituem. É preciso ser arrancado de si para criar aliança com o outro, para criar um corpo com o outro em que possam ambos se afetar; ser um personagem de si, despersonalizar-se um pouco. Aquele que ativamente fala necessita de alguém que, também ativamente, o escute. Há, portanto, algo necessário para a criação de comum com quem se encontra: arriscar desencontrar-se de si, correr o risco da metamorfose (Mbembe, 2018), ousar acessar o inimaginável, como um outro pensamento.

Com os meninos, havia composições que não se faziam apenas da convergência de ideias, mas pelos enroscos por meio dos quais encontrávamos o que era distinto. As palavras apareciam onde não eram antecipadas, criando instantes em que o dizer se enlaçava à vontade de contar algo de si a quem escutava. Com Curió, escrevemos:

Fim de uma conversa, começo de outra. Outras, que aconteceram no trabalho, no terminal de ônibus, no serviço de medidas socioeducativas. Em uma delas, no caminho até à praça onde fica a pista de skate, novas conversas vão aparecendo. As trocas se dão, também, nos trajetos. Andando lado a lado, se faz a vontade de falar e de conhecer, numa aposta naquele encontro, no trajeto tomado aquele dia, nos olhares que estão atentos ao momento de atravessar a rua. Desviar-se dos carros, olhar as pessoas. Lembrar os dias. Tudo isso também faz falar.

Em uma atenção distraída, encontrávamos algo que não teria sido percebido de outra forma ou dentro de uma configuração já conformada. Para conversar, há que se passar por uma gagueira própria, produzir a própria gagueira dentro de uma língua que se conhece. Ficar na própria cabeça é ocupar um lugar sem saída, ensimesmado, e há respiros que se fazem no encontro com o diverso. Há um colocar-se em outro lugar (que não é o mesmo que estar no lugar do outro, mas estar em outro de si).

A conversa também requer que afirmemos o besta em nós, não prevendo um destino ao encontro, abertos ao imprevisto. A besteira da palavra *Natal* em mim foi um começo. Quem sabe, ela fizesse acontecer algo, forçasse um pensamento? Quem sabe, gerasse uma reflexão ainda não feita, mas em potência? (Zourabichvili, 2016).

Mas, uma pergunta traz questões, por vezes, não imaginadas. A interrogação sobre o Natal, que pretendia diminuir um abismo, acabou por ressaltá-lo quando MC Poeta me devolveu a pergunta que em mim era desconfortável. Esse desconforto importava, quando essa espécie de desencontro entre o que eu queria e o que houve produziu a necessidade de pensar. Havia sido proposto para ele um tema intranquilo à própria perguntadora (a pergunta sobre o Natal carrega afeto, classe social, gênero, capital, família), conduzindo ao necessário enfrentamento do abismo (dessa produção do abismo) que existe não apenas entre um e outro, mas entre um e si mesmo. O desconforto foi percebido no momento que a boca fez passar a palavra *Natal* – por que começar por aí? – e, também, pela reação que pareceu haver naquele para quem a dizia, como se também ele pensasse: “por que começar por aí?”

A conversa não contém *ou* (oposição, escolha uníssona), mas *E* (composição) (Deleuze, 2013). Uma pessoa tem muita vontade e muito melindre; há muita coragem em um corpo que teme; um desejo que não sabe se fazer passar, e recua; a vontade de fazer conversa e começá-la pelo lugar mais desconfortável. Com os meninos, nunca eram os planos que eu fazia que constituíam a conversa, mas esse múltiplo indeterminado. Ver no rosto dele a indicação de certo efeito nascido de uma palavra convidava aquela que primeiro a disse a repensá-la: o que queria ela quando foi lançada? Ao mesmo tempo, questionava a razão do dizer e encontrava um campo de indeterminação que tem a potência de produzir algo que não se sabia ou que não se sabia que sabia. De afirmar um acontecimento; afirmar, com o acontecimento, que as “coisas nunca se passam lá onde se acredita, nem pelos caminhos que se acredita” (Deleuze; Parnet, 1998, p. 4). Aquilo que a medida tende a deixar de lado abriga intensidades pouco escutadas, pois a vida acontece nos interstícios, e mesmo o estranhamento pode caber em uma conversa.

Em um encontro tal como o proposto a MC Poeta, em que a pergunta era sobre a medida, pretender encontrar um começo, um motivo, uma razão ou um destino para a infração seria perseguir uma mentira, pois a resposta a essa espécie de questão – a

origem do ato infracional – nunca é buscada pela medida sem que a tenha postulado antes (Zourabichvili, 2016), de forma que ela caça a confirmação do que já esperava escutar.

Querer encontrar uma verdade não ajuda, já que não permite inventar problemas (Machado, 2008) ou imaginar, em parceria, caminhos por onde o pensamento possa correr e a palavra tecer nova trama. Como criação, o pensamento se realiza a partir de um conjunto de crises que atravessa (Deleuze, 2013); nenhuma tranquilidade há nessa paisagem de um processo em que há incômodo, em que algo deve forçá-lo, levando-o a buscar algo que não sabe o que é, mas que tem a intenção de encontrar a energia motora de si, do outro e do coletivo, enquanto ele dura.

Desse modo, os termos *encontro* e *conversa*, tomados isoladamente, não se definem e nem definem nada. São territórios que se fazem ao serem colocados em relação (com um interlocutor, com expectativas, com tarefas a cumprir); afinal, o pensamento só se exerce em conexão com o que ainda não foi pensado (Zourabichvili, 2016). Há pistas para dizê-lo, entretanto: um encontro conecta-se com o imprevisível, com o acaso, com a circunstância. De repente, uma palavra ou um gesto fazem dizer algo, há um espanto, uma surpresa, um riso inesperado. Um termo ganha novos sentidos, um pensamento se realoca – o que se passou ali? E se essa cena pudesse ser contada de formas diferentes? E se alguém não souber a razão do que fez?

Anos atrás, educadores lançavam a palavra *mãe* para meninos que cumpriam medida de internação numa tentativa de acalmá-los e de eles próprios serem mais bem tratados, tal como suas mães, supostamente, o seriam. Mãe era entidade sem carne, osso e história. Uso majoritário da palavra: a mãe hipotética era universal, e todos aqueles meninos teriam a mesma para si. Porém, para alguns deles, essa palavra soava violentamente invasiva dentro da história que só aquele corpo de filho conhecia. A resposta que aqueles meninos davam, por vezes, era se levantarem contra os educadores, lançando em direção a eles seus gritos. Tal resposta era lida pelos adultos como a reação de um sujeito incorrigível, e isso era a história daquele corpo de filho se apagando diante do outro.

O uso majoritário (Deleuze, 1997; Deleuze; Guattari, 2017) supõe um significado único para as palavras, reproduzindo um universal em que as singularidades não aparecem: a mãe de um é a mesma de todos. Sabe-se, de partida, o que será dito, o que se escutará e o final da prosa. Acionando a palavra *mãe*, os educadores esperavam certo efeito na escuta dos meninos e deixavam de questionar a própria aula. Quando não se perguntavam sobre o que provocava aquelas dificuldades, os atravessamentos institucionais também ficavam excluídos daquilo que constituía a sala de aula de uma unidade de internação (Roman, 2009).

Em um agir minoritário, os termos não pertencem a ninguém, não estão sob o domínio hierárquico em que um pode dizer sem pensar para outro que não pode reagir (em uma unidade de internação, as reações dos meninos precisam ser muito bem dosadas por eles). Criam-se composições que permitem trocas que ultrapassem o informacional e quem fala também se altera quando quer investigar o que de seu também constitui esse terreno em que tais dizeres (e não outros) se fazem passar.

Colocando o próprio lugar sob reflexão, também apareciam intercessores que, ajudando a falar, ativavam a conversa, e dela participavam muitas coisas. Intercessor era outra pessoa, um livro, uma ideia, um pensamento que permitia dizer o que antes não se diria, produzindo um discurso de minoria onde dominava o majoritário (a medida). Quando MC Poeta ria, mostrando as linhas da quadra onde estávamos, dizendo que “a medida é uma coisa que você faz... assim... tem sempre uma medida. Tipo um espaço, uma quadra, tem sempre uma medida”, afirmava uma reflexão sobre o socioeducativo. Rir junto foi um modo de continuar acompanhando seu pensamento e deixá-lo ir aonde quisesse. Pegando-o em um instante de fabulação e fabulando junto, produziam-se intercessores.

O inabalável é o oposto do sujeito atravessado pelo vivido, pois, é “o próprio sujeito o território de passagem, o lugar do acontecimento. A experiência não emerge do sujeito; ela é o que o atravessa, o que lhe acontece, o que o afeta” (Ribeiro, 2016, p. 29). Deixando aquilo que se passava participar daquele momento, havia interlocução e novos elementos que cabiam naquela conversa, como o riso.

Inventar conversa dentro de uma história de vida, encontrando vetores que a fazem falar, escapar e desejar, era bastante trabalhoso para que se jogasse fora o que ali se dava em nome de *encontrar* certa resposta, um pretenso resultado, a origem de qualquer coisa. Se julgo MC Poeta, lançando avaliações sobre seu pai, sua mãe, seus gostos, a vida na rua, as internações, a vontade de escrever, não me encontro com ele. Encontro-me com minha ideia sobre ele e procuro nele algo que eu possa reconhecer (Zourabichvili, 2016). A ideia mais próxima tende a ser uma trajetória própria que exclui o menino com quem se fala, fazendo perder a potência acontecimental do encontro.

Apareceram temas que a conversa colocava em movimento. Lugares em que nos demorávamos mais eram vetores que faziam ver coisas, que davam o que pensar. *Que iam dando o que pensar*. Aquela ideia, daquela forma, contada daquele jeito não existia antes. Não fazendo unísono e não precisando haver uma voz única advinda dos meninos da medida, havia transformação em parceria, um deslocamento trabalhoso e potente exatamente por se fazer na ponta extrema da sua impotência (Zourabichvili, 2016). No encontro acontecimental reside a possibilidade de a fala mostrar: “se demore aqui, há conversa”.

4.2 A GENTE PODE FALAR DO MUNDO PELAS COISAS QUE UMA PESSOA FAZ

MC Poeta falava que, andando pelas ruas, as chances de ser pego pelo que não tinha feito eram grandes, em uma espécie de loteria às avessas, paradoxalmente vencida por quem nasce em um país onde basta parecer aquilo que se parece ser (Batista, 2006; Fanon, 2008; Mbembe, 2018).

O preço de (sobre)viver construindo uma história autoral é altíssimo. MC Poeta escrevia a sua em letras de *rap*, o que o conectava a outras trajetórias. Escrevia não apenas como afirmação de um eu, mas para não estar sozinho – e, parecia-me, para fraturar o mundo que vivia e reconstruí-lo à própria maneira (Barthes, 2007). Apesar de os dados desse jogo estarem contra ele, insistia em arder ali onde o queriam apagado, dizendo, em uma de suas músicas, que nasceu para brilhar, apesar de quem o subestimou; que nenhuma pessoa apaga aquela estrela que brilha. Na letra, ele dá “um salve” às quebradas onde vivem outros meninos que, como ele, são desacreditados no que podem fazer de diferente do futuro que lhes foi designado. Meninos que persistem em não serem aniquilados.

Em suas letras, falava de coisas que o vinculavam aos outros e que, ao serem faladas, faziam dele menos sozinho nas experiências que atravessava. Nessa forma impessoal de escrita sobre a vida, MC Poeta criava conexões com outras vivências, encontrando muitos destinatários: aqueles que acreditavam em meninos como ele e, também, os jovens para quem mandava “um salve”. As coisas que lhe aconteciam, colecionadas nos dias, davam acesso a uma experiência plural: as privações, a solidão, as amizades, o crime, a vontade de ter uma motocicleta e de poder comprar aquilo que cobiçava. A escrita de MC Poeta, acessando elementos que não eram apenas seus, não era somente sua. Há muitos MC's Poetas, e é por isso que é possível falar do mundo pelas coisas que uma pessoa faz.

Mostrando muitas vozes, era um agenciamento coletivo de enunciação (Guattari; Rolnik, 2013), sua história permitia estrangeirar o vivido e o olhar do outro em relação aos meninos, colocando elementos novos onde a medida queria homogeneidade. Em sua música, falava de si como um moleque pobre que cresceu na vida graças ao próprio talento, vendo-se um poeta, uma revelação nascida da favela. Essa escritura, que tem a dimensão de recontar uma história própria de forma mais liberada, escolhendo as palavras, permite a seu ouvinte estranhar barreiras tão frequentemente afirmadas entre o eu e o outro, entre subjetividade e política, de forma a adentrar outra complexidade das práticas individuais e culturais (Rago, 2013).

Importava afirmar sua vontade de dizer. Cabia à interlocutora testemunhar a importância de sua escritura em ato, tornando-se leitora e escutadora, vivendo a afirmação de que se relacionar com a obra é amá-la e desejá-la viva (Barthes, 2007). Quem

diz precisa de quem escute. Simpatizando com uma ideia sua, afirmava-se algo que agia nele, acolhendo seus movimentos da maneira como vinham, na potência das coisas que desconhecia. Olhando para trás e dizendo o que se passara de outro modo, MC Poeta recontava o que se lembrava de sua história e falava do próprio corpo naquele momento em que refazia seu passado (Deleuze, 2012). Tomando a vida como criação e o indeterminado como potência, acessávamos aquilo que podia ser reinventado (Pelbart, 2019).

O interlocutor atento se esforça por adentrar o ponto de vista de outra maneira de existir para fazê-la existir mais, aumentando suas dimensões ou fazendo-a durar de outra maneira (Lapoujade, 2017). Fazer existir significa instaurar uma existência tomando partido da vida ao escutá-la, pois o que ela diz importa. O escutador interessado é um sujeito paciente que aposta no outro o que é desse outro; testemunhando em seu interlocutor o que amplia sua existência, ressalta seus movimentos, e o faz porque sabe que há algo no que o outro diz que também fala de si. Foi MC Poeta quem disse que “uma cena vivida por alguém pode ser muito mais: é como beber água ou comer ou escrever. ‘A gente pode falar do mundo pelas coisas que uma pessoa faz.’ O mundo não cabe e, ao mesmo tempo, cabe em uma vida”.

É possível falar do mundo observando a deriva de um navegar que não é o próprio. Ali, algo dá passagem ao que tende a ficar ignorado, desconsiderado, tomado como desimportante. Um menino aparece e mostra o que o poeta já disse: “as coisas jogadas fora têm grande importância – como um homem jogado fora” (Barros, 2015, p. 47). MC Poeta, contra as adversidades, no final de um vídeo gravado com letra de música sua, diz que uma hora as coisas vão melhorar, mostrando o navegar de um corpo que se destitui, mesmo que brevemente, das âncoras das quais não pode se desvencilhar completamente e que o puxam para o lugar do impossível, do inescapável.

Seus dizeres existiam no tempo em que compunha sua biografia, pois uma pessoa é uma ideia viva (Pelbart, 2019). Mostravam que os atravessamentos em seu caminho falavam dos outros e de si, já que os ditos “marginais” sempre colocam problemas que não dizem respeito somente a eles (Guattari; Rolnik, 2013).

4.3 A MEDIDA DA MEDIDA

Muito embora o *depois da medida* não seja a vida sem medida, ele é um ponto que os meninos precisam alcançar para constituir uma diferença que importa para eles, já que passar para o que vem depois tem a ver com não ter de responder do lugar de quem a cumpre: a medida socioeducativa é, antes de tudo, uma medida que restringe, tal como as linhas da quadra que MC Poeta apontava para falar do que refreava seus passos. Essa forma-limite produz um efeito dito por muitos meninos: aprenderam que precisam realizar certas coisas que nem sempre são vividas por eles como algo que os

fortaleça diante de suas trajetórias, mostrando que as opressões são terríveis também porque formatam o que é vivo, atrapalhando seus movimentos (Deleuze, 2013).

MC Poeta pouco sabia sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA), mas sabia que os relatórios feitos sobre ele eram outra forma de medida quando ele não tinha a menor clareza em relação àquilo que precisava fazer ou do tempo que, enquanto passava, era sem fim no horizonte de uma temporalidade desconhecida – quanto tempo levaria na medida?

Essa sanção dá um limite poroso quando há dúvidas acerca de seu tempo, posto que somente é conhecido depois, quando acaba. Esse tempo que não se sabe e que guarda a liberdade, angustia. O que a medida espera desse menino no tempo que não o preserva?

Meninos com os quais me encontrei em trabalhos passados em unidades de internação pediam para treinar o discurso que levariam ao juiz em audiência, ensinando que haviam aprendido a mentir e que fazê-lo era diminuir o tempo da sanção. Havia certa conversa que entenderam ser necessária aos ouvidos dos adultos: demonstrar arrependimento e vontade de mudar de vida. Cabeça para o chão, ombros para baixo. Aqueles meninos mostravam a inabilidade da medida em inventar perguntas. Aprenderam que, para se desprender do socioeducativo, precisavam repetir velhas afirmações para perguntas jamais questionadas. A mentira resolvia o que a medida não lhes dizia – a que servia e o que esperava deles nesse enquadramento que lhes queria dar –, e mostrava “a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não [e] apropria-se, de forma bem-sucedida ou não, do vocabulário dominante” (Farge, 2017, p. 35).

Naquela conjunção, a mentira se tornava uma arma com a qual lutar, uma linha de fuga dentro de um contexto que visava determiná-los, subvertendo os usos da palavra e dos espaços: se esperavam deles uma resposta, eles a davam. Linhas de fuga acionam a vida, e muitos daqueles meninos as produziam quando, em vez de fazerem de si o que a medida queria, subvertiam isso que ela esperava deles. Na internação, por exemplo, concediam as afirmações e o corpo esperado deles enquanto a mentira agia como uma dobra possível na rígida e silenciosa fronteira da medida. Eles conseguem “ver e se conectar com aquilo que no inferno dele difere para seguir abrindo mais espaços de arejamento por onde a vida passa [e] que insiste em todo e qualquer lugar” (Coimbra, 2021, p. 137).

Passar ao ato pode ser tão potente quanto não passar a ele quando se tem condições de fazê-lo, uma vez que “se a potência fosse sempre e somente potência de fazer ou ser algo, então, nós não poderíamos jamais experimentá-la como tal” (Agamben, 2015, p. 21). Quando poderiam dizer não – *não sou isso que esperam de mim* –, aqueles meninos reinventavam palavras dizendo sim – *sou isso* – dentro de uma relação em

que aquilo que diriam tinha pouca valia. Um menino internado que inventa passagens ou reflexões que não lhe ocorreram, mas que o salvam, diz *não* a certo modo de operar as coisas que o excluem quando, paradoxalmente, é quem está mais dentro. Se algo como a própria liberdade precisa acontecer e há muitas fronteiras inexplicáveis para isso, a criação (de uma mentira, por exemplo) se fazia necessária.

Há sempre uma medida insistentemente colocada: a medida do que se deve fazer, de certa palavra correta, do que pode o sujeito adolescente que cometeu uma infração. Porque, experimentada como metas enfiadas em suas vidas, a medida vira caixote que guarda os meninos por um tempo, raramente fazendo ponte para uma condição outra que os protegeria na construção do chão em que pisam. A medida, como lei que a eles se impõe, não produz o justo em suas biografias, pois, para ser justa, precisaria considerar que “cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única, que nenhuma regra existente ou codificada pode nem deve absolutamente garantir” (Derrida, 2018, p. 44). Quando, no universo brasileiro de internações, grande parte das medidas judiciais não são reavaliadas e os planos individuais de atendimento nem sequer fazem parte do processo socioeducativo (Conselho Nacional de Justiça, 2012), a lei faz medida, mas não faz justiça.

4.4 NÃO EXISTE ESTAR FORA DA REBELIÃO

Escutando MC Poeta, lembrei-me dos tempos em que acompanhava meninos que cumpriam a medida de internação e de uma memória em particular: certo dia, uma linha invisível, porém, quase tangível, foi atravessada quando chamei de moleques os meninos que insistiam em provocar os educadores que eu acompanhava e que diziam não conseguir dar aula naquela unidade de internação. A negativa dos meninos de assistirem as aulas era, também, uma maneira de escapar ao que lhes era ordenado em um lugar em que violências físicas contra eles aconteciam cotidianamente – e, entretanto, achando que poderiam não se relacionar com aquele fato, os educadores ficavam completamente perdidos, lançando mão também do que tinham: o grito e, eventualmente, o abandono da turma.

Na ocasião em que eu acompanhava certa aula que não acontecia, um dos meninos, ao me escutar dizendo “moleques”, colou seu rosto ao meu para dizer que eu não deveria ter feito aquilo, dito o que disse. Enquanto isso, outros davam risada e alguns se abaixavam, encostados nas paredes, em sinal de que, se houvesse tumulto naquele momento, não participavam dele. Buscavam se fazer de invisíveis, que era a saída possível quando não tinham autorização para se retirar daquela sala de aula. Inventavam um jeito de escapar quando o corpo não podia se desprender daquela cena que irrompia rápida e inesperadamente, colocando-os no lugar de testemunhas diretas do que acontecia. Ligeiramente, as coisas mudavam de figura, um evento irrompia e eles

inventavam uma forma de fugir. Como na música, aqueles meninos não paravam de ter de escapar:

Ah! Moleque, se um dia eu te pego / Erva daninha, estrepe / De ripa, marmelo te esfrego / Moleque, vem cá / Moleque moleque, vem cá / Moleque / Não, não eu não vou lá / Ah! Vem me pegar, quero ver. (Gonzaguinha, 1977)

Em uma unidade de internação, os meninos não são eles, apenas, mas eles ali. Por isso, precisam ser outros de si. Um ano antes da cena acima relatada, um deles me havia dito que não podia sorrir lá dentro, pois seria sinal de fraqueza. Tinha de ser homem, em uma associação da figura masculina à força, e da força com o inabalável. Para aquele menino, ser moleque significava não poder escapar de um lugar perigoso de criança desprotegida; na internação, ser mais jovem implica estar submetido às ordenações alheias, destituído de um dizer próprio (Vicentin, 2005; Trassi, 2006; Rovaron, 2017). Ser moleque, ali, significava estar abandonado, submetido às regras institucionais em um assujeitamento que se mostrava, entre outras coisas, pela ausência de sentido naquilo que era ordenado ao menino. Um contínuo de situações tensas imperava, não havendo espaço para a medida sequer se questionar: o que produz um menino não poder sorrir?

Desproteção também tem a ver com tudo aquilo de que o menino participa sem escolher. Estar ali dentro, não podendo fazer o corpo físico escapar, significa, como disse MC Poeta, que “não existe estar fora da rebelião”. Não existe não saber, desver, ignorar; é testemunha tanto quem participa (ou sofre uma ocorrência) quanto quem dela é espectador (Vilela, 2015). Não há uma não participação em um tumulto quando não há como retirar o próprio corpo daquele lugar; por isso, os meninos inventavam maneiras alternativas de fugir, como na música: “Me livro do mau e do perigo / de bicho pelado que trança / ideias de uma vingança, que é pra me cuidar” (Gonzaguinha, 1977).

Sobreviver às circunstâncias impostas pela internação produzia em MC Poeta a necessidade de sempre ter de escapar e, entretanto, era sempre testemunha, pois não importava se batia ou não quando ele não podia não ver e, depois de ter visto, precisava se haver com os restos que ficavam em si. MC Poeta não batia, mas via, e quando me contou do que não se esqueceu, escrevemos que

Falar da internação é lembrar das rebeliões e de ter visto várias violências de todos os lados. A vingança dos meninos pelas vezes em que apanharam dos funcionários. Os funcionários que tinham muito ódio dos meninos. Não existe estar fora da rebelião; mesmo quando a própria mão não bate em ninguém, é impossível não escutar os sons e desver ou esquecer o que se viu: o corpo do outro invadido pelo ódio.

Há a violência da cena vivida no tumulto e há certa forma violenta que não finda quando ele acaba. O tempo todo, inesperadas e antecipadas, sempre à espreita, pequenas situações podem disparar um grande evento. Se “falar da internação é lembrar das rebeliões e de ter visto várias violências de todos os lados”, a memória dos seus corpos continua ecoando fora dos muros, nos espaços que partilham esses meninos, filhos da violência à qual têm de sobreviver (Levi, 2015). Suas lembranças mostravam que narrar o que foi visto não se trata somente de descrever um evento, e que “no testemunho há uma série de escórias que restam e permanecem como matérias sensíveis expostas. [...] O testemunho é, assim, uma forma selvagem” (Vilela, 2015, p. 173).

A memória individual, no espaço público, produz um discurso coletivo que reflete para além do menino que narra, dando a ver também a imagem que certa sociedade cria para si (Vilela, 2015, p. 173). Então, se a medida lhes endereça certas demandas, isso que se passa com eles, passa a ela, também, mesmo quando se desimplica de estranhar a si própria e de buscar pistas para o que mais as cenas dizem para além daquilo que seus olhos tendem a ver, afinal, “nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas” (Didi-Huberman, 2017, p. 61).

Aquele que escuta o testemunho apreende o vivido pelo outro, podendo descobrir novos sentidos para uma cena narrada e ajudar a romper com as significações primeiras dadas aos fatos. Lembrar também serve para isso: “o olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo. [...] É preciso desformar o mundo: tirar da natureza as naturalidades” (Barros, 2010, p. 350). MC Poeta transvia a posição de adolescente difícil quando suas memórias contavam sobre o lugar de testemunha da violência que não cometeu e mostravam experimentações outras de uma mesma cena. Fazia de si menino implicado e preocupado quando o viam desinteressado.

Os meninos de minhas memórias transviam o espaço de aula em que um se senta para escutar o outro que lhe diz o que fazer. Transvendo, profanavam aquele espaço, libertando um comportamento onde não se esperava e dando outros usos às coisas e àquilo que lhes tinha sido furtado (Agamben, 2007). Tornando a sala de aula um lugar em que outros elementos apareciam, profanavam, e há que se profanar junto para que uma cena de tumulto fale mais do que a óbvia violência que praticam.

Como pensar a profanação do corpo preso? Para não assistir aula onde se é conduzido, há que se portar como criança, fazendo uso de uma liberdade que ela possui. Eles não eram crianças, mas podiam sê-lo quando necessário, afinal, agir como criança não é ser criança, mas emprestar suas forças para criar modos de escapar (Deleuze; Guattari, 2012). Extraíam elementos que permitiam instaurar movimentos mais próximos daquilo que podiam ou vislumbravam ser para divergirem do mando, fazendo

um protesto contra o que os humilhava e produzindo, como efeito, um grito de censura à tristeza e à vontade de poder dos adultos que “separa[m] o corpo infantil de sua potência vital, ameaçando aniquilar o futuro ao mesmo tempo em que aniquila[m] o que seu corpo pode no presente” (Orlandi, 2010, p. 61).

Na minha recordação, quando insistíamos que só queríamos que seguissem as regras, não precisávamos falar da sua relação com a sala de aula em um contexto de privação da liberdade. Perante a disciplina que se apresenta com a aparência de lei, a ilicitude se colocava como um direito (Foucault, 2010c). Quando eram “moleques”, pareciam viver momentos de certa afetação em que não sobressaía a tristeza – eram momentos em que uma pequena virada se dava. Fazendo da aula uma impossibilidade, gritando para um adulto, rindo daquele que se fazia sério e exigia obediência, lançavam mão do que ali tinham para dizerem *não*, deslocando-se um pouco de uma posição refreada. Eram como Béasse, menino que fez da indisciplina um direito seu perante uma lei que não queria conhecê-lo: “Ouvindo sua condenação a dois anos de correção, Béasse faz uma careta feia, depois, recobrando o bom humor: ‘Dois anos nunca duram mais que vinte e quatro meses. Vamos embora, vamos indo’” (Foucault, 2010c, p. 276).

Em um breve momento, uma dobra se fazia: um menino dizia *não* ao educador que tinha medo dele, outro gritava para a coordenadora que o chamara de moleque, um terceiro se abaixava no canto da sala para mostrar que não participava do tumulto que parecia se armar. Continuavam sendo meninos determinados por aquele contexto de aprisionamento, mas cada um respondia de maneira diversa ao que se passava. Como a internação faz de todos os meninos testemunhas, pois sofrem violência ou são dela espectadores, não há um fora da rebelião senão através deles mesmos e de suas profanações.

Um gesto insuficiente

E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos. (Tenório, 2020, p. 61)

Essa história tem a ver com indignação: “a polícia parando por nada!”. Chegando em casa, voltando da aula no Centro de Formação de Condutores pra tirar a carteira de motorista, você foi parado pela Polícia Militar. Era noite. Os policiais queriam saber quais drogas você tinha nos bolsos porque, pra eles, como você é negro e mora naquele bairro, com certeza, tinha droga. “Na abordagem, não podia gesticular, não podia levantar a mão porque isso era sinal de enfrentar. Eu tinha que responder à pergunta deles de onde era a minha casa indicando ela só com o rosto, que foi o jeito que deu pra não usar a mão.” Jeito que eles não acharam suficiente e, ao levantar o braço pra indicar a sua casa, você levou “um tapa na cara com a mão pesada e dois socos no estômago. Parecia até que era isso que eles queriam que acontecesse”. A chegada em casa veio com essa raiva. Essa muita raiva. Sua mãe a olhar sem saber o motivo daquilo em você. “É uma coisa muito doida, muito sem sentido: traficar não faz levar tapa na cara, mas, fora do tráfico, tem que passar esse veneno. A polícia nem tenta fazer

de outro jeito!” Com a raiva, dessa vez, veio em você o choro e o grito, enquanto a polícia voltava ao portão, já na viatura. Sua mãe, parada ali, sem entender nada. Mas você me disse que ela sofria porque, das lágrimas que ela via cair no seu rosto, ela sabia. Os policiais ainda disseram que ela teve sorte, podiam ter levado você por tráfico. Você tinha uma ponta de um cigarro de maconha dentro do maço de cigarros. Disseram que você quase foi levado por isso. [Era “só isso”, e era muito.]

5.1 ERA “SÓ ISSO”, E ERA MUITO

Para Sorriso, primeiro chegava a cor de sua pele. No Brasil, ela justifica que policiais se vejam autorizados a fazer dela planejadas suspeitas, com desconfiças que já existiam antes de se cruzarem dentro de um referencial que diferencia as experiências permitidas a uns e a outros. Caminhar pelas ruas feliz por poder conduzir o próprio carro é uma delas. Sorriso fazia parte de uma classe abandonada de meninos pobres e negros relegados a uma condição de “humanidade supérflua” (Mbembe, 2018) que não precisa ser protegida. Desprezados porque não teriam algo – uma essência – a ser resguardada, seu corpo é mais um que passa, desimportante e, ao mesmo tempo, nunca passa despercebido, sempre notado na espreita do que fará e dos riscos que, supostamente, coloca aos outros. É dessa desproteção que esse menino falava e que o transformava, movido por um afeto que indicava a saúde mental do insubmisso que discorda do modo como é tratado, pois sabe da injustiça que lhe é infligida.

O menino negro cresce percebendo que são seus semelhantes os que tombam; caminha sabendo que seu corpo é algo para se jogar fora e desconfia de seu destino, pois carrega um sem-fim de experiências impedidas. O racismo constrói diferenças tendo por referencial o homem branco (Fanon, 2008) e, ao hierarquizar as dessemelhanças construídas, permite que alguns lancem mão de práticas ofensivas em relação a outros, atravessando radicalmente sua experiência viva. Enquanto aceitabilidade da retirada da vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2010a), produz um corte, uma exposição, a multiplicação dos riscos que organizam práticas e relações.

Discursos sobre aqueles que devem ser segregados – no limite, executados – produzem efeitos sobre as maneiras de existir. Por vezes, a pessoa duvida que aquilo que sente seja efeito político, acreditando que é ela a inapta (Filho, 2017). A não nomeação das decorrências dessa lógica no cotidiano dos meninos da medida faz desaparecer sua construção histórica e social, parecendo que são eles os responsáveis por aquilo que vivem, que é culpa sua a consequência de estarem no lugar errado, na hora errada, do jeito errado. Por isso, aquele que sofre precisa de quem reconheça o que se passa, afirmando o enrosco que constitui as experiências que o atravessam (Kilomba, 2019).

Sorriso aprendeu, e dizia, que o que lhe acontecia era o racismo agindo. Escutando-o, parecia haver sempre um dentro-fora para pessoas que, como ele, são colocadas nesse ordenamento que faz com que aquilo que vivem, ao mesmo tempo que não deveria acontecer, não surpreenda quando advém. Contou, em certo encontro, um evento que se tornou a seguinte passagem:

À noite, na praça em que muitos traficam [não ele], vem um carro de polícia e, de dentro, um policial manda que levante a camiseta para provar o que o menino já sabia: não levava em seu corpo arma alguma. Na ausência do objeto, alguém gritou de dentro do carro: “sai fora, não vou nem descer do carro pra não sujar a mão com você, seu macaco, preto. Sai fora!”. Do lado de fora, o menino ainda pôde ver que havia apenas homens brancos dentro do carro. Seus olhos buscavam alguém que fosse da mesma cor de sua pele para nele encontrar a cumplicidade com a cena que o humilhava. Mas, não: em sua experiência, são sempre brancos os que fazem isso. “Se o policial fosse negro, eu tinha ido pra casa sem essa.”

O racismo atravessava a experiência viva de Sorriso, que receava ser parado, revisitado, batido e assassinado. Esse temor é estrangeiro para quem não o vive, um sentimento que está lá o tempo todo em quem o tem e que, entretanto, não impede o menino de sair de casa, ir para o trabalho, dirigir seu carro, andar pela praça. Ele convive diariamente com instantes em que vê sua existência no limite, quando o preço da vida aumenta exatamente porque o valor da vida diminui, o que “é uma contradição colossal, mas é assim” (Sousa, 2019, p. 127). Todos com quem conversei falavam das trombadas com os policiais, mesmo fora da cena da infração, e do racismo presentificado nas menores coisas do cotidiano. Havia esse medo que antecipa o encontro com essas situações e que tem razão de ser independentemente da concretização dos fatos, pois, existindo como afeto, o medo já é um evento que acompanha o menino a cada dia.

A percepção da estrutura social, de suas desigualdades e mutilações se dá na carne quando aspectos físicos que identificam o suposto bandido são suficientes para justificar práticas afirmadas como de segurança (Batista, 2003; Feltran, 2011), mas que não constroem uma sociedade segura e apenas ampliam suas vulnerabilidades. Sorriso e Likão sabiam que estavam sujeitos a uma pena de morte a cada dia que não é somente a do corpo físico. Em um dos encontros em que se alternavam para contar cenas de violências sofridas pelas mãos de policiais, Likão narrou o seguinte diálogo:

Eu tava indo pro trabalho e fui parado pela GCM (Guarda Civil Metropolitana), que é a maior vergonha porque ninguém é parado pela Guarda. Eles já chegaram:

GCM: “Vai, encosta, bandido.”

Likão: “Sou bandido não, senhor. Eu era da vida errada, mas hoje eu sou direito. Tô indo pro trabalho.”

GCM: “E essa tatuagem aí? Você é de alguma facção, não é não? O que tem dentro da mochila?”

Fiquei meia hora lá, com o policial. Mostrei tudo o que tinha na mochila; mostrei a roupa, até a farinha pro bolo que eu tinha comprado pra tia fazer pra nós.

GCM: “Você tem cara de bandido.”

Likão: “Não pode ter só aparência não, senhor. Tem que provar.”

Após alguns dias, Likão se encontrou com os mesmos policiais enquanto caminhava pela rua: “Uns dois dias depois, levei enquadre dos mesmos policiais e só pra escutar que não adianta andar com o documento no bolso pra se proteger. Depois, ainda escutei deles que tavam com a maior vontade de me matar e abandonar meu corpo no meio da mata”.

Em outros momentos, escutei mães pedirem para seus filhos que cumpriam medida não andarem pelas ruas à noite, menos ainda sem o documento de identificação, na aposta de que quem tem documento é visto como quem não deve nada e nem está sem referência no mundo. No entanto, ele não os protege sempre, sobretudo, de quem afirma a vontade de matar e abandonar o corpo do menino, retirando-o de sua própria história e fazendo dele um corpo sozinho no mundo que, em um instante, pode se tornar “o peso de uma ‘maldição’, que faz dele um simulacro do nada e da precariedade” (Mbembe, 2018, p. 198).

Na história de Sorriso, havia uma coleção de tranquilidades furtadas. Sua cor atravessava a experiência íntima, fazendo com que uma situação corriqueira, como voltar para casa, fosse transformada e impedida de ser qualquer coisa banal. Foi usada como justificativa para a desconfiança de que estivesse armado, pronto para assaltar o estabelecimento onde, em certo dia, pretendia almoçar:

Intervalo do trabalho, horário do almoço. Você ia comprar um lanche e se ofereceu pra trazer algo pra sua chefe comer; ela te deu um dinheiro pra pagar a comida dela e a sua, te dizendo pra ficar à vontade pra comprar algo pra você também. O refrigerante que a lanchonete tinha naquele dia não era o que ela tinha pedido; você voltou pro trabalho, atravessando a rua correndo, pra perguntar se ela queria outra bebida. Em seguida, correu de novo até a lanchonete. Lá, enquanto aguardava chegar o seu pedido, tirou o celular do bolso pra dar uma olhada no que se passava no mundo. O PM chegou: “mão na cabeça!”. Acontece que aquele corre-corre que você fez atravessando a rua foi pra eles, que te olhavam de longe, sinal de alguma coisa errada. Quando você tirou o celular do bolso, deu a comprovação: eles queriam ver uma arma na sua mão e viram. Você já tinha aprendido que sua mão negra é um risco. Me contou que ficou muito bravo, porque naquele dia não tava fazendo nada de errado e, além disso, toda essa cena se passou em frente ao seu trabalho, o que te deu muita vergonha dos seus cole-

gas. A dona da lanchonete te conhecia e se incomodou com aquilo tudo, pedindo explicação pro policial, que disse que a sua atitude era suspeita. Saíram. A suspeita não gerou consequência pra eles, você me disse, e não houve qualquer pedido de desculpas pra você: “é isso, né, suspeita não é erro: é procedimento”. Você me disse que, em dias como esse, o jeito é seguir mais bravo com as situações de humilhação que perfuram teu caminho. [Eu não via em você resignação.] Depois dessa cena, a sua fome passou.

Sorriso vivia episódios como esse cotidianamente em meio à omissão necessária de uma sociedade que fecha seus olhos para essa violência poder se manifestar sem prejuízo tanto para quem a comete quanto para quem a afirma como necessária (Almeida, 2019). Os policiais que o pararam quando voltava do CFC, perto de sua casa, poderiam tê-lo levado. Quem os impediria, se há uma autorização tácita para violentar o corpo do outro que não se torna um problema senão para quem a vive na carne?

Ele, que vinha se organizando fora da delinquência, não roubava ou traficava mais, vestia-se com outras roupas e frequentava outros lugares, nunca se via livre da associação com a vida ilícita. Sabia que infracionar ou não pode ser de uma diferença inaudível quando se vive muitas formas de morrer, como a “exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição” (Almeida, 2019). Dá no mesmo ser aquele que comete um ato infracional e ser quem se imagina que poderá fazê-lo quando se é “um sujeito que ‘carrega’ o crime em sua própria alma; [...] alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável” (Misse, 2010, p. 21).

O processo de incriminação – fabricação social da imagem do sujeito perigoso – determina que a presença de uma pessoa nos lugares fique instantaneamente marcada pelos olhares que se deslocam para ela. Os policiais que apareciam na vida desses dois meninos demonstravam tanto os processos de acusação social quanto quem são os sujeitos que têm “o monopólio do exercício legítimo da violência” (Misse, 2008, p. 13). Em uma sociedade em que não é o crime que se pune, pois não precisa sequer haver delito, existirá proteção possível para esses meninos?

5.2 A CHEGADA EM CASA VEIO COM ESSA RAIVA. ESSA MUITA RAIVA

Alguns corpos, tornados desumanizados, estão mais expostos à morte e ao apagamento dos traços que confirmam que algum dia existiram. Quando os policiais disseram para Likão que estavam com vontade de matá-lo e abandonar o seu corpo no meio da mata, evidenciaram essa afirmação. Foi isso também que Sorriso experimentou quando não pôde simplesmente entrar na sua casa vindo da aula preparatória para condutores. Em cada encontro que tivemos, esses dois meninos contavam que eram investigados

e revirados, vivendo uma ressonância do indizível. Os relatos de violência não cessavam e, quando um expunha uma experiência própria, o outro, escutando, lembrava mais uma, como esse diálogo vivido por Likão:

“Tá andando duro por quê? Tá armado?”

Não, senhor.

“Levanta a camiseta, quero ver se não tem arma!”

Levantei a camiseta, virando pra trás e pra frente, assim, rapidão, pra mostrar que não tinha nada.

[Você me contou que depois que a polícia te liberou, ainda te seguiu com o carro por um tempo.]

Nessas horas, é a maior neurose.

Aquele menino mostrava uma de tantas experiências frequentemente silenciadas diante da ideia de que pessoas como ele precisam provar que não são culpadas para seguirem adiante. Mas as consequências desse “tá andando duro por quê?” não aparecem para a medida quando não se detém diante da imagem do menino que tenta outra vida e que, no interior dessa tentativa, permanece vivendo o que antes já existia: a abordagem policial e a possibilidade de ser apreendido a qualquer tempo. Os dois disseram que sobre as questões vividas com a polícia não falavam com ninguém, mastigando a sensação de que nada poderia mudar o que viviam. Não vendo a medida como uma ouvinte dessa reverberação, testemunha ou parceira, aquilo que experimentavam passava como algo particular, mais um evento de um dia qualquer.

A raiva de Sorriso dizia respeito à injustiça da suspeita e ao corte provocado pela abordagem policial na alegria que sentia por conseguir tirar a carteira de motorista, o que exigia alguns esforços, como se deslocar ao centro de formação depois do trabalho, pagar as aulas e a prova, dormir menos do que gostaria, guardar dinheiro para comprar um carro. Coisas nada simples para um menino que viveu uma vida de muitas privações. O não reconhecimento dos outros sobre seus esforços produzia um abismo bastante concreto entre aquilo que esperavam que fizesse e o que vivia efetivamente. Esse espaço, muitas vezes, ficava parecendo um problema à parte, como se ser parado e revistado enquanto caminhava para casa nenhuma relação tivesse com a medida. No entanto, a abordagem não acabava quando a polícia ia embora, e seu alívio era sempre um sopro perante a raiva de viver, uma vez mais, a impossibilidade da alegria.

O cotidiano do menino e o da sanção não se encontram quando o primeiro vive tendo de responder à lei que não quer saber do que se passa com ele. Se tais cenas não fazem parte da artesanaria da medida, de seu dia a dia, como poderá ela se perguntar sobre aquilo a que se propõe ou sobre o que registrar nos relatórios técnicos como condição de vida daquele cuja existência pretende mudar? Desencontro feroz esse em que a medida reproduz violência por omissão (Butler, 2019), não falando sobre a coisa

porque entende que ela não aconteceu ou por vê-la como um fato banal na vida do menino que tem que seguir em frente aguentando. Os meninos, destituídos de singularidade, ficam sendo noções bastante abstratas cujos direitos são porosos enquanto a medida inviabiliza todo pensamento acerca dos movimentos em sua existência.

A cena que Sorriso lembrava faz ver a impossibilidade de um menino negro ser trabalhador, aprendiz ou freguês de uma lanchonete sem ter de suportar e superar repetidas experiências de humilhação. Queria ser um consumidor naquele estabelecimento e não podia sê-lo impunemente. Meninos como ele aprendem, muitas vezes, sozinhos, a seguir diminuindo a própria sensação, “deixando pra lá”, no esforço de vencer na vida quando deixar pra lá torna-se uma lição individual, e não questão política. Entretanto, ele não se submetia, declarando a raiva que sentia por ter sido interrogado perto de seu local de trabalho.

Impera certo silêncio acerca de experiências de brutalidade contra meninos cuja ilegalidade cometida justificaria desconfianças que, desde antes, já eram colocadas sobre eles. Por vezes, apontar uma violência infligida contra eles soa como um exagero, como se quem denuncia inventasse agressão onde não teria havido porque aquilo que lhes acontece, fazendo parte do pacto social, é o devido. Se há legitimidade no menino ser parado em nome de uma suposta proteção social ou em razão de seu desvio, não há queixa a ser feita, nunca houve abuso. Assim, não há alívio contra a injustiça para o sujeito discriminado “desde que a lei – formal e distante – recolhe a todos em seu seio ‘democrático’” (Nascimento, 2016, p. 94).

Esses meninos, vivendo circunstâncias ameaçadoras de seu corpo e de suas experiências, frequentemente, são apenas chamados para falarem delas, ancorando suas vidas no insuportável, e a violência ganha uma centralidade que também emudece quando não pode haver outros temas para além da monotemática violência.

Quando a medida não desvia o olhar, no entanto, gera para si outro desafio: atravessar com eles o infortúnio produzindo instantes de escape, relacionando-se com o que se passa e com o constante esforço que fazem para permanecerem vivos, mantendo inteira uma parte de si, caminhando com a cabeça boa, inventando outras perspectivas e aventando horizontes enquanto são violados a cada dia. Falando de outros assuntos, a medida passaria a conhecer os campos pelos quais suas biografias circulam.

Quando “a única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável” (Deleuze, 2013, p. 215), escapar pela insurgência tem a ver com dizer mais do que o antecipado sobre a própria vida, tal como MC Poeta fazia em suas músicas. Também produz caminhada reconhecer, com o menino, a raiva perante o insuportável de seguir aguentando diariamente, ajudando-o a olhar para um horizonte em que a resistência se afigura como possibilidade coletiva (Kilomba, 2019), fazendo ecoar outras vozes em meio àquelas que o violentam.

5.3 FAMÍLIA É COMPLEXO

Likão e Sorriso mostravam uma dimensão da experiência familiar que talvez se mantivesse escondida se eu não me detivesse, por algum tempo, relacionando-me com eles, escutando os temas que levavam. Certo dia, depois de alguns encontros falando sobre episódios de agressões, apareceram cenas sobre as famílias, e essa conversa começou com Sorriso dizendo que “família é complexo”, afirmação que se relaciona com uma temática bastante presente na medida, já que, ao longo do tempo, a família tem sido compreendida como uma das motivações para a infração e, portanto, local privilegiado de intervenção (Batista, 2003; Feltran, 2011; Galdeano; Almeida, 2018).

Quando trabalhava com as medidas em meio aberto, escutei muitas histórias de meninos que não podiam contar com seus pais e mães; havia mães que nos pediam, cansadas, para que seus filhos fossem internados “na Febem”. Estranhando, com aquelas pessoas, certo ideal de família como potência única, visávamos construir alternativas para decidirem como avançar contando com outras forças. Pensar o que produzia aquelas afirmações que chegavam até nós era tão importante quanto ressignificar a ideia de que, sem poder contar com os laços de sangue, a vida não seguiria.

Sorriso, que disse nunca ter escutado a palavra *filho* ou ter dito a palavra *pai*, tinha na figura paterna alguém que só falava com ele quando precisava de alguma coisa – “menino, vai buscar uma cerveja pra mim”. A boca do pai não soltava o que o ouvido do filho desejava; nela, aquele menino não tinha nome. Sorriso tentava não comprar a ideia dele, e sua mãe fazia oposição em seu favor; ele se ligava mais ao amor dela do que ao desafeto do pai, em um empenho que o animava a fazer diferente para não produzir em quem amava o que ele havia sentido enquanto crescia.

O filho do pai que não dizia seu nome tornou-se pai também e passou a pensar que não podia tomar “atitudes precipitadas” que o afastassem da filha: “eu quero ser um pai vivo e presente pra ela. Correr o risco de ir preso é não ter uma atitude certa na cabeça”. A filha mudava o menino, dando outro valor ao tempo e outra urgência àquilo que ele queria partilhar. Ela nasceu pouco antes de ele ir para a internação, e “era todo dia uma saudade de segurar aquela mãozinha. Depois, eu voltei pra casa e vi que ela já sabia falar, foi de apertar o coração. Quanta coisa a prisão faz perder, né. Quando eu voltei pra casa, a menina já corria no quintal”. Disse que, não fosse ela, talvez não duvidasse tanto da volta para o crime; sem ela, a vida desse menino-pai, talvez, já não seria. Ele não precisava falar mais do que isso para descrever a internação; quando contava suas lembranças, mostrava que estar internado era perder os primeiros passos da filha. Que era, também, contra o risco de ficar sem essas trocas que brigava quando temia ter de voltar ao crime nos dias em que não acreditava que uma alternativa seria possível. Era disso que havia sido privado e era para essa falta que não queria retornar.

Escutando a fala que se entregava, Likão e eu dávamos importância para as perdas e preocupações de nosso interlocutor, não colocando-o na posição de quem tem de pedir reconhecimento pelo que é e estimulando a troca que acontecia sem solicitar uma transformação – ele não precisava encontrar outro significado nem dizer algo além do que desejava sobre a internação. O reconhecimento do que dizia fazia um apelo ao porvir daquele que se relacionava conosco (Butler, 2019), instigando-nos a imaginar um desejo de futuro nos relatos de suas experiências passadas. Diante do relevo que dávamos para suas narrativas por meio de nossa escuta atenta, a fala de Sorriso aparecia como um rompimento, tornando-se uma contracorrente da violência ao fazer ver outras marcas que carregava consigo: aparecia o filho e o pai que ele era, além do destino que aventava na relação com a filha que crescia.

Likão, ao escutá-lo, contou que, certo dia, caminhando pelo bairro, alguém lhe apontou: “esse aí é o seu pai”. Depois disso e até aquela nossa conversa, em seus 19 anos de vida haviam trocado poucas palavras. Família, para ele, eram a mãe e a avó, já falecidas quando nos conhecemos, além do irmão, mais novo que ele. A mãe era uma figura forte que “não aceitava dinheiro sujo e [que] brigava com carinho”; ela o aconselhava e “quando ficou doente, deu mais vontade de não ficar no crime; ela tava certa quando dizia que quem entra, não sai”.

Lembrou-se de, aos 7 anos de idade, buscar algumas vezes seu padrasto no bar; na realidade, “já deitado na calçada em frente, apagado depois de beber um monte. Ele gastava todo o dinheiro do aluguel com bebida”. O menino, quando pequeno, se jogava na frente de algum carro que passasse para pedir carona para casa e alguém para ajudar a carregar aquele adulto grande e pesado: “moço, me ajuda a levar meu pai pra casa?”. Em alguns dias, esse padrasto o agredia. Quando Likão comeu um segundo pedaço de bolo, dado por seu irmão mais novo, da mão do padrasto veio o tapa, e “já no primeiro, eu caí de joelho; depois, veio um soco e o fio de cobre. Eu me vomitei todo. Eu tava usando uma camiseta do ursinho Puff que ficou toda coberta do vômito”. Levantou sua camiseta e nos mostrou as cicatrizes (não que Sorriso e eu não acreditássemos no que dizia, mas, talvez, porque fosse necessário dividir para poder dizer). Nós o olhamos em silêncio; penso que não sabíamos o que falar, e talvez nada coubesse mesmo, nenhuma palavra daria mais do que os nossos ouvidos despertos que o levavam a sério. Tinha o olhar intenso de quem contava toda uma vida; ele era o mesmo menino que gostava de, mais menino ainda, ficar perto da avó enquanto ela costurava e que, por isso, sabia dizer a diferença entre crochê e tricô. Contou que, apesar do padrasto, cresceu “homem forte e de palavra” que enfrenta na voz e não abandona o irmão, filho desse homem violento e pai dessa pessoa querida – “um menino bom”.

Quando contava essas memórias, permitia que Sorriso e eu reconhecêssemos a violência que o submetera, na infância, à condição de criança desprotegida, passo

primeiro para inaugurar algo diferente daquilo que dizia. Isso acontecia dentro de uma atenção mútua que permitia vê-lo humanizado e fazer algo desde a posição de quem tem uma trajetória biográfica não territorializada em uma única possibilidade de estar no mundo. A mim e a Sorriso importava pouco cavoucar as cenas de agressão contra Likão; nos significava muito acessar o que o movimentava a falar daquilo tanto tempo depois e a nos mostrar suas cicatrizes no tão incomum gesto de um menino da medida levantar sua camiseta para quem pouco conhecia, sobretudo, uma mulher. Estar ali com ele e escutá-lo produzia muito mais do que tentar compreender minuciosamente os fatos que lhe haviam passado, pois podíamos, juntos, remontar as cenas desde outros lugares.

Talvez ele tivesse nos mostrado seu dorso porque não estava apenas diante de mim, e a presença de Sorriso o autorizasse. De toda forma, é provável que aquelas trocas tenham se dado porque aconteciam em um grupo atento às miudezas do próprio dizer, em que as perguntas eram bastante pensadas antes de serem ditas, no empenho de não invadirem ou desrespeitarem o narrador. Cada cena era escutada com calma e não intervínhamos com demasiadas perguntas, pois interessava tramar um contexto que nos permitisse notar “uma vivência imperceptível aos olhos de quem só olha de través” (Sousa, 2019, p. 319). Nós três fazíamos um comum em que a conversa fluía porque não havia um entrevistador, e eles não estavam apenas perante alguém, a pesquisadora, que não havia vivido nada sequer semelhante ao que relatavam: havia lá outro menino que não precisava perguntar sobre a família, pois sabia do que se tratava e que, não tendo vivido exatamente a mesma coisa, não era tão radicalmente um estrangeiro. Um emprestava ao outro a vontade e a tranquilidade para falar.

5.4 TRABALHO E INSISTÊNCIA POR OUTRA VIDA

Em nossas conversas, ambos discorriam sobre o ato infracional como uma ocorrência em suas existências da qual buscavam se desgarrar. Pelo crime, o acesso ao dinheiro se dava por meios intranquilos, e a chegada da maioria vinha mobilizando a vontade de viverem momentos mais serenos. A vaga de aprendiz em que estavam inseridos quando nos conhecemos era uma distância em relação ao crime, um meio para que não caminhassem tão no fio da navalha, tão no lado trágico da existência. Sorriso dizia que “quando o tempo que se perde no crime vale mais que o dinheiro que ele dá, a gente tem que buscar um trabalho”.

Enunciando que “a sociedade fala que a gente tem que mudar, mas não deixa”, contava que fazer um trabalho lícito não resolvia os percalços do dia a dia, que é mentira que trabalhar garante uma existência social menos devedora quando “parece que ela [a sociedade] não acredita no que pede pra gente”. Ser trabalhador não significa estar protegido. O menino da medida que trabalha é parado para ser revistado,

assim como o menino da medida que não trabalha ou que é trabalhador do ilegal. Considerado um não cidadão, é sempre um operário sem garantias.

Fiz, antes de conhecê-los, muitas reuniões no local onde trabalhavam. Algumas vezes, comi no mesmo bar onde Sorriso foi comprar um lanche para si e um refrigerante para sua chefe; bastava cruzar a calçada de uma ruazinha estreita que me exigia apenas observar se carros passavam antes de atravessar. Para Sorriso, aqueles poucos passos deram contexto para uma averiguação policial, realizada em frente ao seu local de trabalho, provocando uma “mistura de raiva e humilhação”. Ele vivia um sem-saída de situações, ao mesmo tempo, inesperadas e antecipadas, em que coisas simples como pegar o celular para dar uma olhada no que quer que fosse gerava desconfiança. Havia essa cruel impossibilidade de existir tranquilamente no interior de sua pele, mesmo dentro do esforço que fazia para trabalhar e construir outras possibilidades, formando um nó que não se soltava quando havia sempre uma tensão invadindo a menor coisa que fizesse enquanto pedia para ser reconhecido para além de “apenas aqui-agora, enclausurado na [sua] coisidade. [Podendo ser] para além e para outra coisa” (Fanon, 2008, p. 181).

No trabalho com a medida socioeducativa, de tempos em tempos, apareciam vagas para programas de aprendizagem em secretarias municipais e estaduais ou em organizações da sociedade civil, provocando uma afobação nas equipes para garantirem telefonemas e conversas com os meninos a fim de incentivá-los (ou convencê-los) a se inscreverem naqueles chamamentos. Aquela corrida mostrava a aridez desse terreno em que, em razão de tanta secura, quase qualquer alternativa de geração de renda soa como uma salvação que não pode ser desperdiçada. O acesso à vaga de aprendiz, todavia, longe de ser uma solução fácil, dava início a outros problemas, que tinham a ver com a entrada dos meninos em um universo complexo e desconhecido para eles.

Likão e Sorriso falavam do esforço que faziam para estar diariamente ali enquanto outros meninos dormiam ou não precisavam correr tanto para chegar a outra posição. Sorriso disse que

É difícil a vida, mas tem sempre alguém da família chamando pra fazer um bico, ganhar uns trocados por um dia de trabalho. Tem menino que não quer porque é preguiçoso. É boy de prédio e tem tudo fácil; mesmo sendo da quebrada, ele pode não querer, pode não ter vontade. Esses pegam carona no ônibus pra chegar na medida, e os outros se esforçam, pedem carona pra qualquer um pra chegar lá, e no baile funk e tal. Alguns meninos não trabalham porque não querem. Uns parecia até que queriam, mas dormem muito e, aí, são mandados embora.

Ambos deslizavam entre a certeza e a dúvida, confiando que faziam um bom trabalho e receando, ao mesmo tempo, que fossem dispensáveis. Não era nada paradoxal

esse lugar de ser alguém desnecessário, porque a maioria das experiências colecionadas por eles, até então, mostrava a efemeridade das coisas em vidas como as deles. Sentiam-se inseguros, ali, em razão de suas próprias trajetórias.

Para Sorriso, ser aprendiz era importante, pois garantia renda fixa, horários definidos e lugar certo para ir todos os dias, ocasião para se vestir bem, como gostava: “trabalhar é tá numa vitrine, né: alguém olha e vê que você tá se esforçando e pode se interessar”. Nele, pairava a dúvida a respeito do que faria quando seu contrato terminasse: “Eu fico pensando como vai ser daqui um ano, quando a minha bolsa acabar”. Receava não ter condições para concorrer a um emprego, não ter qualificações para se candidatar a alguma vaga e não saber o que fazer em uma entrevista, já que nunca havia estado em uma – chegara àquela experiência por meio de articulação do serviço no qual havia cumprido sua medida em meio aberto. Acionando a dimensão temporal desconsiderada pela medida, produzia assunto sobre a prática tão comum de inserir os meninos nos lugares sem colocar essa inserção dentro de um processo. Aquela experiência, que tinha prazo, passaria. O que fazer depois?

Era como se uma ponte não houvesse sido construída quando eram colocados nos espaços para fazer o que lhes era solicitado seguindo coordenadas que nunca eram objeto de discussão ou de reflexão. Nunca convidados para pensarem junto. Assentada a favor de certa agilidade (dos fazeres, dos procedimentos, das respostas, da urgência da vida cotidiana), a medida negligencia que a desalienação passa pela comunicação entre as pessoas, consideradas capazes de questionar as contradições que as atravessam (Nunes, 2005). Não construindo junto, Sorriso não colecionou aprendizados do processo e se percebia despido diante de seu futuro, temendo “voltar a fazer aquelas coisas que a gente gosta”. Ele gostava de roubar e, ao mesmo tempo, não queria mais.

Não havia um acompanhamento dos pensamentos e dos afetamentos que neles advinham estando ali porque, para a medida, arranjar um emprego era mais urgente que pensá-lo. Todavia, ponderando sobre o próprio fazer, é possível semear um tempo outro, um tempo vivido *com* o outro e que também briga contra a política temporal do neoliberalismo que desfaz o tempo *do* outro, tomado como não eficiente (Han, 2021). Diante de uma participação sempre restritiva e reservada àquilo que todos os meninos da medida têm de fazer, a ausência de pensamento sobre as ações levava Sorriso a não viver o processo, e essa não participação tornava solitária e mais difícil a compreensão dos efeitos daquela experiência para ele.

Dentro desse fazer da medida, centrado no encaminhamento, Sorriso não acreditava que seria possível ter um emprego quando seu período como aprendiz findasse, apesar de saber que fazia um bom trabalho, já que era sempre elogiado pelas coordenadoras e pelos colegas. Por vezes, a primeira saída que vislumbrava era voltar a roubar, não vendo a possibilidade de fazer dinheiro fora disso, pois roubar era o que

sabia, conhecendo cada etapa necessária até chegar ao objeto desejado. As perspectivas de ter um emprego que aceitasse sua história, suas dificuldades e seus saberes lhe pareciam tão efêmeras que o roteiro infracional voltava a se mostrar uma possibilidade, mesmo não querendo mais viver as implicações de ser um ladrão.

Sob o olhar da medida, o tema do trabalho vem carregado de tantas expectativas que esse enredamento não pode ser descoberto. Procurando pistas de uma vida que quer corrigir, a medida fica incapaz de ver o chão em que o menino precisa se colocar apesar das rachaduras que constituíram o seu caminho. Essas vidas se colocam em marcha dentro de um cotidiano em que ir para o trabalho implica ter de recobrir cada instante vivido com experiências de racismo e desconfiança, e a palavra de ordem para que sigam apesar disso, desviando o olhar do que os importuna nessa relação naturalizada, furta-lhes o direito de se oporem e à revolta de quem não quer mais viver esses episódios.

Quando, depois de meses trabalhando junto, Likão e Sorriso foram separados sem explicação, orientados a trabalhar cada um em um serviço, ficaram ambos em uma indeterminação pesarosa para eles, pensando: o que aconteceu? Foram diretamente para o lugar do erro, da incompetência e da insuficiência, porque suas histórias de vida os levavam até esse lugar familiar. Deixar de torná-los parte daquela decisão ou de contar como ela havia sido tomada era desconsiderar suas trajetórias e um jeito de aqueles adultos não precisarem se haver com o que a notícia produziria nos meninos. A transferência não foi, para eles, um detalhe; não era só ir para outro lugar, fazer um trajeto diferente, pegar outro ônibus. Era a repetição nada fantasiosa do lugar de ineficácia que as desigualdades sociais engendram.

Conversar é um jeito de se cuidar

[...] porque, no meio do desespero, compreender pode confortar e pode, se possível, permitir um pouco de paz. (Pina, 2003, p. 66)

Meses depois do nosso último encontro, você me mandou uma mensagem. Era meia-noite e pedia pra conversar; não andava bem, vinha fazendo coisas que não te pareciam muito legais. Sugeri um café no sábado, dali a dois dias. A vida não caminhava bem pra você, que havia tentado se matar naquela semana. A distância, antes do nosso encontro, foi possível escrever algumas coisas que você tinha me contado sobre o que a sua caminhada tinha te ensinado, como se eu te recontasse coisas suas: que mesmo as coisas muito ruins uma hora passam, que pra seguir em frente você precisa da companhia de quem gosta de você e que conversar é um jeito de se cuidar. Te deixei um poema feito por um jovem que também morava no seu bairro e que dizia que todos os dias decidia não morrer. Parte dele tá aqui:

Aprendi a renascer depois de cada queda. Mas o foda foi que viciiei em morrer / Virei planta que se assusta no sol / Passarinho que não confia no céu / Boêmio com medo da ressaca / É uma cura profunda e ancestral. Água que sai. Tristeza que escorre / Deixo ela ir / Já sei viver de outra forma [...] / É que sou mais um dessa legião de menino com o coração triste. Que ninguém sabe por que nós

não desiste. [...] / Mas é que também sou dessa legião que tá aprendendo a sonhar. Já realizei tantos. Como vou falar que é impossível? / Ainda é cedo. Mata a sede. Não cede / Tá tudo no samba que é pra eu não esquecer: “Podemos sorrir, nada mais nos impede”. (Chico, 2019, s/n)

Depois de várias tentativas de marcar uma data, nos encontramos na praça. Em meio a um cigarro, você disse que andava triste e sem vontade de viver; queria desistir de tudo, mas ficava vivo pela sua filha porque você foi um filho sem pai e não queria que isso acontecesse com ela. Terminar o namoro estava sendo sofrido demais. Você deixou de ir pro trabalho porque foi ficando insuportável estar ali quando a vontade era não sentir. Não sabendo o que você queria me dizer quando fui pro nosso encontro, levei um livro que me fazia pensar nas coisas que você me disse quando nos conhecemos. Li em voz alta um trecho:

[...] seja lá como for, fico imaginando uma porção de garotinhos brincando de alguma coisa num baita campo de centeio e tudo. Milhares de garotinhos, e ninguém por perto – quer dizer, ninguém grande – a não ser eu. E eu fico na beirada de um precipício maluco. Sabe o quê que eu tenho que fazer? Tenho que agarrar todo mundo que vai olhar onde está indo, eu tenho que aparecer de algum canto e agarrar o garoto. Só isso que eu ia fazer o dia todo. Ia ser só o apanhador no campo de centeio e tudo. Sei que é maluquice, mas é a única coisa que eu queria fazer. Sei que é maluquice. (Sallinger, s/d, p. 168)

Escutando, você lembrou que algumas semanas antes, em uma tabacaria, já bêbados, outro menino apareceu com um revólver, te chamando pra roubar. Você tirou as balas da arma e devolveu pra ele: “não ia dar coisa boa”. Roubar já não fazia parte dos seus dias. Depois de algum tempo, nos despedimos. Atravessando a rua por entre os carros, você disse que teria uma consulta com a psicóloga do postinho. Ficamos de marcar o próximo encontro, que não aconteceu.

6.1 A MEDIDA DA REFERÊNCIA

Uma diversidade de situações acontece no serviço de medidas. O menino fala com a pessoa que é sua referência no cumprimento da sanção e ponte até a figura judiciária, vê parceiros e amigos, participa de atividades culturais e educativas. Sua sala de recepção abriga conversas em meio ao suco, às bolachas e ao wi-fi compartilhado. Nos

corredores, fala-se bastante. Fora do espaço naturalizado como de atendimento (uma sala onde um adulto e um adolescente, supostamente, dialogam), meninos e meninas conversam sobre algum passeio, a pessoa que beijaram no fim de semana, o bairro e outras ocorrências recentes. Um tema emenda no outro e, por exemplo, falar em beijar faz pensar sobre traição ou a notícia de uma abordagem policial faz lembrar do racismo que, em certa liberdade do dizer, convida a outros temas. Na conversa, há uma dose de espontaneidade que mostra que as histórias escapam ao previsível, que há riqueza escondida onde menos se espera. Cabe à medida aproveitar esses momentos se quiser arranjar alguma proximidade com os meninos, se deseja ajudá-los a viver (Deligny, 2018b).

Certa vez, quando encontrei Curió para uma conversa, me dei conta de que ela já acontecia ali, na recepção do serviço de medidas. Enquanto ele falava com outras pessoas, eu, escutando, passava a saber coisas dele que talvez não soubesse em outras circunstâncias sobre as quais, talvez, pudéssemos falar mais em outros momentos. Naquele dia, ele e alguns meninos debatiam sobre os meninos poderem ficar com outras meninas, mesmo namorando: o trato era que as namoradas não poderiam beijar outras pessoas e que, se o fizessem, teriam o cabelo raspado como punição. Mais tarde, quando Curió e eu estávamos na praça, ele disse que, com o tempo, percebia uma mudança em si, passando a se questionar se era possível exigir da menina uma ética que não praticava. De toda forma, era difícil divergir, sozinho, dos demais meninos. Aquela cena e essa frase possibilitavam uma diversidade de novas conversas.

A conversa é uma máquina de guerra, pois, é “certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos” (Deleuze, 2013, p. 216). Entretanto, na realidade que conduz alguns à medida, e na sua espera por um certo dizer do menino (ou por um dizer certo), não há conversa, mas uma espécie de escambo em que o menino apenas responde o que lhe é perguntado em troca da sua liberdade. Se, na sala de recepção, a espontaneidade dos assuntos que engatam conversas não pode ser aproveitada, ela é só um cômodo de passagem que não escapa um milímetro sequer da circunstância que levou o menino até ali, não permitindo que seja experimentado nada no interior de uma conjuntura endurecida de cujas condições a medida deve se desviar para poder inventar novos espaços-tempos (Deleuze, 2013, p. 216).

Os meninos ensinam que é preciso suportar o imprevisto. Marca-se um atendimento e ele não vai ou chega mais tarde ou muito mais cedo e não quer esperar. Alguma coisa aconteceu à noite e ele não foi para casa ou não acordou a tempo. Alguns não querem ou não gostam de falar e deixam o representante da medida angustiado, sem saber o que fazer diante do silêncio. Outros, falam demais e se denunciam, relegando a sua referência técnica a decisão sobre o que informar nos relatórios. Essa condição do incontrolável, que é também da vida, muitas vezes aparece como o que atrapalha a

medida que lida com isso como se fosse algo que não poderia acontecer dentro do cumprimento de uma sanção, em uma ideia de que os meninos deveriam se comportar porque já não o fizeram antes. Esse desencontro, correntemente tomado como desimportante no que diz respeito ao outro ou como desleixo de um menino que não se compromete, potencialmente carrega algo por conhecer, permitindo aparecer como tema de conversa, por exemplo, experiências passadas no encontro com a medida que se reatualizavam no presente, como a internação de Curió:

A internação não melhora a vida e nem faz repensar o crime. Lá dentro, é só violência. Parece até que apanhar não tem nada a ver com fazer coisa errada: a gente leva tapa e soco mesmo quando não tem nenhum tumulto. Quando tem, mesmo quem não tá envolvido apanha. Ninguém fica de fora. Um dia, os funcionários mandaram todo mundo ficar só de coruja [cueca], sentados no pátio, um no meio da perna do outro, encaixado. Fazia muito frio. Outra vez, um funcionário andou em cima das costas dos moleques que tavam no chão. Eles ficaram marcados.

O incontrolável e o imprevisível dão pavimento para o pensamento, sempre circunstancial (Zourabichvili, 2016). A ausência ou o atraso valem como temas de conversa, pois mostram não o que falta ao menino, mas a sua vida e o que também é parte dele: alguém que, às vezes ou em algumas circunstâncias, não está lá e tem suas razões para isso.

Os meninos ensinam sobre o imprevisto porque também o vivem quando, dentro da medida, a figura de referência no atendimento é um elo passageiro em uma estrutura que muda sem aviso prévio. Certa vez, presenciei quando um dos técnicos contou para Curió que ele passaria a ter uma nova referência na medida, já que seu técnico havia sido transferido para outro serviço, em um bairro distante dali. O menino recebia aquela notícia ali, na recepção, como um informe qualquer; Curió disse, sorrindo, que faria um abaixo-assinado para pedir a volta do técnico e escutou que não adiantaria. Houve um silêncio. Cinco minutos depois, o mesmo técnico, que era sua nova referência, disse que a conversa comigo contaria como o seu atendimento daquela semana. Apesar de conhecer ambos os profissionais, eu nada sabia sobre o que se passara.

Por que parecia ser um detalhe tão banal o fato de que aquele que se encontrava frequentemente com Curió, produzia seus relatórios, participava dos encaminhamentos que lhe eram feitos e, supostamente, conversava com ele e sabia de coisas suas havia saído sem se despedir e sem explicar o que aconteceria? Essa forma de se relacionar com o menino informa que ele não precisa saber, produzindo uma incoerência, pois, enquanto a medida se furta em falar do que acontece nela e das consequências que certo modo de operar produzem para a vida do menino, espera que ele queira falar de si e de seu pensamento.

A inconstância do menino tende a ganhar uma gravidade muito maior que a instabilidade da própria medida e nenhuma das duas é estranhada em uma compreensão de que o menino falta porque “ele é difícil” e de que as equipes fracassam porque não há organização, à espera de um arranjo ideal que faria com que o imprevisível não ocorresse. Compreendendo o desencontro de expectativas como uma impossibilidade de criação de ocasiões, a medida faz desvios para proteger seu modo de operar; como efeito, afasta-se do menino no mesmo instante em que diz querer saber mais sobre ele. Quando o técnico disse para Curió que minha conversa com ele valeria pelo seu atendimento naquela semana, parecia abdicar de estar junto e de poder, entre outras coisas, perguntar o que significava para aquele menino a troca da sua referência, além de explicar as implicações que isso lhe traria. Sem indagar nem explanar o que se passava, a palavra entre eles ficava ausente ou sem alcance.

O tema da conversa com Curió fez eu me lembrar de *Correria*,¹³ menino que conheci trabalhando com as medidas. Em 2010, ele era um menino de 15 anos que não parava de escapar. Na época em que estava com cerca de 13 anos, quando a medida tentava alcançá-lo em seu lar, pois nunca comparecia aos atendimentos, ele saía pulando pelas lajes das casas vizinhas e ia embora. Tempos depois, quando fui contratada, eu o acompanhei por um ano na unidade de internação, fazendo visitas mensais que ambicionavam prepará-lo para sua saída. Quando recebeu a liberdade assistida, era eu quem, às vezes, ia até sua casa quando ele deixava de aparecer no serviço de medidas. A pedido dele, eu o esperava tomar banho para que caminhássemos pelo bairro, aproveitando aquelas ocasiões, que eu previa que seriam raras. Quando quis me despedir, pois seguiria para outro emprego, tive dificuldade para me encontrar com ele. Certo dia, talvez percebendo minha aflição por não entender por que, apesar de nossas conversas, ele se ausentava, explicou do outro lado do telefone que temia que chamássemos a polícia para prendê-lo. Isso, que não se apresentava para a equipe como uma possibilidade, era sua expectativa e seu receio. Conteí, então, que estava indo para outro emprego e que gostaria de me despedir dele. Marcamos, ele foi. Fizemos a leitura do relatório, conversamos sobre o que estava escrito, imaginamos o que estaria por vir e demos tchau. Eu o encontrei alguns anos depois em outra unidade de internação, onde voltamos a ter algumas conversas; foi ele quem me viu primeiro e me chamou, por intermediação de outro menino.

Não há o que garanta a presença ou a conversa que produza algo que interesse – a aposta pode ser somente em alguma coisa incerta, em uma direção imaginativa e aberta a desvios. Havia com *Correria* uma ética relacional construída em um campo improvável, a sanção, em que ele também se implicou quando foi ao serviço de me-

13 *Correria* é o vulgo que escolhi para um menino que estava sempre dando um jeito de se afastar.

didadas apesar do receio de ser pego em uma armadilha. A intenção de nosso contato, que tinha algo de um contrato entre dois, tão sutil, não passava despercebida para nenhum de nós.

6.2 VOCÊ ANDAVA FALTANDO NA ESCOLA

Persegue o menino da medida a declaração de que, se ele não estuda, volta para a internação (Galdeano; Almeida, 2018). Isso que o rodeia se relaciona com repetidas exigências judiciais que, se realizadas, indicariam que cumpriu a sanção. Como suas necessidades são universalizadas e a pobreza tem sido considerada a razão fundamental da ilegalidade, dentro dessa medida o menino precisa trabalhar, obter matrícula escolar e participar de curso profissionalizante, e as equipes que o acompanham devem garantir que isso aconteça. Quando não consegue matrícula, os adultos insistem e, depois de algumas investidas, recorrem à caneta do juiz, quase sempre eficiente. Com essa sombra às suas costas, o menino volta para a escola; nem sempre volta a estudar, no entanto.

Estar na escola significa, para muitos, retornar para o lugar de onde se quis ir embora tempos atrás, escutar que não há vaga, desconfiando que há, e ser fixado no lugar daquele que cumpre ou cumpriu qualquer medida socioeducativa – o que não o deixa ser mais nada ali. Ainda que na trajetória escolar esteja contida uma vastidão de experiências, a arbitrariedade na atribuição e no acompanhamento dessa questão faz com que um estudante atravessado pela medida seja visto sempre da mesma forma: a quem não se pode dar o direito de não saber previamente o que quer (Pelbart, 2019).

A participação da medida na reprodução da escolarização que não se realiza permanece camuflada quando colocar o menino na escola fica sendo o princípio e o fim, e é um falso problema tomar essa instituição como solitária realizadora da segregação. Certa vez, quando esperava Curió para uma conversa, assisti seu técnico lhe dizer o que parecia ser um alerta; escrevi:

[...] ele sabia que você andava faltando na escola e avisou que, enquanto não fosse, não teria a extinção da sua medida. Entretanto, se a frequentasse por dois meses seguidos, você ficaria livre. Você balançou a cabeça sem dizer uma palavra [me pareceu que queria dizer que não tinha jeito, que pra você a escola não era uma possibilidade. Que dois meses te pareciam uma eternidade].

O tempo de estudante o fazia lembrar o passado. Quando, aos 12 anos, foi morar na rua porque a casa da família ficara pequena e ele não tinha dinheiro para se mudar, a escola ficou para trás. Além disso, em um paradoxo de quem abandona insistindo, na história de Curió, estudar também tinha a ver com ter de fazer muitas renúncias que, de tão cotidianas, pareciam não existir. Abdicou, por algum tempo, de compreen-

der os conteúdos dados em sala de aula, de ser chamado pelo próprio nome e de ser acompanhado pela mãe. Desejava viver coisas que a falta de dinheiro não permitia, e estudar não era sua maior preocupação; era mesmo como se não fizesse sentido diante das coisas que conseguia alcançar ou daquelas que desejava realizar. Mais tarde, retornou para fazer o nono ano do Ensino Fundamental, aos 17 anos de idade, na Educação de Jovens e Adultos. Como só havia vaga disponível em seu bairro em um único turno, estudar competia com um trabalho desejado que teve de ficar para depois. Sentia raiva por não poder fazer as duas coisas ao mesmo tempo numa vida que lhe deixava sempre poucas alternativas dentre as quais escolher.

Curió mostrava que há inúmeras dimensões para o que é uma escola, e quando ser estudante implica ter de lidar com o mesmo organismo institucional que o excluiu (Hahne, 2017; Galdeano; Almeida, 2018), para ser possível estudar, um menino precisa também experimentar outras situações. Para muitos, a obrigação de ir à escola é ter de se haver cotidianamente com não possuir um par de tênis para calçar, ônibus perto de casa para chegar, vaga no melhor horário, estereótipos que limitam suas experiências e regras das quais, sem lhes explicarem como foram criadas, discordam. Divergindo, viram párias. Estando em um ambiente sentido como tão alheio, tão não feito para si, e se vendo com pouco ou nada para trocar, não sustentam permanecer. A trajetória de Curió tensionava a afirmação da escola como uma possibilidade indiferenciada e expunha que estar nela deveria constituir uma arma de guerra para a medida, não uma demanda genericamente atribuída aos meninos.

Por vezes, na escola se fazem diferenças que escancaram o que os meninos da medida não possuiriam, deixando-os sozinhos diante do que lhes parece faltar, sentindo-se menos com o que conhecem enquanto outras pessoas parecem saber mais e melhor. Multiplicadora social que é a escola, transforma “cada indivíduo, cada possibilidade de uma subjetividade singular, numa célula reprodutora da ideologia da máquina de produção” (Gallo, 2009 p. 126); por isso, muitos desses meninos não experimentam o processo de escolarização sem ver neles refletida a imagem da violência como seu único modo de vida possível. Quando chegam à instituição escolar, são notados por meio de uma identidade que lhes foi dada tempos atrás, e sentar no banco da sala de aula não acontece fora das experiências fundadas pelos efeitos dessa imagem.

Assim, como, “muitas vezes, entramos em contato com histórias nas quais a vida escolar se tornou mais um impeditivo do viver” (Machado, 2008, p. 3), descobrir o que faz a instituição escolar ser transitável para cada um, alcançando temas que nem sempre estão à mão ou são fáceis de serem ditos, e acompanhar o calçamento desse trajeto consiste em um ofício artesanal de reflexão sobre a experiência, esse “algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos

faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão” (Larrosa, 2017, p. 10). Sem se apropriar do fato de que uma cadeira escolar significa diferentes coisas, a medida, quando briga exclusivamente pela matrícula, nem sempre luta pelo direito de o menino estudar (Hahne, 2017; Munhoz, 2017).

Quando pedia para Curió ir à escola por dois meses, solicitava muito dele e, ao mesmo tempo, quase nada, pois requeria apenas seu corpo presente naquele lugar. Ao presenciar o alerta que o técnico lhe deu, aproveitei o fato de ter sido testemunha para perguntar para Curió, quando estávamos a sós, como andavam as coisas na escola. Foi assim mesmo que perguntei: “e a escola?”. Sua resposta levou à escrita do seguinte trecho:

Nono ano em uma turma com a qual não se identifica – todos muito mais velhos que você. Nenhuma vontade de estar ali, mas, um dia, o professor passou uma atividade que valia nota. Estava sem vontade de fazer nada e, ainda assim, fez o exercício pra passar o tempo. Ao invés de sair da sala pra fumar, resolveu arriscar e decidiu ficar. Tirou nota dez.

Naquele dia, Curió estava, como em tantos outros dias, sem vontade de estar ali, mas, percebendo um olhar diferente do professor, que parecia incentivá-lo, escolheu não matar o tempo fora da sala. Não saiu para fumar e ousou participar da atividade proposta, arriscar uma nota. O olhar do professor era, para ele, uma validação de sua presença, e a nota foi recebida pelo menino no desejo de ser reconhecido – um desejo pelo qual se constitui em um humano (Agamben, 2015).

Receber nota em uma atividade representa um evento importante em uma trajetória em que fazer esse tipo de intento se tornou ação distante. Para esse menino, que se afastou da escola e retornou porque era o devido, aquela nota mostrava que realizara algo diferente das ações em que se embrenhara anteriormente. No entanto, a nota também significava fazer parte pela via esperada, num modo de inserção que permanecia desconsiderando a singularidade de Curió, já que seu desinteresse e suas dificuldades não eram pauta nem para a escola nem para a medida. Pela nota, ele, um desajustado, era visto em um suposto ajustamento, e isso era suficiente para os adultos à sua volta. A nota, mantendo um funcionamento normalizador distante de uma proposta de educação singularizante, representa o esperado no interior de um modelo de educação que “não forma um homem completo, mas um ser parcial, comprometido com princípios definidos *a priori* e exteriores a ele” (Gallo, 2015, p. 42).

Ir à escola era um direito de Curió que apenas se realizava em uma mirada rápida, já que, na ponta da vida, não alcançava ser um estudante quando a “escola colonial, tão presente, busca educar corpos para o desencanto e para os currais do mercado de trabalho, normatizados pelo medo de driblar/gingar/pecar” (Simas, 2022, p. 56). A criação de alternativas ao desencantamento em relação à escola parece fortalecida

quando diferentes elementos, internos e externos a ela, são acionados em prol do menino e de sua experiência, como outros professores e estudantes, espaços do bairro, histórias de vida e culturas, pois, para escapar da “morte em vida [...] precisamos de outras vozes, políticas porque poéticas” (Simas, 2022, p. 56).

O menino, quando deixa de estudar, o faz atravessado por uma história própria feita coletivamente. Muitas vezes, dizendo *não* à escola, fica silenciado, não podendo pensar o que produziu aquela negativa, e sem o reconhecimento de que ter dito *não* pode ser a decisão de sair de certo lugar a partir do qual é identificado. Foge-se dessa imposição produzindo linhas de fuga singularizantes, para que a escola seja algo mais que uma generalização; para que um estudante opere “nas brechas do próprio sistema instituído, constituindo-se em esforços de resistência, de teste dos limites, de afrontamento cotidiano, investindo numa singularização apesar de qualquer controle” (Gallo, 2015, p. 213). Foge-se da norma ultrapassando a falsa binariedade do *sim* ou *não* à escola.

Produzir a possibilidade de estudar no interior das experiências cotidianas de cada pessoa requer uma espécie de tranquilidade furtada daqueles para quem o tempo é sempre um breve instante. Se a medida toma a ida do menino à escola ou a nota que tira como tudo o que poderia ver, ela finda, mas nem sempre a escola se realiza como apoio para uma vida que não seja controlada em todas as suas bordas (Machado; Hahne, 2020). O menino habita as brechas pensando sua dimensão experiencial, vivida no enlace com uma história social que o precede. Não há escape ao instituído senão pelo seu questionamento, e é “apenas a visão lúcida do que não podemos ou podemos não fazer que dá consistência ao nosso agir” (Agamben, 2015, p. 73). O menino da medida precisa, primeiro, poder pensar a *sua* escola.

6.3 DINHEIRO É TUDO NA VIDA

Quando falta dinheiro sobra briga, disse Curió certa vez enquanto contava que não o ter significa dispor de menos espaço na casa pequena e ter de dividir o lugar restrito com os irmãos. Contar com menos privacidade e nunca com a tranquilidade de estar sozinho, em silêncio. Fora de casa também existia muito cerceamento, muitas consequências; ele, que havia circulado por outros bairros, percebia desigualdades que lhe despertavam ódio quando via que “uns precisam correr muito mais pra conseguir as mesmas coisas que os outros. [E que], na quebrada, o dinheiro é sempre pouco, toda casa tem ‘gato’ pra poder ter luz e água”. Dinheiro não significava apenas poder comprar um carro para se locomover. Ter dinheiro representava viver outras experiências, ir mais longe no que se faz todos os dias. Talvez por isso Curió tinha a hipótese de que “muitos entram no crime por uma emoção, por querer outras coisas”.

Entendia que outras pessoas tinham o privilégio de se iniciar nas etapas da vida social em tempos distintos. Ele, por exemplo, começou a trabalhar aos 7 anos de idade vendendo nos trens que saíam da estação da Luz as trufas que sua mãe fazia. O irmão, quatro anos mais velho e que tinha vergonha de vender as trufas, seguia para outro vagão porque, separados, vendiam mais. Trabalhar nessa idade furtava o tempo do brincar, que ficava escasso, quase raro. Também não dava para fazer qualquer coisa com a vergonha senão desviar o olhar, porque era preciso estar ali. Com o tempo, o trabalho no trem, que era muito para gerar tão pouco, fez Curió considerar outras opções. Aos 12 anos de idade deixou de vender no trem e começou a furto. Na primeira ação, tentou a companhia de um amigo, que não queria ir junto (e nunca o fez); foi sozinho e “foi tão fácil pegar aquele celular e ter dinheiro pra comprar doce que era difícil não ir de novo”. Ele podia escolher onde gastar o dinheiro que resultava do furto; podia escolher outro doce que não a trufa que a mãe o fazia vender.

Tornou-se errante. Mudou de bairro com 14 anos, cansado das broncas que levava da família por sempre chegar tarde. Morou na rua, que foi também lugar de se apaixonar por aquela que viria a ser a mãe de sua filha. Começou a traficar. Sua mãe me contou ter procurado o “pessoal do tráfico” apesar do medo; era mesmo impensável a hipótese de deixar seu filho com aquelas pessoas. Ser mãe do menino que rouba ou trafica, reparando no que acontece, significa “ter que lidar com o fato de seu filho estar sujeito a uma morte que seria merecida; a conviver com o fato de ganhar menos que um filho adolescente; a saber que é comentado quando passa na rua” (Galdeano; Almeida, 2018, p. 72). Tudo isso levava a mãe de Curió à biqueira.

Quando nos conhecemos, ele estava morando novamente com a família e andava incomodado com isso. Queria sair de casa para ter um lugar seu, bem cuidado e limpo onde a filha tivesse “liberdade pra brincar e fazer bagunça”. Saía quase todas as noites para estar com as pessoas com quem se sentia bem, tentando seguir um caminho afastado da ilegalidade enquanto os familiares continuavam desconfiados de que saía para roubar ou traficar. Às vezes, a casa da mãe o fazia sentir que vivia em uma prisão porque as perguntas que ela fazia e que mostravam a falta de confiança o sufocavam, ainda que as considerasse justas, já que fora apreendido seis vezes até àquela altura da vida.

No passado, Curió havia tido no roubo e no tráfico possibilidades que, se proviam dinheiro, também faziam dele um fugitivo. Quando queria sair disso, encontrava-se com ofertas que, pela legalidade, continuavam certa experiência de indignidade e o faziam desconfiar de que sozinho seria muito difícil. Lembrou que enquanto esteve na Fundação CASA, as técnicas que o atenderam diziam que o ajudariam a conseguir trabalho quando saísse de lá; quando foi embora, nenhum contato. O trabalho, um dos problemas que teria de enfrentar para sobreviver, aparecia naquela medida, acima

de qualquer outra coisa, como um discurso que reproduzia uma regulação moral (Paula, 2017). A urgência da geração de renda colocava para ele um dilema: se era difícil acreditar que o ajudariam dando algo além de palavras, duvidava de que conseguiria ficar longe do crime sem o auxílio de outras pessoas.

Em uma entrevista de emprego escutou que não poderia pedir dispensa por algumas horas na semana para cumprir a liberdade assistida que veio em seguida à internação, e concluiu que, se um futuro patrão soubesse de suas infrações anteriores, não lhe daria uma chance. Teria de disputar um corpo que a medida não topava defender junto; aprendeu que conquistar trabalho ficava mais fácil para quem tem amigo ou parente que ajude oferecendo uma vaga. Começou a trabalhar na gráfica da madrinha, onde recebia cerca de R\$ 500,00 por mês; sua mãe trabalhava no quiosque ao lado, onde fazia costuras e reparos de roupas. Contava orgulhoso das suas responsabilidades e das distâncias que percorria ao longo da semana para cumprir as demandas que recebia.

Alguns meses depois, sua vida foi atravessada pelo término do namoro, fato que interferiu na permanência no trabalho. Foi ficando difícil estar ali quando a vontade era não sentir a tristeza da saudade. Tudo isso enquanto estava próximo de completar 18 anos de idade, o que, sobretudo nas periferias brasileiras, vem carregado de muitas questões, como a possibilidade de vir a ser preso como adulto, se apreendido. Escutando-o, escrevi:

A chegada dos 18 anos trazia anseios: o próximo mês seria o da maioridade e a sua família dizia que te queria fora de casa. No começo do ano, quando a gente se conheceu, você andava organizado, com emprego e escola; pra sua família, depois de tantos anos desandado, não seria possível aguentar outro desliz seu. Pra eles, a saída do trabalho tinha sido a derradeira derrapada. Você contou que tinha tomado o chumbinho que achou embaixo da pia. Depois, com a barriga doendo de uma dor insuportável, pediu ajuda pra vizinha, que te levou até o postinho.

As exigências do novo emprego e as expectativas que os outros tinham em relação ao comprometimento de Curió tornavam impossível que seus pensamentos fizessem parte de uma conversa, ficando de fora a possibilidade de lhe perguntarem acerca do que se passava com ele quando faltava ao trabalho. Entendia que o viam como alguém que abandonava as coisas e, nessa impossível conversação, ficava dominando a suposição de que ele fosse apenas alguém que ia embora sem hesitar, enfraquecendo a possibilidade de fazer alianças que o ajudassem a permanecer.

Em uma disputa difícilíssima, seguia lutando, a cada dia, contra a experiência da indignidade que o atravessava em diferentes lugares. Quando a família e a medida reduziam os problemas à sua personalidade “difícil” e o tomavam como quem deveria

construir outro trajeto para si apesar dos desafios que enfrentava solitariamente, perpetuavam uma lógica em que aquele trabalho mal remunerado deveria ser mantido a qualquer custo, já que comprovaria seu desejo de ser diferente. A exigência de um trabalho fora da dignificação de sua vida retirava da questão sua singularidade, mostrando que, desconsiderando as variáveis que atravessam a vida de meninos como ele, mantém-se um vazio analítico (Kowarick, 2009) que alimenta práticas discursivas acerca deles, empurrando-os para uma forma de vida sem sujeito.

Em certo modo de operacionalizar a medida, o chamamento ao trabalho é apresentado para o menino como tática de sobrevivência no mundo periférico dos que necessitariam de quase nada para existir. Fazendo aliança com uma prática regulada pelo pensamento neoliberal, a medida não se relaciona com o menino, mas com “as imposições das potências econômicas e das pressões culturais, [...] [com o] totalitarismo dos objetivos monolíngues” (Glissant, 2021, p. 42). Ao desconsiderar que poucos topam empregar alguém que tenha cometido ilegalidades, sobretudo, por vias garantidoras de seus direitos de trabalhador, e topar que seja assim mesmo, afirmando que precisa se agarrar ao que aparece, a medida deixa o menino sem a possibilidade de se experimentar para decidir, reiterando uma generalização totalitária da qual a história singular não faz parte.

A promessa não realizada de auxílio para o menino da medida, nada infrequente, fortifica um circuito do qual ele já fazia parte antes de receber a sanção e de onde tem de sair por força própria, “celebra[ndo] a responsabilidade individual irrestrita e [tendo] como contrapartida a irresponsabilidade coletiva e, portanto, política” (Abramovay, 2010, p. 21). O compromisso descompromissado da oferta de trabalho repete a lógica da exclusão social em que nada está fora do cálculo das formas de governo da vida numa “ação [que] tende a se reduzir ao discurso que não se nutre do vivido” (Martins, 1997, p. 9). Esse cálculo em que as condições de vida desses meninos seguem inalteradas – não precisam sequer ser pensadas – mostra o desafio de associar cidadania ao rumo profissional protegido e com direitos garantidos. Ganhar dinheiro fica destituído da experiência necessária para chegar até ele, dos desafios implicados e das vantagens que viabiliza.

No mundo do trabalho neoliberal, o menino se vira, faz por contra própria, cria suas oportunidades, é o empreendedor de si. Isso que se apresenta como solução fica sendo, efetivamente, um problema privado que cai em seu colo em meio a uma discursividade moral com um fundo salvacionista que nem sequer se realiza. Se a medida descuida do fato de que esses meninos já são colocados na categoria de subcidadãos em função de suas condições de subsistência e não disputa o trabalho como lugar simbólico em que podem se ver como cidadãos, renuncia a muito mais do que a lhes assegurar alguma renda: faz parte do que produz seu desenraizamento social e eco-

nômico (Kowarick, 2009), jamais podendo experimentar alguma consequência positiva e segura decorrente do próprio trabalho. Se os temas que advêm do dia a dia não fazem parte das conversas sobre o trabalho, como se fossem universos que não se encontrassem, a medida não participa do combate em que o menino vive como alguém destinado a muitas formas de morrer, furtado em seu presente e no tempo de luta, pois a “construção da autonomia requer uma temporalidade nova, que não é a do capitalismo nem o da tradição, mas a de uma realidade outra” (Pelbart, 2021, p. 118).

Uma ideia de trabalho articulada à lógica da existência (e não da subsistência) resiste ao imperativo de um emprego que não pode estar associado ao fora do esperado para o menino pobre. Por que não poderia ele, também, pensar seu fazer? Saber do interesse e do que pode vir a interessar requer certa calma que briga contra a lógica imediatista que mantém as pessoas em um presente sem futuro, pois não há espera, tudo deve ser agora. Os agentes da medida prometiam muito, alcançando pouco. Curió desejava parar de escapar. Era complicado.

6.4 É DIFÍCIL NÃO SABER QUANDO A LIBERDADE VAI VOLTAR

A primeira filha nasceu no mesmo dia da audiência que definiu a internação do pai, atrasando em sete meses o encontro deles. Esse desencontro fazia pensar o bairro, que é grande e, ao mesmo tempo, limitado; é longe do centro da cidade e, sem dinheiro, o corpo não experimenta outras distâncias. Esse bairro, morada de situações indignas para muitos que o habitam, desperta ódio e, por vezes, como disse Curió, “a vida só se vive no ódio [...]. A criança conhece isso quando vê a malícia do mundo, e as crianças aqui sabem disso desde cedo”. Quando crescem, alguns meninos se veem diante de um universo inexplicável com o qual precisam lidar, e “muitos moleques se prejudicam quando são levados por um momento de estresse, por não terem um apoio”.

Quem pensa essas coisas é o filho de um pai que a vida na prisão tornou distante, numa distância nunca transposta em sua biografia. Ao mesmo tempo, o pai ausente o fez querer ser um pai presente que vai “dar conselho e ficar por perto, mesmo se ela escorregar, porque às vezes na vida a gente tem que fazer as coisas, mesmo que seja ruim”. Ter tido uma mãe que o procurava na rua e o aconselhava também ajudou a pensar o pai que queria ser, ainda que no passado não fosse possível escutá-la, já que, “às vezes, a pessoa precisa viver as próprias coisas, e só vai escutar os conselhos depois”.

A internação ensina alguns, dizia, porque traz muito sofrimento, e o tempo de agonia conduz cada um a tomar decisões que não tornem o cárcere próximo novamente, em uma ideia que mostrava um paradoxo jamais resolvido no interior da forma-punição como um meio de educar: pode a medida tombar quem já estava no chão? Na internação, o tempo aparece como parte daquilo que derruba uma pessoa em função do que dele não se sabe, relação construída no interior de um funcionamento no qual

“fazer esperar já é punir, [...] agravar um estado indefinido de expiação e contenção. [...] Numa palavra, o tempo morto da espera punitiva é uma questão de classe” (Aran-tes, 2020, p. 24).

De novo, e é sempre isso: quanto durará a medida? O prazo incerto (indefinido) é infinito na percepção de ser um momento parado, uma espera vivida como tortura que suspende e bloqueia a existência. O menino fica à deriva em uma história sua que não pode ser vivida como própria: é o outro quem decide seu destino e até onde pode ir naquele mar desconhecido. Não saber o tempo de internamento significa ter o próprio horizonte furtado de si e, “nesse contexto onde se mistura disciplinamento, submissão e tortura, o futuro desaparece, mas não em favor da experiência do presente, já que o presente foi justamente esvaziado de qualquer experiência” (Pelbart, 2021, p. 111).

A medida, para ser finda, depende deles e eles não sabem o que devem alcançar para findar essa temporada incerta. Curió também falava do que não sabia e da distância de uma liberdade cujo horizonte nunca se apresentava firmemente. Juntos, escrevemos:

Dentre aquilo que não se sabe, está o tempo da internação. Dela, só se sabe quando começa. É difícil não saber quando a liberdade vai voltar, principalmente, porque não dá pra saber o que vão levar em conta pra que a medida acabe. Se for o comportamento, é muito difícil, porque mesmo um menino bom, lá dentro, demora pra sair. É que a liberdade também depende da história da unidade e dos outros meninos: se eles se comportam ou não. [Na internação, a saída de um tem a ver com todos os outros.]

Saber apenas o dia de entrada na unidade, sem ter notícias da saída até que esse dia chegue, era sentido como um dos piores elementos que constituem a punição. A ausência de um limite dava para ela um não limite, muitas vezes, intolerável. A duração da medida opera como uma das formas de controle sobre a vida ao depender da adaptação daquele a quem foi atribuída ou, ainda, de seu remorso em relação ao ato infracional cometido, aproximando-se de uma das funções da prisão apontada por Foucault, que é “acompanhar todo o desenrolar da pena com uma vigilância que incidisse não só em seu cumprimento, como também nas transformações interiores do prisioneiro dentro de sua pena” (Foucault, 2015, p. 84). Tal ideia de arrependimento tem solicitado a produção de um conhecimento que ultrapassa (mas que não prescinde de saber) o ato infracional praticado, olhando para o “interior” de quem o pratica. O menino deve se arrepender – ou se mostrar arrependido –, e tal imperativo demonstra muito mais uma racionalidade punitiva que quer o ajustamento e a produção de culpa do que o exercício de confabulação de saídas não assujeitadoras de suas vidas suposta na medida socioeducativa, revelando uma lógica de observação constante da

vida que precisaria interrogar a própria medida. A questão do tempo é assunto para a medida na qual os meninos são tomados como sujeitos fora do tempo, podendo para sempre não saber o prazo em que permanecerão em um processo que tem como uma de suas dimensões punitivas o fato de que ter passado por ela não implica haver qualquer alteração na vida já vivida antes dela. Trata-se de uma forma radical de controle, pois suspende um tempo que não pode ser suspenso (a vida segue) em nome de nenhuma promessa realizável que tenha como horizonte a garantia dos direitos.

A vida fora da internação também trazia muitas privações. De volta ao bairro, Curió não podia ficar com os amigos em grupo porque a polícia desconfiava de que estavam fazendo “coisa errada”. Não podia voltar tarde para casa porque isso também atraía a polícia – “a vida fora da internação é uma internação na vida”. Se o tempo dentro é um tempo de espera, fora é correr contra o tempo em uma pressa exigente desses meninos, que logo precisam mostrar que mudaram trabalhando em algo que não desejam, estudando em escolas onde não há parceiros, caminhando por ruas que lhes são hostis. Não há tranquilidade para pensar o que desejam para suas vidas, para pensarem uma vida desejosa de experiências: são continuamente acelerados pelo fora, e essa aceleração sufoca o pensamento, que também “carece de um silêncio, [pois] é preciso poder fechar os olhos” (Han, 2021, p. 29-30).

Para Curió, três meses depois que saiu da Fundação CASA, foi preciso voltar a fumar tabaco para conseguir encontrar alguma calma, mostrando-a como um elemento furtado dele quando não há despreocupação ao caminhar na rua enquanto não há como se afastar das próprias lembranças. A internação não passa: ela fica em algum ou em vários lugares do corpo, na memória. Em uma biografia não existe apagamento, esquecimento, abandonar o vivido. Qualquer coisa que se passou constitui um período que continua.

Curió fazia pensar essa dimensão da medida: quanto tempo levará o menino para se ver livre? Remetia, ainda, a outras questões que acompanhei antes de conhecê-lo, como a necessidade de agilizar os relatórios em nome da brevidade da sanção para que, de tão breve, nenhuma marca deixasse, em certa suposição de que a celeridade a tornaria menos violenta. Paradoxalmente, o tempo, para a medida, passa sempre como se fosse coisa inexistente e, em meio a diversos imperativos que desconsideram as singularidades, não há “um entre-dois, em que se toma consciência de um intervalo. Trata-se, de fato, da eliminação de qualquer aspiração antecipante, e de um desmoroamento do futuro” (Pelbart, 2021, p. 117).

O depois é, para o outro do menino (quem o vê; quem, de certa maneira, o acompanha), um tempo insustentável. Para os meninos da medida, o depois pode ser a morte pelo envolvimento com a ilegalidade ou o assassinato cometido pela polícia.

Há certa urgência imperiosa que não os resguarda ao colocar sobre seu colo a responsabilidade de saírem sozinhos daquilo que os vitimiza.

Fica difícil ver alguma possibilidade de futuro que não seja intimidante em um mundo do qual ficaram desapaosados, pois cortaram as conexões vivas com suas forças, em que não há confiança nos elos entre as pessoas nem lugar para as diferenças. Nesse imperativo de um tempo ágil, são vistos como indivíduos sem história própria, interpelados por um discurso que recomenda urgência, ditando uma pressa para as respostas e para as mudanças comportamentais que dialoga com o tempo acelerado do capital e das novas tecnologias que adiantam tudo, inclusive os resultados das experiências humanas. Trata-se de um tempo que não fala com a vida, pois isso implicaria acolher o que não pode ser previsto ou programado, o que não pode ser antecipado.

Nesse emaranhado produtor de muitas urgências, a medida sequer se pergunta: para onde leva tanta pressa? Fazendo a crítica da relação da medida com o tempo, coloco em crise (Barthes, 1975) tal arrolamento em que o tempo passa, o menino fica mais velho e, para quem o vê, mas presta pouca ou nenhuma atenção, esse tempo sequer é um detalhe. Curió mostrava a dimensão coletiva do tempo intervindo na vida que levava. A pressa dos outros atrapalhava seu caminhar no imperativo de que o seu maturar fosse outro, um instante; que, num átimo, respondesse perguntas que sequer havia se colocado ainda. Não havia lentidão para pensar sobre os processos em que se embrenhava. Não duvidando da própria prática, a medida deixa de ver o tempo que as coisas têm e que cada pessoa necessita em sua própria precisão.

Habitando o espaço da dúvida, no entanto, passa a ser possível encontrar outras respostas. Em uma racionalidade que compreende que os objetos são multifacetados, experimenta-se certo flutuar, pois não se olha para (ou espera por) uma resposta que deveria apontar no horizonte. Dando corpo ao lugar intermediário que existe entre uma pergunta e uma resposta, o presente pode aparecer. Esse tempo incapturável da vida movente pode ser apreendido apenas no encontro que se coloca em certa direção em que a ética é a da existência. Para escutar Curió, eu precisava não presumir que a rebelião em que estivera era a mesma que MC Poeta presenciara, ou eu não entenderia que cada um deles me falava de coisas distintas. Era preciso uma escuta branda para que, estranhando modelos conhecidos da medida, eu escutasse algo novo, para que fosse possível inventar aberturas quando o tempo, tal como areia movediça, lhes escapava sob os pés. Nessa escuta, criávamos movimentos contramedida.

Quando, em nosso último encontro, Curió lembrou que algumas semanas antes, em uma tabacaria, já bêbados, outro menino aparecera com um revólver, chamara-o para roubar e ele tirou as balas da arma e a devolveu, pensando que “não ia dar coisa boa”, a resposta dele não se deu fora disso que vivera antes. Havia ali algo de um

aprendizado pela experiência que não advinha apenas da dureza da internação, mas, sobretudo, do que vivera depois, quando exercia sua paternidade apesar de sua história (ou por causa dela), existindo como filho de uma mãe cuidadosa, podendo ser acalentado por outras pessoas, sendo leitor e estudante, namorado, parceiro dos amigos e interessado no mundo que fazia de tudo para desinteressá-lo. No *não* que disse naquele dia, afirmava outro horizonte construído no interior de uma longa história de 17 anos de vida.

Viver em uma corda bamba

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: que não são embora sejam. (Galeano, 2010, p. 71)

Seu modo de se expressar revelava o olhar atento e poucas coisas que a boca fazia passar. Seu corpo era alto, de postura ereta, olhar pra frente, meio tímido, bastante sério. Boca de poucas palavras. Você falava primeiro pela infração, como se fosse ela quem te apresentasse pra mim: a história de uma vida que se conta pelo crime. Mas, seu corpo de menino grande suportava mais do que a transgressão, mesmo que nela durasse por bastante tempo.

O que mais pode um menino da medida dizer dele próprio? As condições de sobrevivência (ou, melhor, a falta delas) te aproximaram do crime. Era preciso resolver as questões da escola sozinho, porque sua mãe, surda, não entendia o que falavam pra ela. Você pedia que resolvessem tudo direto contigo, que teve que cuidar da família desde cedo.

O crime era a vontade de ajudar em casa, mesmo que escondido, já que sua mãe não aceitava aquele dinheiro, e era, também, a vontade de comprar um tênis bom e uma roupa de marca. “O crime oferece uma moral, tem uma ética que acolhe” e faz um menino da periferia se sentir importante. “Na biqueira, o menino é rei. Na escola, ele é lixo. Moleque pequeno, já

sabe andar de moto; se joga no chão quando acha que vai cair e, depois, volta a subir.” Mas, não tem moleza: no tráfico, tem que ficar esperto, não pode dormir no trabalho – a maconha ajuda a ficar acordado e não atrapalha a memória. Alguns amigos escolheram outras drogas, que até levaram uns, que “morreram daquela curiosidade que matou o gato”.

Na rua, as pessoas escondem a bolsa e o celular quando te veem passar; elas estão dizendo, sem falar, que “alguns têm cara que assusta, que dá pra ver que é bandido criado na biqueira. [Que] ninguém tem amor pelo outro”. A medida espera alguma coisa dos meninos – o que seria? Não se pode ler os relatórios e nem dá pra imaginar como eles ajudariam a conseguir o que mais importa na vida: a tranquilidade de ter dinheiro pra ser independente e poder ajudar a família.

Em liberdade, a prestação de serviços é injusta porque tem que trabalhar de graça – e, como é sem sentido, é pior ainda, e o menino não faz. Você até tentou: no começo, cumpria a medida na biblioteca, que não durou muito tempo porque não fazia sentido pra você organizar os livros que as crianças bagunçavam depois. Ajudar na sala de informática, onde tinha uma pessoa que já era responsável, também não rolou, porque não sobrava muita coisa pra você fazer. Agora, ajudar a organizar o público, isso era coisa fácil – bastava olhar feio –, mas durou pouco, porque, explicar pra quem chegava as obras que estavam ali expostas nas paredes não dava: você disse que alguém bem-vestido e de outro lugar não perguntaria a alguém malvestido e daquele lugar sobre uma obra de arte. Entendia que a equipe daquele serviço também te olhava com medo. Melhor era não fazer nada na PSC pra além de contar e anotar as horas do tempo que não passava. [Essa espera virou um tempo bom pra você me contar suas histórias.]

Trabalhar não era coisa simples. Na quebrada, ser entregador de pizza à noite é correr o risco de ser parado por aquela mesma polícia. “E, quem contrata, não se importa se acontece alguma coisa com o moleque, porque é só colocar outro no lugar.” [Sua vida, que não era coisa pouca, era sentida como pouco importante, como se você fosse alguém que, ao passar pelo mundo, não deixasse marcas nele.]

A vida do menino pequeno que nasceu precisando ser grande gerava a sensação de viver caminhando em uma corda bamba. Essa corda era, também, ter de decidir a todo momento se roubava ou não, a mão coçava: “tem que ser forte pra ficar firmão”. Corda bamba faz pensar em queda e, também, em aguentar. A vida não é uma só.

Depois de quatro encontros, nossas conversas terminaram. Na despedida, você me disse: “se cuida”.

7.1 ALGUNS TÊM CARA QUE ASSUSTA

A cara que assusta faz os outros esconderem o celular, atravessar a calçada e fingir que não viram, produzindo uma relação entre o corpo e o olhar do outro que transforma um mero caminhar pelas ruas em uma tarefa nada simples. Para muitos, gera uma necessidade de constante atenção ao local em que se está, aos modos de falar e aos gestos, pois, sobre seu “corpo reina uma atmosfera densa de incertezas” (Fanon, 2008, p. 104). Na percepção de Alemão, o corte de cabelo, as roupas, o boné e o modo de andar o marcavam como nascido na periferia e, portanto, um bandido. Aprendeu que, para muitos que o olham, o fato de ser jovem, pobre e morador de seu bairro determina um ser marginal que se encontra dentro de sua pele. Nesse arranjo que associa a condição de pobreza à ação delinquente, Alemão não podia se desfazer do que viam quando o olhavam, mesmo querendo muito e, mesmo que não roubasse ou traficasse, ainda seria um menino pobre e morador da favela, com todas as perturbações que isso lhe trazia.

Não conseguia se desvencilhar dessa imagem que apresentava em sua narrativa. Quem era e o seu lugar de moradia compunham uma mesma coisa; o bairro, mais do que uma localização no mapa, é um constante rearranjo dos valores atribuídos aos lugares, às pessoas, às atividades e aos recursos ali disponíveis (Neder, 1997; Batista, 2012; Hirata, 2018). Quando dizia que não é fácil andar pelas ruas e tentar viver outra coisa; conseguir outras coisas [...] porque “o Sistema ganha muito dinheiro com a gente lá dentro”, esse menino falava através do bairro, e era um território que falava através de seu corpo, dominando a percepção de que seu destino estava traçado. Quando a “mão coçava” e ele tentava não roubar, não era apenas contra o roubo que lutava, mas, também, contra essa ideia de quem era e que passara a ter de si. Não roubar era fazer diferente daquilo que seu bairro-corpo solicitava.

Um corpo como o de Alemão está continuamente exposto ao ódio, à pena e ao medo (Batista, 2012), vivendo uma solidão atravessada pela radicalidade da carne, na intensidade de um momento que nunca cessa de acontecer: estar à mercê do olhar avaliativo do outro. Seus jeitos o entregavam a um contínuo julgamento e à necessidade de ter de decidir como seguir sem poder falhar – para ele, um erro custava caríssimo diante das perspectivas sobre ele colocadas de ser alguém que “não vai dar certo”.

Quando dizia que a escola o fazia se sentir um lixo, mostrava a insuficiência de a medida o matricular e que o processo de escolarização pede mais do que a presença do corpo físico na instituição escolar. Alemão contava que chegava a ser insuportável estar em lugares que o faziam se deparar com a desconfortável ideia de ser descartável. Foi, por isso, encontrando outros lugares para estar; daí a biqueira, onde “o menino é rei, [enquanto], na escola, ele é lixo”. Nesse contexto em que a vida humana se assimila ao resto rejeitado, muitos meninos vão sonhando com outra coisa que não a escola ou

o emprego, e as experiências perseguidas são outras: “aqui, moleque pequeno já sabe andar de moto; se joga no chão quando acha que vai cair e, depois, sobe de novo”.

Há cotidiano possível quando é necessário sobreviver a cada dia? É possível tecer planos? Alemão nunca estava onde desejava; ele estava onde era possível, a depender das circunstâncias, que tinham um poder grande em sua biografia – por vezes, era possível saber de si através daquilo que as conjunturas diziam dele (se estava internado, era alguém que errara; se estava desempregado, era alguém que não se interessava; se em certa rua se deparava com alguém que tinha medo dele, era bandido). Não havia abrigo nunca, estando sempre descoberto. Não havia teto ou parede que jamais o refugiasse. Ele ia criando clareza não do que era melhor para si, mas daquilo que era necessário, estando sempre nesse campo da necessidade.

Essa exposição constante e o fato de ter de responder sempre às necessidades mostravam sua condição de ser uma vida nua (Agamben, 2010), sujeitada à morte a todo tempo em função da categoria em que foi posta, irreparavelmente exposta e abandonada. O que ocorre a uma vida nua não se questiona, pois o que se passa com ela é como deveria ter sido. Daí que um corpo jovem – morada dessa vida transformada em sobrevida (Coimbra; Nascimento, 2008) – possa ser agredido, violado e revirado sem que isso se torne uma questão que dure. Ser vida nua é viver nessa condição em que aquilo que a fere não é lamentado, porque é essa a marca desse corpo, sempre exposto à probabilidade absoluta de ser morto. Alemão contou que

Vida adulta é lidar com a morte, é sobreviver e ficar no perrengue. Mudar de bairro pra ficar vivo porque a polícia sempre vem atrás, sempre reconhece o rosto. É ter um amigo preso, outro sumido e, um terceiro, morto. A morte vem da polícia, mas também das mãos de quem sequestra e rouba.

Isso que dizia, o fazia dentro de um Estado que produz um menino compreender que é melhor matar ou morrer a ser preso. Por aí também se constrói exclusão social; mais do que isolar ou prender alguém, ela tem a ver com empurrar esse alguém a precisar escolher entre alternativas tão restritivas de si: não querer a (sua) vida, mas a (sua) morte, quando existir se apresenta como um eterno jogo de azar. A exclusão social não permite ao outro o direito aos seus direitos, produzindo sem fim esse “instante extremo em que representações e práticas levam à exclusão do outro, tido e havido como encarnação da periculosidade e, portanto, passível de ser eliminado” (Kowarick, 2009, p. 92). Exclusão não se opera apenas pelo empobrecimento, mas como um dos efeitos da pobreza, que é a negação ao outro daquilo que deveria poder, furtando desse outro, por exemplo, a possibilidade de circular pelas ruas sem ser sempre devolvido à pecha de desvirtuado, inútil, matável, perigoso.

Esse olhar, que afeta tanto quem olha quanto quem é olhado (Fanon, 2008; Césaire, 2020), produz um falso paradoxo que se coloca a essas vidas e que atravessa persistentemente cada uma de suas experiências: uma sociedade que diz fazer uso das sanções – no limite, tirando o menino de circulação – para reintegrar, mas que constrói a identidade do delinquente, lançando-o, em seguida, como numa espiral, ao aprisionamento. Quando a medida diz para eles a maneira certa de viver, acreditando (e fazendo acreditar) que, para além de seu bairro, não há nada – nada é possível –, encarcerando-os ali mesmo onde sempre estiveram, torna-se mais um elemento que abrevia a liberdade desses meninos (Augusto, 2010).

Ter de se enlçar em modos de viver onde os *nãos* dominam produz uma existência refreada. A generalização dos modos de existir no mundo, de aprender, de conversar e de perguntar limita processos inventivos dentro dos quais coisas novas (pensamentos, respostas, projetos, olhares) seriam inauguradas.

A medida repete práticas de assujeitamento quando não vislumbra horizonte para além daquele que seu olho vê, porque nada é mais aniquilador do que anunciar o impossível no outro, em uma espécie de colonização da vida alheia, matando as chances daquilo que poderia vir a ser sem, ao menos, se propor a vislumbrar alguma saída em parceria. Ecoa práticas de controle a céu aberto (Passetti, 2006) quando diz como devem viver, continuando fora da internação o governo desses meninos que precisam ser normalizados, sendo requisitados como trabalhadores inertes, estudantes sem crítica, sujeitos tidos como bem-comportados e de linguagem correta em troca da vida melhor que não acontece.

São “os ninguéns” esses meninos cujo estigma sobre eles colocado os destitui dos menores elementos que fundam a condição de humanidade, fazendo-os se encontrarem “em situação de profunda vulnerabilidade civil no que ela tem de mais essencial: a integridade das pessoas” (Kowarick, 2009, p. 269). São aqueles que não são (não podem), insistindo em ser. Vidas feitas subumanas quando tomadas em relação a um ideal de sociabilidade que concorre com a pobreza material impossível de ser ultrapassada.

Alemão falava de uma condição de vida que percorria toda a sua narrativa, mostrando a impossibilidade de se desvencilhar dos efeitos que ela produz, um deles, o achatamento das liberdades possíveis mesmo fora dos muros da internação, porque ter de responder constantemente às necessidades deixa pouco espaço para outras intensidades.

Como se constitui a cara que assusta, que faz os outros esconderem o celular, atravessarem a calçada, fingirem que não viram? Essa cara que produz uma relação entre o corpo e o olhar do outro que transforma caminhar pelas ruas em uma tarefa nada simples?

Alemão era uma vida tornada endividada (Deleuze, 2013) quando não havia nada que pudesse alcançar para que se desenlacesse das cobranças que a medida colocava para ele: o trabalho era mal remunerado; a nota ou a frequência escolar não eram suficientes; nos atendimentos, falava pouco. Precisava sempre nadar em mar revolto, em uma “prova permanente, sem ponto final [que consiste em] seguir o indivíduo em cada um de seus passos, ver se ele está regular ou irregular, comportado ou dissipado, normal ou anormal” (Foucault, 2015, p. 180). Quando a medida não o escutava, Alemão e sua história não existiam; ela, “com um movimento de orelhas, [afugentava] a ideia. A ideia, a mosca inoportuna” (Césaire, 2020, p. 39). Afinal, o que faria a medida se soubesse dos combates do menino?

7.2 NÃO SE PODE LER OS RELATÓRIOS

A medida espera alguma coisa dos meninos – o que seria? Não se pode ler os relatórios e nem dá pra imaginar como eles ajudariam a conseguir o que mais importa na vida: a tranquilidade de ter dinheiro pra ser independente e poder ajudar a família.

Alemão, que construiu o trecho acima, questionava-se acerca das razões de a medida existir e do que esperaria dos meninos, apontando um descompasso entre os escritos que ela produz e as batalhas que vivia no próprio cotidiano: a que serviriam os documentos que não o ajudavam a conseguir *o que mais importa na vida*?

MC Poeta e Curió também tinham por desconhecidos os relatórios técnicos e a mesma impressão de que tudo o que era escrito sobre eles ficava pairando como uma presença ausente. Dentro e fora dos muros da internação, Curió tinha a experiência de ficar sem saber o que a medida compunha sobre ele:

A maior parte dos meninos nem sabe o que é a medida e os seus direitos. Na internação, eles não sabem do Estatuto da Criança e do Adolescente porque os funcionários têm medo de que, se conhecerem os seus direitos, vão brigar por eles. Também não sabem dos relatórios das técnicas e do que elas escrevem. O PIA [Plano Individual de Atendimento] é só mais uma palavra, é onde a gente lava as mãos.

Curió estranhava que o Plano Individual de Atendimento existisse apesar do menino e do que ele, em sua singularidade, podia. Via-o como um plano esboçado para alguém que ficava de fora estando dentro. Deixando-o sem saber do que se tratava o relatório e de suas implicações, a medida o submetia para além da sanção, devolvendo-o continuamente para esse lugar por meio de sua escrita, avaliando negativamente seu comportamento, seus amigos, a roupa que veste, a nota que tira na prova, a frequência com que vai à escola, tudo isso fora de uma história singular produzida na arena social. A medida se torna uma espécie de porta-voz do menino e, como tal,

“ouve a voz que outra pessoa não emitiu, pega, guarda no bolso e porta, como uma carteira ou uma chave. [...] porque [...] porta o que a voz não disse e talvez nem soubesse que iria dizer, se dissesse” (Jaffe, 2012, p. 163). Portando a voz do menino, esconde-o, perfazendo passar pela própria boca algo que o supõe, silenciando-o. Um relatório escrito sem sua participação produz um personagem, fazendo-o estar e não estar ali – ele existe e não.

Mesmo uma escrita que se pretende comprometida com a vida, se não toma o menino como agente, pode não o punir, mas o controla (Foucault, 2015). Inclusive quando pretendem retirar o menino da sanção, esses escritos dificilmente produzem seu deslocamento em relação às figuras de desviante (o infrator) ou de incapaz (de realizar outras coisas, de tomar decisões). Formas aprisionadoras, ambas. Quando Alemão dizia que “o LA pode dar algum apoio quando o técnico ajuda a abrir caminho [e que esse caminho se dá por meio de] uma conversa, um incentivo, um trabalho, a inscrição num processo seletivo, a fazer o currículo”, contava que a medida tinha, em sua perspectiva, ajudá-lo a acessar alguma coisa tangível. Alemão solicitava um percurso e a medida pretendia que ele a terminasse sem acompanhar e sem pensar, com ele, sua travessia, desviando o olhar em relação àquilo que aquela vida necessitava para se fazer vivente.

A constituição de uma micropolítica das relações em que alguma outra coisa pode se dar é uma questão que precisaria interpelar quem está dentro da medida. Se o normal tem sido que os meninos não sejam autores no processo de elaboração dos documentos e dos dizeres que não dizem de mais ninguém senão deles mesmos, tornando-os parte, a medida subverteria o que se tornou regra. O relatório alcançaria mais do que a descrição do menino que desvia e de suas vulnerabilidades; ao inventar composições com seu dia a dia e com aquilo que, na ponta de sua vida, precisa para resistir em formas singulares de combater, criaria relações novas com aquilo que comunica (Guattari; Rolnik, 2013).

Com os meninos com quem conversei, subvertíamos os usos normalizadores das palavras acionando, ao escolhê-las, rotas de fuga de uma forma aprisionadora tão conhecida por eles em que aquilo que sabem não serve. Fazíamos caber o que conheciam em um movimento em que, para escrever, era preciso mais que escolher palavras – era preciso que eu mostrasse que, sem eles, não haveria palavras. Essa escrita, tomada como artesanania, pretendia se desviar de um modo avaliativo que atravessa o menino nas instâncias mais presentes do seu dia a dia, em que quase tudo que é seu tem sido visto como errado, impróprio e insuficiente. Inventando juntos, fazíamos um conjunto.

No topar operar com outras referências, havia um apelo à produção de sentidos em uma operação que buscava a potência criadora de vida, “encontrando modos de expressão para as diferenças que vão se produzindo nas misturas do mundo” (Rolnik,

1995, p. 8). Descobrir um dizer próprio, ou uma forma singular de dizer, dentro da medida, constituía o próprio processo para que fosse possível reinventar com cada menino algo que afirmasse que eles não são todos iguais. Essa afirmação, que passava por experimentar palavras e seus usos, criando dizeres, produzia efeitos que se mostravam nas reflexões que faziam, já que “experimentações são ensaios de vida, relações intensas entre o que se vive e pensa, provocando novas subjetividades voltadas para outros estilos de vida, compondo uma intrínseca relação entre pensar e agir” (Passetti, 2006, p. 99).

Pensar a palavra, o que e como contar o que viveu, transporta uma pessoa a alguma ética de vida possível aberta ao outro, ao devir-outro de si, àquilo que ativa a largueza dos modos de habitar os espaços e as relações, em uma implicação com o efeito do que se faz e com o dito que se escolhe dizer. Nessa interação, também a medida se embrenharia com os meninos, pois não há responsabilização que se faça sozinho (ninguém vive à parte do mundo) nem processo algum que responsabilize o outro: eu, que não sou um ente inalterável, não me faço sozinha, e só posso me refazer continuamente nesse trabalho próprio da vida que é produção de diferença e de devir-outro no encontro com esse que me retira de mim, fazendo-me deslocar em relação àquilo que me parece que sou, afinal, “ninguém é como nós, e nós não somos sequer como nós mesmos. [...] o Outro já está em todos os lugares, até mesmo em você” (Haider, 2019, p. 144). O outro estranha o que se tornou familiar em mim, tão próximo que não noto, agindo como uma força que me obriga a aprender a caminhar junto ao desconhecido e ao estrangeiro que me habita.

Na experiência que tivemos, pelo processo de definir o que relatar do próprio percurso e como fazê-lo, a produção textual se tornava muito mais que a composição de linhas em um papel: era o pensamento do menino sobre o mundo fazendo parte dele. A produção de textos conduzia a pensar a elaboração dos relatórios comportando a escolha dos termos e das frases; a decisão, com eles, do que dizer. O menino, tendo diante de si uma escrita que lhe diz respeito, pode se haver com sua história, com o que fez e com as resoluções que foi dando naquele tempo em que se encontrou com a medida. Ainda que o relatório não escape de ser uma ferramenta de controle, dessa vez, o menino participaria entendendo as implicações que o atravessam e o adulto que o acompanha implicaria a si próprio.

Se a medida não coloca as decisões em um plano compartilhado e não aposta junto ao menino o tempo que as coisas levam, perde a possibilidade de construir novos modos de viver esse tempo e de combatê-lo como um tempo apenas submetido à espera. Perde a ocasião de compor um corpo coletivo em que o menino não seria somente convocado para audiências judiciais, mas as solicitaria; não teria a mera obrigação de ir à escola, mas poderia pensar o que ela significa. A medida o acompa-

nharia porque se engajaria junto, apostando na busca por uma liberdade que fosse vivida na seara dos direitos.

Trata-se de criar aberturas por onde algo se inventa quando são colocados novos elementos (ou os mesmos elementos) em outras relações, pois nenhuma palavra basta; como a vida sempre pede novas passagens, não há solução de compromisso que não precise ser continuamente revisitada. A escrita faz esse papel de colocar o mundo em novos encontros com o escrevente quando quem escreve se afeta, fazendo-se centro e ator da ação (Barthes, 2015). Quando isso ocorre, ela é uma esperança.

Subverte-se a produção documental produzindo rachaduras no próprio procedimento, profanando-o (Agamben, 2007). Se querem o relatório sem autoria e sem a participação do menino, então, ele participa. Lê, opina, escuta, disputa, discorda, escolhe os termos. Se o relatório conta comportamentos, que a medida conte os processos – afinal, o que os meninos fazem é efeito de muitas coisas e de condicionalidades que ficam, quase sempre, invisibilizadas. Profanando, a medida conquistaria outro exercício do pensamento. A palavra daria passagem para acontecimentos que criariam algo inédito: ações não metrificadas que permitem imaginar valores outros em uma prática não mais convencida “de que aqueles que não possuem informações ‘competentes’ não podem se expressar e que podem e devem ser excluídos” (Coimbra, 2001, p. 87).

Resistir na micropolítica das relações implica afirmar a travessia feita no plano comum em que enfrento o que, em mim, resiste às mudanças provocadas no encontro com o outro. Querendo aquilo que poderia advir estando com aqueles meninos, buscava escutar elementos que me deslocavam de lugares conhecidos. Havia, portanto, um percurso a partir do qual a escrita se produzia e que comportava a pergunta: como construir esse encontro de forma que permita respiros, instantes em que não se é alguém previsto?

Se, ao produzirmos um dizer sobre o outro, produzimos um outro dele e, também, um outro próprio, a direção para a qual aventamos essa produção importa. Chamando-o a participar, a medida faria mais do que comunicar um evento, como a feitura de um documento: ousaria a vontade de dizer e de saber, acessando posições desconhecidas (e desconfortáveis) e os sentidos atribuídos pelo outro. Dá trabalho e anima participar desse enlace que, em ato, realiza a afirmação de que “somos reais apenas se tivermos conquistado o direito de existir” (Lapoujade, 2017, p. 104). Deixando de supor que sabe quem é esse com quem fala, a medida passaria a saber outras coisas por meio de uma conquista produzida nesse *entre*, um agenciamento.

7.3 TRABALHAR NÃO É COISA SIMPLES

Desde pequeno, o crime não apareceu para Alemão somente como uma estratégia para fazer dinheiro, sendo também um arranjo social quando o que estava ao lado

não dava alguma ancoragem e, pelo contrário, era vivido como aversivo. Talvez por isso a vida fora do crime não tenha tido muito espaço em sua narrativa, aparecendo em cenas breves que davam passagem ao que falava em seguida, como uma forma de chegar a outro tema – não o crime, mas a vida atravessada pelo crime, organizador de sua biografia, pois “oferece uma moral, tem uma ética que acolhe e faz um menino da periferia se sentir importante”.

As tentativas de Alemão para gerar renda variavam do tráfico de drogas e do roubo à entrega de *pizzas* e ao trabalho como pedreiro, e essa diversidade podia acontecer em uma mesma época, deixando ver que a separação entre legal e ilegal inexistia na ponta de sua vida. Meninos como ele, com frequência, vão negociando, inclusive consigo mesmos e a cada nova situação, as bússolas para suas escolhas. A distinção radical entre lícito e ilícito coloca quem se vê fora dessa relação cotidiana, da decisão de como sustentar a vida diante de condições bastante precárias e disso que “pulsa, em filigrana, nos agenciamentos práticos da vida cotidiana. É nesses pontos de fricção [entre a governabilidade e a vida nua] que homens e mulheres negociam a vida e os sentidos da vida. No fio da navalha” (Hirata; Telles, 2007, p. 187).

Ser menor de idade não era um impeditivo para entregar *pizzas*, algo que conseguia realizar utilizando o que sabia – conduzir uma moto – sem a necessidade de ter um percurso escolar. No entanto, esse era também um fazer arriscado, com a probabilidade de sofrer acidentes e ser parado pela polícia à noite, quando há menos testemunhas de possíveis violências contra ele. A possibilidade de ser acuado enquanto realizava sua atividade laboral era um elemento que constituía seu esquema de geração de renda.

Alemão sabia do risco que corria, dando a ver o encontro desastroso entre inserção laboral precária e juventude, que, além de alimentar a falta de perspectivas, criminaliza quem permanece no emprego incerto (Kowarick, 2006; Hirata, 2018). Quando falava de suas incursões em busca de dinheiro (e que nunca se tratava somente de dinheiro), mostrava os efeitos da inclusão arriscada no universo do trabalho que a medida lhe solicitava como comprovação de que deixara de ser quem era (Foucault, 2015). Ter a sanção extinta e mostrar seu empenho em ter um trabalho não ilícito implicava se colocar em riscos de diversas ordens, sem garantias.

Quando dizia que “quem contrata *não se importa se acontece alguma coisa com o moleque* porque é só colocar outro no lugar”, Alemão apontava a precarização de sua condição de trabalhador e sua indignação perante a injustiça e o descaso; previa que nada aconteceria se sua vida fosse retirada, bastando colocarem outro em seu lugar. As condições problemáticas de geração de renda são a realidade com a qual meninos como ele precisam se haver, sendo bastante frágil o fio que sustenta a narrativa do trabalho como meio de vida. Os empregos que conseguem acessar são incapazes de lhes dar um lugar de reconhecimento que não o do “pobre incivil” (Telles, 2013). Por

isso, para além do risco que o corpo corre, eles sabem que o trabalho informal tende a ser uma estratégia passageira que não se sustenta nem se fundamenta como meio de existência, pois meninos de sua geração aprenderam que o trabalho dificilmente lhes possibilita dar um salto no sentido de uma vida melhor, seja em termos financeiros, seja no que se refere a sua condição civil (Galdeano; Almeida, 2018). O fio da navalha tem a ver com ter de decidir entre ser desempregado, roubar ou ser empregado sob áridas condições.

Aos que trabalham, a medida estende a ocasião da liberdade sem olhar para como acontece aquilo que quer. Projetando que são eles que devem mudar, não questiona as condições dentro das quais – apesar das quais – têm de fazê-lo, virando o rosto para o fato de que o menino pobre enfrenta os efeitos de ser prisioneiro também em função das carências que marcam o território onde vive (Passetti, 2006).

A narrativa tensiona esse lugar comum do “basta querer” que opera como mero controle sobre a vida (Foucault, 2010b; 2015). Quando domina a ideia de que basta o menino se esforçar para encontrar um emprego, fica de fora o que ele seria, em quais condições é realizado, a remuneração pelo serviço prestado ou o que aporta de si no que faz, entre outras questões que poderiam ser produzidas a partir do que já experimenta no dia a dia.

Há essa complexidade que não se resolve com o emprego quando ele significa mais um evento com cujas implicações o menino terá de lidar sozinho. Por isso, um trabalho não ilícito é, primeiro, uma ideia de mundo atravessada pela ameaça persistente à vida, pela compreensão e pelos sentidos criados para as experiências, pelas razões para se arriscar a estar em novos lugares. Desse ponto de vista, a questão deixa de ser trabalhar ou não e passa a ser os trabalhos que lhes são oferecidos e a adesão a quais condições a medida lhes solicita. Quando a medida afirma o emprego como meio para outra vida e não o assume como mais um terreno de precarização da existência, destitui o menino não apenas da possibilidade de escolher o que fazer, mas da raiva a que tem direito. Alemão mostrava que é complexa a ideia de liberdade quando ser livre passa por escolher entre arriscar ser preso e perder o direito de ir e vir ou ficar na rua e fazer dinheiro por meio de uma alternativa que não respeita seu corpo nem seu intelecto.

Também isso define exclusão, ou seja, desigualdades que empurram o menino para uma condição em que “as adversidades do emprego e do desemprego tendem a se confundir com os azares de cada um” (Telles, 2013, p. 102). Dentro do imperativo “trabalhe”, ele não pode falar sobre aquilo que vive e que é efeito de práticas sociais historicamente construídas, submetendo-o ao impossível emprego digno sem poder saber do que o torna impossível, pois o que produz suas vulnerabilidades não pode aparecer como decorrência de processos coletivos de negação de direitos (Kowarick, 2009). Ele fica mais sozinho para sustentar seus planos e aquilo que os ameaça.

Se concluir a sanção não é se separar do que insiste em querer aprisionar a existência, ao menos, “pensar é experimentar [e é importante lembrar que] só há experimentação diante de condições adversas colocadas pela história” (Passetti, 2006, p. 101). Portanto, para que o menino trabalhe, há muito pensamento a ser percorrido dentro de uma concepção do emprego “como humanização do ser humano” (Fanon, 2020, p. 291). Na medida, através do pensamento e das decisões sustentadas em uma responsabilização compartilhada, o menino experimentaria de outras formas os espaços, brigando com o imperativo de estar nos lugares, pois importaria *como* estar, já que o “ser humano, quando se lança ao trabalho, fecunda a natureza, mas também se fecunda” (Fanon, 2020, p. 291).

7.4 TEM QUE SER FORTE PRA FICAR FIRMÃO

Alemão colocava em crise a ideia de liberdade tão falada na medida quando, fora dos muros da Fundação CASA, permanecia vivendo uma forma aprisionadora em que a injustiça e a desigualdade tolhiam seus movimentos. Onde estaria aquela liberdade que a medida lhe dizia que valia a pena alcançar?

Deligny (2018a) fala de duas liberdades, aquela de uma pessoa, sempre passível de ser legislada e reconhecida pelo poder, e a liberdade do *comum*. A primeira, uma liberdade decretada pela lei, e a segunda, uma liberdade inventada, construída em meio aos outros, que se experimenta nos breves instantes em que alguém pode ser vários – ou outro que não o previsto. Esta, uma liberdade como travessia, caminho trilhado para descobrir maneiras de existir. Nesse percurso singular, o melhor que a medida pode fazer é não atrapalhar o menino enfiando nele desejos e processos que não são seus (Deligny, 2018b).

Quando sua vida era permanentemente ameaçada, Alemão estava sempre pisando nesse instante marcado pela falta, em que o roubo era um passo vislumbrado e cair era ser pego pela polícia. A liberdade prometida para o depois da medida não o ajudava a enfrentar tal dilema. “Pegar cadeia longa” era o medo de ir envelhecendo preso, de se ver humilhado e sempre preocupado com a vida de quem está fora dos muros, na impossibilidade de ajudar quem precisasse nessa segregação que não se opera totalmente. Alemão escancarava o fato de que viver a liberdade vai além de não estar em sanção: medo, escassez e a percepção de iminência da morte eram, também, contornos restritivos da sua existência. Mas, afinal, “será esta liberdade, a liberdade de escolher entre ameaçadores infortúnios, [sua] única liberdade possível?” (Galeano, 2013, p. 8).

O que seria uma vida em liberdade para esse menino que vivia andando em corda bamba? Em uma ideia que ultrapassa a obviedade de um corpo não estar preso, ser livre aparece como a possibilidade de inventar táticas que permitam escapadas ao instituído dentro daquilo que faz; como subjetividade que não responde à primazia

histórica do sujeito jurídico (Butler, 2019). Apresentando apenas duas alternativas àquele menino – crime e fora do crime –, a medida se distanciava de uma prática libertária, pois era aprisionador que restasse para Alemão apenas escolher entre roubar e se manter em um trabalho precário que, apesar de acolhê-lo no que sabia fazer, ameaçasse sua vida e sua dignidade.

Os muros da prisão são apenas a imagem de algo que a medida exerce também do lado de fora deles (Deleuze, 2013; Passetti, 2006). Dentro da forma *infrator*, a medida desconsidera as batalhas travadas pelos meninos no horizonte de suas existências, conservando a ideia de uma forma determinada de vida (Augusto, 2012). Por isso, cada vez que aciona a ideia de que cabe aos meninos cumprir tarefas, sem ao menos poderem pensar sobre esses mesmos afazeres ou poderem se perguntar sobre o que gostariam de realizar, oportunizando que se experimentem imaginativamente, a medida se afasta de agir por uma liberdade possível: ser, com os meninos, atuante na criação de pensamento, estando à altura do que lhes acontece (Rolnik, 2018), em vez de reproduzir algo que já estava lá desde antes.

O primeiro direito que os meninos têm, cumprindo ou não as tarefas, é saber a razão de o fazerem, pois, quando ela acaba, algo precisa ter sido produzido para além de mais um estigma pairando sobre eles. Reposicionando-se em relação àquilo que vivem no interior da medida, poderiam ser também eles “os criadores das circunstâncias. [O que] quer dizer que há um espaço de autonomia do sujeito face às circunstâncias. Isto é, há um espaço de indeterminação não redutível a uma lógica simplista de causa-efeito” (Nunes, 2018, p. 429). Conectados àquilo que lhes diz respeito, podem elucubrar aberturas singularizantes aos fechamentos inerentes à sanção.

Se a medida fizesse encontro com o menino que precisa sempre escapar, talvez produzisse uma fresta pela qual se veria tendo de, para não fazer sempre cerceamento, também escapar no interior de um contexto em que paradoxos não cessam de se refazer:

Por corredores, por portões / seguidos, seguir / rápido, porque no tempo / você não tem muito tempo / de lugar a lugar / até muitos ainda abertos / onde há treva e incerteza / mas também lume e deslumbre / onde há alegria, mas a desalegria / logo ao lado / e alhures, aqui e ali / acolá / onde for / há felicidade na infelicidade / como parêntesis num parêntesis / e a aceitação de tudo isso / e de repente um precipício / um precipício / mas uma ponte / uma ponte, mas balouçante / balouçante, mas única / porque outra não há. (Szymborska, 2020, p. 291)

Se a medida sabe, de antemão, tudo sobre o menino, como poderá se interessar por sua vida para criar, com ele, novas pontes? Como o interessará, se conversa com ele já sabendo o que dirá? O interesse é um começo necessário, pois, fora do querer, resta

apenas desamparo (Deligny, 2018b). Então, quando o que se passa ao menino interessa à medida, não cabe a hipótese de que sabe tudo sobre ele, de que sabe mais do que ele, de que sabe o que importa, de que qualquer saber não pode vir a ser desterritorializado.

Em outra direção, sair da medida seria mais do que chegar ao fim da sanção: os meninos percorreriam o processo socioeducativo sem que isso se confundisse com a aceitação do poder (Fanon, 2020) que os quer submeter à categoria de quem não precisa saber. Uma liberdade possível seria tomarem parte nas coisas; dizerem *não* às tarefas ou fazerem as tarefas dizendo *não* a certas condições; dizerem *sim* às tarefas; escolherem as palavras para falarem de si; transformarem os espaços feitos *para* eles e impossíveis de encantá-los. As coisas seriam pensadas enquanto colocadas em marcha, o que acontecesse seria discutido, a medida se proporia a se virar com os problemas que fossem aparecendo (Guattari; Rolnik, 2013) – que apareceriam, descobertos com aquele menino ali, à sua frente.

Eis uma diferença entre fazer (o mesmo, o esperado, o que corresponde a algo ou a alguém) e agir (colocar-se em situação, estar com o outro, acompanhar seus processos, perceber aquilo que se pode junto e o que pode o outro). Revendo as coisas, revisitando-as, a medida encontraria algo, um sentido que fizesse o agir surgir no lugar do fazer que repete, pois, “que só exista iniciativa num reiterar, isso não deve surpreender: reparar é um ver-rever-prever-agir que vem de longe, e todo o rever pode intervir” (Deligny, 2018a, p. 237).

Se uma prática interfere na vida produzindo subjetividade, também produz a si (Nunes, 2018); por isso, quando a medida estranha o que acontece, produzindo questões, também tensiona o próprio fazer. Desde aí mesmo se desdobra uma liberdade possível, uma liberdade menor, pois feita da atenção à constituição dos gestos em uma coletividade que também é composta de outros meninos que podem produzir juntos suas táticas de enfrentamento quando a resistência se opera como parte do poder, subvertendo-o (Butler, 2019). A conquista dessa proposta de liberdade requer que a medida combata o que em si produz imobilidade – esse medo do desconhecido – e do que muda em si, tão importante para que novas produções advenham, trincando o instituído inerte, e é “só vencendo essa força que se torna possível desobstruir o acesso à experimentação do devir” (Rolnik, 1995, p. 13).

Isso de produzir desvios nas formas instituídas também se faz em um coletivo que seja capaz de reparar naquilo de que participa (Fanon, 2008, 2020; Miguel, 2015). Ao liberar o menino dando a ele a extinção da sanção em um agir libertador, a medida coloca em jogo o próprio processo socioeducativo, buscando uma qualidade do encontro que dura, um respeito que se mostra pela palavra dignificada.

Em meio aos meses em que este capítulo foi escrito, Alemão e eu trocamos algumas mensagens. Havia passado dois anos desde o fim de nossos encontros. Contou que,

pouco depois da nossa despedida, foi preso novamente. Não entrou em detalhes, e eu lhe disse que lembrava do que me contara sobre a internação e, ao perguntar como estava, respondeu: “tô firmão, graças a Deus. Levando como dá”. Quando nos víamos, falava da dúvida sobre voltar para o crime, o que, para ele, representava arriscar ser preso e afastado da família e da namorada. Ele sempre trazia algo de um esforço para sobreviver aos dias, dominando em seus dizeres a percepção da vida como sendo a necessidade de um empenho contínuo: “Tem que ser forte pra ficar firmão”.

Posfácio

Sobre um tempo inconcluso

Ao longo do trabalho aqui publicado, procurei produzir, por meio da escuta, um corpo de escrita, o que exigia uma corporeidade que fizesse laço com a narrativa de cada um para que, entre saber tudo e nada saber, outras coisas pudessem aparecer. Escutando histórias, chegávamos ao ordinário e às entranhas dos acontecimentos no cotidiano daquelas pessoas, pois há vivências que não se pode conhecer pela racionalização. Juntos, percorremos possibilidades existenciais por meio do encontro com a palavra escrita, procurando instantes de ruptura com significados que vêm prontos de fábrica para que pudéssemos saber o que diziam dentro de cada história. Pelas narrativas, as palavras se mostravam impossíveis de significar, e esse impossível afirmava que a existência resiste a ser homogeneizada.

Debruçados sobre a oralidade e a escrita, esses meninos e eu experimentamos um mundo em que as coisas não precisavam ter direção única, pois o pensamento se compunha em um coletivo que se fez vivo por semanas ou meses. Escutá-los perguntando sobre as palavras permitiu que elas – inclusive aquelas que ressoam o horror, como o revólver ou o ódio que se mostra em uma cena de tumulto dentro de uma unidade de internação – produzissem ponderação e miragem, apontando para sentidos variados: a arma mata e protege e faz pensar o medo de envelhecer preso. Em meio às trocas que se deram, em que os termos eram pensados com lentidão, os meninos mostraram elementos que compõem o socioeducativo para cada um e que precisam dar o que pensar para que possa haver água em tanta aridez: paternidade, amizade,

trabalho, viver um corpo sempre em vias de ser morto e o tempo indeterminado como privação foram alguns deles. Acima de tudo, fizeram compreender que uma conversa não se realiza porque um e outro se colocam frente a frente, sendo um processo muito mais exigente que isso.

A estratégia de encontrar para conversar não conquistou todos os meninos que convidei; houve os que estiveram presentes na primeira apresentação, que se deu na festa de Natal, e não toparam continuar. Houve quem topou um encontro e quem permaneceu enquanto a medida acontecia, marcando que o meu lugar era também esse. Alguns meninos, quando os conheci, não mais cumpriam medida e concordaram com encontros semanais, que findaram quando desencontros outros nos separaram.

No tempo em que conversamos, houve mudanças nos planos e imprevistos: menino ter de buscar a filha na escola, consertar o carro, não ter dinheiro para o ônibus, ir ao médico, perder a hora dormindo. A adjacência dos encontros era já um percurso que solicitava energia: esperar, deslocar, pensar em como mandar mensagem, escolher palavras que, a distância, os fizesse querer falar comigo. Quando eles se despediram de mim antes do que eu imaginara como o tempo ideal, restaram dúvidas acerca das razões desta pesquisa. Então, a psicóloga e pesquisadora, que é também uma inspiração querida, Heliana Conde, disse: isso é a vida e esse é o modo de dizerem algo. Poder ir, poder escolher quando e a quem falar. Poder aceitar uma conquista em seu tempo. Poder entender o tempo de um dizer. Na medida, isso também acontece, e muitos levam anos para realizar os seis meses impostos pelo juiz.

Os trajetos foram variados e duraram enquanto foi possível; quando passou a não o ser mais, isso também era efeito de uma escolha e do tamanho do meu corpo naquela relação. Aceitar o não aos encontros permitiu que outras breves conversas acontecessem tempos depois: no desencontro, algo ficara em suspensão. Esse tempo de parada também é um tempo em que se produz; eles foram realizando outras coisas e, por vezes, ainda posso saber delas quando lhes escrevo. Eventualmente, recebo notícias. Esse processo, que não fala de algo inconcluso, dá a ver que são transitórios e indefiníveis os movimentos relativos às biografias-vivas.

Lançando-me, com eles, na produção de saberes numa “poética da comunicação” (Nunes, 2018), produzimos brechas, inventamos (e experimentamos) itinerários que agissem como breves respiros em relação às formas aprisionadoras da vida. Esses caminhos se deram pelas palavras e, por meio delas, experimentações do pensamento foram possíveis em um fazer topava o imprevisível, aceitando um embrenhar-se em processos em que não significar importava para que fosse possível manter certa abertura para a construção de sentidos. Busquei, pela relação, pela comunicação e pela escrita uma liberdade possível dentro das muitas relações que têm como palco o processo socioeducativo, deixando-os inventar maneiras – e a maneira é o não homogêneo.

Incidir em possibilidades inventivas exigia um olhar curioso e atento ao cotidiano, chão onde as experiências pessoais são tecidas; portanto, fora de uma narrativa padronizada acerca do sofrimento suposto em relação ao outro e dentro de um projeto que pedia o singular, acessado por um novo habitar nesse espaço de devastação. Como as trocas iam dando o que pensar, outros elementos poderiam, ainda, ter ganhado passagem nestas páginas. Entretanto, o tempo da escrita, como outros tempos da vida, carrega o seu limite, e quando concluir não precisa ser um fim, mas pode ser um novo começo, outras aberturas ganham horizonte, acionando o desejo (e a necessidade) de pensar novos elementos e relações num outro tempo.

O percurso investigativo aqui apresentado questionou o terreno socioeducativo e fez aventá-lo como um espaço que precisaria reparar mais naquele com quem fala para que adviesse o que só aquele menino poderia ser em sua maneira de existir, menos embrenhado em uma forma formatada que o restringe. Os meninos mostraram que resistir ao impossível implica inventar, mesmo nesse terreno, itinerários pelos quais seja possível decidir e que, para isso, a medida precisa não os atrapalhar no processo de invenção da sua liberdade, sabendo que ela, a liberdade, jamais poderia ser imaginada sem eles.

Esforçava-me, então, por fazer equivaler, nessa circularidade que persigo, a ressaca da praia e o vazio rodopiando da área circundante, a ronda desse redemoinho que tinha se retirado em sua própria força motora. Esforçava-me em trazê-los de volta, eu também, a essa cadência do mundo com a qual consentimos sem que possamos medir-lhe nem controlar-lhe o curso. Eu pensava que por toda parte, de formas bem diferentes, a mesma necessidade está em jogo, a de adentrar a pulsão caótica da totalidade, sofrendo, no entanto, as exaltações ou as dormências das existências particulares. (Glissant, 2021, p. 153-154)

Referências

- ABRAMOVAY, P. V. O grande encarceramento como produto da ideologia (neo)liberal. In: ABRAMOVAY, P. V.; BATISTA, V. M. (Org.). *Depois do grande encarceramento, seminário*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Autêntica UFMG, 2010.
- AGAMBEN, G. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 1º jul. 2023.
- ARANTES, P. *Zonas de espera: uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea*. São Paulo: [s.n.], 2020. [Livro eletrônico].
- ATHAYDE, C. et al. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- AUGUSTO, A. Juridicalização da vida: democracia e participação. Anarquia e o que resta. *Psicologia & Sociedade*, 24 (n.sp.), p. 31-38, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XqncDDkqwq7nblQn9BDY5wq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- AUGUSTO, A. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. In: ABRAMOVAY, P. V.; BATISTA, V. M. (Org.). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- BARROS, M. de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

- BARROS, M. de. *Meu quintal é maior do que o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- BARROS, R. B. de; PASSOS, E. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- BARTHES, R. *A preparação do romance II: a obra como vontade: notas de curso no Collège de France 1979-1980*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BARTHES, R. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BARTHES, R. *Crítica e verdade*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- BARTHES, R. *Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- BATISTA, V. M. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BATISTA, V. M. O Alemão é muito mais complexo. In: NOBRE, A. L. (Org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BATTISTELLI, M. M.; OLIVEIRA, E. C. Cartas: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 2, p. 679-701, 2021. Disponível em: <http://curriculosemfronteiras.org/vol21iss2articles/battistelli-oliveira.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLANCHOT, M. *A comunidade inconfessável*. Brasília: Editora UnB, 2013.
- BRASIL. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.
- BRASIL. Lei Federal n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 5.258, de 10 de abril de 1967. Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5258.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeduca-

- tivo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.
- BRASIL. Levantamento anual Sinase 2015. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/conteudo/levantamentos/Levantamento_2015.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.
- BRASIL. Levantamento anual SINASE 2017. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- BRASIL. Relatório avaliativo ECA 25 anos. Brasília: Conselho Nacional dos direitos da criança e do adolescente. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2016. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/eca/relatorio_avaliativo_eca_25anos.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. Série Pensando o Direito – ECA: Apuração do ato infracional atribuído a adolescentes. Brasília: UFBA, 2010. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/n-262010-pensando-ministrio-da-justia-e-penais-e-que-a-justia-da.html?page=2>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília: Conanda, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n. 119, de 11 de dezembro de 2006. Aprova o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília: Conanda, 2006. Disponível em: <https://www.funac.ma.gov.br/files/2012/08/SINASE.pdf?x56848>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRÍGIDO, C. STF marca para agosto julgamento de ação contra ECA. *O Globo*, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-marca-para-agosto-julgamento-de-acao-contra-eca-23594873>. Acesso em: 19 jul. 2023.

- BUENO, C. D. et al. *Panorama nacional da política de atendimento socioeducativo em meio aberto (2017 e 2018)*. Brasília: Visão Mundial: GAJOP, 2021. Disponível em: <https://composic.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/12/14/UaoQNT7VU4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- CHICO, I. *Dom quixote pixaim*. São Paulo: Grandir, 2019.
- CHICO, I. Madrugada. *Instagram*. São Paulo, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B1gaX94HhiD/>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- CÍCERO, A. *Guardar: poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- COIMBRA, C. M. Os especialistas da infância e da juventude: produzindo verdades competentes. *Paideia*, v. 11, n. 20, p. 85-88, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/fsHwbNNWgYsNQWWNpqZ344K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- COIMBRA, C. M. *Fragmentos de memórias malditas: invenção de si e de mundos*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- COIMBRA, C. M.; NASCIMENTO, M. L. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? *Direitos humanos não tem idade*. Rio de Janeiro: CEDECA/São Martinho, 2008. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil); ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; Ordem dos Advogados do Brasil, 2006. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/08/relatoriocaravanas.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Programa Justiça ao Jovem. *Panorama nacional – A execução das medidas socioeducativas de internação*. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.
- CRUZ, A. L. Do fazer ao dizer e do dizer ao fazer. In: CRUZ, A. L.; MAGALHÃES, M. J.; NUNES, R. S. (Org.). *Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação através de histórias de vida*. Lisboa, Portugal: Ela por Ela, 2012.
- CRUZ, A. L.; MAGALHÃES, M. J.; NUNES, R. S. Introdução. In: CRUZ, A. L.; MAGALHÃES, M. J.; NUNES, R. S. (Org.). *Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação através de histórias de vida*. Lisboa, Portugal: Ela por Ela, 2012.
- DAS, V. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 4.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELIGNY, F. *O Aracniano e outros textos*. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.
- DELIGNY, F. *Os vagabundos eficazes*. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.
- DELIGNY, F. *Semente de crápula – conselhos aos educadores que gostariam de cultivá-la*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- DERRIDA, J. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo: Editora 34, 2016.
- FALERO, J. *Os supridores*. São Paulo: Todavia, 2020.
- FANON, F. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu, 2020.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da USP, 2017.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- FILHO, J. M. A dominação racista: o passado presente. In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (Org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública 2021*. São Paulo: FPSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2022.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M. *O belo perigo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010c.

- FRASSETO, F. A.; JIMENEZ, L. Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 404-414, 2015. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000200404&script=sci_arttext. Acesso em: 3 jul. 2023.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: Avanços e Desafios para Meninas e Meninos no Brasil*. São Paulo: UNICEF, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/6276/file/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- GALDEANO, A. P.; ALMEIDA, R. (Coord.). *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social*. São Paulo: Cebrap, 2018. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Tráfico-de-Drogas-Trabalho-Infantil_ebook.pdf. Acesso em: 2 maio 2023.
- GALEANO, E. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GALLO, S. *Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação*. São Paulo: Intermezzo, 2015.
- GALLO, S. *Subjetividade, ideologia e educação*. Campinas: Alínea, 2009.
- GENET, J. *Diário de um ladrão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- GINZBURG, N. *As pequenas virtudes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- GLISSANT, É. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- GONZAGUINHA. *Moleque*. Rio de Janeiro: Odeon, 1977.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HAHNE, B. S. (2017). *Sobre a indisciplina e o ato infracional: experiências escolares de alunos e professores*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HAIDER, A. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.
- HAN, B. *Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- HIRATA, D. V. *Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- HIRATA, D. V.; TELLES, V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Dossiê Crime Organizado. *Estud. Av.*, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300012>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- JAFFE, N. *O que os cegos estão sonhando?* São Paulo: Editora 34, 2012.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. São Paulo: Cobogó, 2019.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

- LAPOUJADE, D. *As existências mínimas*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- LEVI, P. *Assim foi Auschwitz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LORDE, A. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- MACHADO, A. M.; FONSECA, P. F. A escrita endereçada como prática de formação e construção de realidade. *Mnemosine*, v. 15, n. 1, p. 4-22, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/45970>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- MACHADO, A. M.; HAHNE, B. S. Por uma escuta não normalizadora na medida socioeducativa. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 57, p. 125-143, 2020. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/16>. Acesso em: 1º jul. 2023.
- MACHADO, A. M. *A produção de desigualdades nas práticas de orientação*. Trabalho apresentado no CEU Butantã em 2008, no âmbito do Projeto Direitos Humanos. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br/~cpedh/Desigualdade%20e%20Educ%20Adriana%20Marc.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2023.
- MÃE, V. H. “Se eu fosse impedido de voltar ao Brasil, nunca mais regressaria inteiro a Portugal”. [entrevista concedida a] Joana Oliveira. *El País*, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/28/cultura/1561757548_979945.html. Acesso em: 1º jul. 2023.
- MAGALHÃES, M. J.; CRUZ, A. L.; NUNES, R. S. Introdução. In: MAGALHÃES, M. J.; CRUZ, A. L.; NUNES, R. S. *Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação em histórias de vida*. Lisboa, Portugal: Ela por Ela, 2012. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=87651. Acesso em: 20 jun. 2023.
- MANSO, A.; FERNANDES, L. “Não quero ir parar à prisão...” – Notas biográficas do desvio juvenil”. In: BRANCO, P.; CASALEIRO, P. (Org.). *Atas do Colóquio Internacional @s jovens e o crime – transgressões e justiça tutelar*. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_x.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.
- MARTINS, J. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MÉNDEZ, E. G. A dimensão política da responsabilidade penal dos adolescentes na América Latina: notas para a construção de uma modesta utopia. *Educação e Realidade*, v. 33, n. 2, p. 15-36, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7061>. Acesso em: 31 maio 2023.
- MIGUEL, M. Os dois lados da inquisição: Fernad Deligny, ensaios de uma tentativa pedagógica. *Revista Ao Largo*, fasc. 1, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25314/25314.PDF>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT). *Panorama geral dos serviços de medidas socioeducativas de meio aberto*

- no município de São Paulo. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2630996.PDF. Acesso em: 1º jun. 2023.
- MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'. *Revista Lua Nova*, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (Org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- MUNHOZ, S. R. *O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NEDER, G. Cidade, identidade e exclusão social. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 106-134, 1997. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-5.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.
- NUNES, R. S. *Nada sobre nós, sem nós: a centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos*. São Paulo: Cortez, 2005.
- NUNES, R. S. Boaventura de Sousa Santos, o tempo, o modo. *Leitura: Teoria & Prática*, v. 27, n. 53, p. 5-9, 2009. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/388/184>. Acesso em: 15 maio 2023.
- NUNES, R. S. Considerações em torno de uma dedicatória. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 425-429, 2018. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572018000200425&script=sci_arttext. Acesso em: 15 maio 2023.
- ORLANDI, L. O pensamento e seu devir criança. In: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA SUBJETIVIDADE DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA DA PUC-SP. *Cadernos de subjetividade*, p. 62-67, 2010. Disponível em: <http://www.atelierpaulista.com/wp-content/uploads/2011/01/Cadernos-de-Subjetividade-2010-Nucleo-de-Estudos-da-Subjetividade.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- PASSETTI, E. Ensaio sobre um abolicionismo penal. *Verve*, v. 9, p. 83-114, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/viewFile/5131/3658>. Acesso em: 1º jul. 2023.
- PAULA, L. *Punição e cidadania: adolescentes e liberdade assistida na cidade de São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2017.
- PELBART, P. P. *A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo na loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- PELBART, P. P. *Ensaio do assombro*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- PELBART, P. P. Tempos de Deleuze. *Revista Limiar*, v. 8, n. 15, p. 107-123, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/limiar.2021.v8.12567>. Acesso em: 6 jun. 2022.

- PETIT, M. *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- PINA, M. A. *Os papéis de K*. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 2003.
- RACIONAIS MC'S. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RAGO, M. L. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RIBEIRO, C. O agenciamento Deleuze-Guattari: considerações sobre método de pesquisa e formação de pesquisadores em educação. *Educação Unisinos*, v. 20, n. 1, p. 68-75, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29600881/O_agenciamento_Deleuze_Guattari_considerações_sobre_método_de_pesquisa_e_formação_de_pesquisadores_em_educacão. Acesso em: 1º jun. 2023.
- RIZZINI, I.; SPOSATI, A.; OLIVEIRA, A. C. *Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto*. São Paulo: Cortez, 2019.
- RODRIGUES, H. de B. O homem sem qualidades. História oral, memória e modos de subjetivação. *Estudos e pesquisas em psicologia*, ano 2, n. 2, p. 24-46, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revvispsi/article/view/11140>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, M. C. R. *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995.
- ROLNIK, S. *Esferas da insurreição*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- ROMAN, M. D. *Psicologia e adolescência encarcerada: embates de uma atuação em meio à barbárie*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2009.
- ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, v. 10, n. 19, p. 107-124, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- ROVARON, M. (2017). *Fundação CASA: o passado ditatorial no cotidiano democrático?* (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo.
- SADER, E. Democracia é coisa de gente grande? In: SADER, E.; BIERRENBACH, M. I.; FIGUEIREDO, C. P. *Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SALLINGER, J. D. *O apanhador no campo de centeio*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, s/d.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Portaria n. 46 de 2010. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. São Paulo: SMADS, 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/portarias/portaria_46-2010.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Serviço de medidas socioeducativas em meio aberto – MSE. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp>

- gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/criancas_e_adolescentes/index.php?p=331328. Acesso em: 12 jun. 2023.
- SILVA, E. R.; GUERESI, S. *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Texto para discussão n.º 979. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4548. Acesso em: 13 jun. 2023.
- SILVA, E. R.; OLIVEIRA, R. M. *O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioria penal: esclarecimentos necessários*. Nota técnica n. 20. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf. Acesso em: 1º jun. 2023.
- SIMAS, L. A. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- SOUSA, M. L. *Manifesto a crioulização*. Alfragide, Portugal: Dom Quixote, 2021.
- SOUSA, M. L. *O diabo foi meu padeiro*. Alfragide, Portugal: Dom Quixote, 2019.
- SZYMBORSKA, W. *Para o meu coração num domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- TELLES, V. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- TENÓRIO, J. *O avesso da pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- TRASSI, M. de L. *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.
- VERZOLA, L. *Em conflito com a lei*. São Paulo: Reformatório, 2016.
- VICENTIN, M. C. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.
- VICENTIN, M. C.; GRAMKOW, G.; ROSA, M. D. A patologização do jovem autor de ato infracional. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, v. 20, n. 1, p. 61-69, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n1/09.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- VILELA, E. Do testemunho. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 19, n. 31, p. 141-179, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7497>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- VIOLANTE, M. L. *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez, 1984.
- WOLF, V. *Um esboço do passado*. São Paulo: Nós, 2020.
- ZOURABICHVILI, F. *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. São Paulo: Editora 34, 2016.



Um grito. O silêncio de não ter como dizer. Num fazer em que constantemente nos refazemos, se confere à hermenêutica, mais do que método de compreensão interpretativo, um processo ontológico em operação em que, através da linguagem, a vida intervém na própria vida. Pela coragem, pelo desassombro, pelo coração das palavras a bater, este livro da Beatriz Saks é *um texto de fruição*: aquele que, ao tom de Barthes, coloca em situação de perda, que desconforta, que faz vacilar as bases históricas, culturais e psicológicas do leitor, e faz entrar em crise a sua relação com a linguagem. Não se pode falar sobre ele, mas dentro dele: “do ponto de vista da ordem estabelecida, eles começam roubando o ar que respiram e depois roubam tudo o que encontram: a fome e as balas costumam lhes abreviar a viagem do berço à sepultura” (E. Galeano). Um soco no estômago! Sob a violenta persuasão de medidas que, na sua implementação, atuam na inculcação de que tudo neles é irremediavelmente errado, golpeando a sua subjetividade em devir, vivem na corda bamba, em pleno caos de expectativas. Abandono. Agonia da ausência do Outro que os deseje. Nascidos na contramão atrapalhando o trânsito, Beatriz, num pleno de aproximação heterotópica com os condimentos que Foucault põe ao seu dispor, acolhe-os (acolhe-se), dá-lhes voz e autoria.

Rosa Soares Nunes



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access